Orçamento Participativo
Semana Sindical
Jornada Pedagógica

PRÁTICAS DE UM SINDICALISMO DE BASE



Série Organização e Prática Sindical

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG – ENFOC

Equipe Pedagógica

Alonso Batista dos Santos – Assessor da Sec Geral

Amarildo Carvalho de Souza - Assessor de Org. e Formação

Antenor Martins de Lima Filho - Assessor de Org. e Formação

Antonio Gilberto Viegas da Silva – Assessor Regional Centro-Oeste

Antonio Ricardo Farani C. Matos – Assessor de Org. e Formação

Armando Santos Neto - Assessor da Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Cléia Anice de M. Porto - Assessora de Políticas Agrária

Eliziário Noé Boeira Toledo - Assessor de Meio Ambiente

Givanilson Porfirio da Silva - Assessor Regional Nordeste

José Arnaldo de Brito – Assessor de Política Agrícola

José Lourenço Cadoná – Assessor Regional Sul

Junior César Dias – Sub-Seção Dieese

Marleide Barbosa de Sousa – Assessora de Fin. e Administração

Raimunda Oliveira Silva - Assessora de Org. e Formação

Sara Deolinda C. Pimenta - Assessora de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Silvia Helena De-Zan – Assessora Regional Sudeste

Tânia Dornelles - Assessora de Políticas Sociais

EQUIPE OPERATIVA

Secretário de Formação e Organização Sindical
Juraci Moreira Souto

Coordenadora Pedagógica
Raimunda de Oliveira Silva

Assessores/Assessoras
Amarildo Carvalho de Souza
Antenor Martins de Lima Filho
Antonio Ricardo Farani C. Matos
Raimunda de Oliveira Silva

Secretária da ENFOC

Gisele Nunes de Sousa Lima

Assistente Técnica

Claudineia dos S. Souza

Ficha Técnica

Organizadores: Juraci Moreira Souto, Diretor da Contag, Agricultor Familiar, Técnico em Contabilidade

Raimunda de Oliveira Silva, Educadora Popular, Coordenadora Pedagógica da ENFOC

Elza Maria Fonseca Falkembach,Doutora em Ciências Humanas

Iara Duarte Lins, Advogada, Educadora Popular

Consultoria: Elza Maria Fonseca Falkembach, Doutora em Ciências Humanas

Colaboração: Amarildo Carvalho de Souza, Historiador, Educador Popular

Antenor Martins de Lima Filho, Sociólogo, Educador Popular

Orçamento Participativo
Semana Sindical
Jornada Pedagógica

PRÁTICAS DE UM SINDICALISMO DE BASE

Juraci Souto
Raimunda de Oliveira
Elza Falkembach
Iara Lins
(Orgs.)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG
ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG – ENFOC

Brasília, 2013

AUTORES

MARANHÃO
Ana Maria Menezes Rodrigues – Educadora Popular, Assessora Jurídica da FETAEMA
Hélica Araújo Silva – Assistente Social da FETAEMA, Especialista em Coordenação e Gestão de Projetos Sociais
José Domingos Cantanhede – Sociólogo, Mestre em Políticas Públicas, Ex-Assessor da FETAEMA, Professor da Universidade Estadual do Maranhão.

Colaboradores
Francisco Ivaí da Silva Santos – Secretário de Formação e Organização Sindical da FETAEMA
José Chateó Brian Costa Rêgo – Secretário de Finanças e Administração da FETAEMA
Gráficos: Hamilton Souza – contador da FETAEMA, elaborados entre os anos de 2008 a 2011.

RIO GRANDE DO SUL
Leomar Fernando Mattia – Engenheiro Agrônomo, Assessor de Formação da FETAG-RS e Educador Popular da ENFOC
José Lourenço Cadona – Pedagogo, Assessor Regional Sul/CONTAG, Educador Popular da ENFOC

Colaboradores
Elton Roberto Weber – Presidente da FETAG-RS
Nestor Bonfanti – 1º Tesoureiro da FETAG-RS e Diretor responsável pela Formação Sindical
Giovani Paulo Zortea – Assessor de Formação da FETAG-RS
Ezídio Vanelli Pinheiro – Ex-Presidente da FETAG-RS
Sérgio Fritzen – Ex-Assessor de Formação da FETAG-RS

PARÁ
Maria de Jesus C. Prazeres – Licenciada em Educação do Campo/UFPA
Maria Mirian F. Gomes – Agricultora, Educadora Popular
Deusivania Laurinda de Almeida – Pedagoga
Francisco de Assis Solidade da Costa – Sec. de Formação e Org. Sindical da FETAGRI-PA

Colaboradora
Helena Ferreira Cruz – Assessora da Sec. de Formação da FETAGRI-PA

Diagramação: Raphael C. Freitas
Arte Final: José Miguel dos Santos
Revisão: Iolita Campos
Tiragem: 3.000 exemplares

Catalogação na publicação

O76p

Orçamento Participativo, Semana Sindical, Jornada Pedagógica: Práticas de um Sindicalismo de Base. 2. ed. rev. e ampl. / Juraci Moreira Souto; Raimunda de Oliveira Silva; Elza Falkembach; Iara Duarte Lins (Orgs.). - Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura / Escola Nacional de Formação Político-Sindical, 2013.

158 p. il. 21x28 cm. (Organização e Prática Sindical).

ISBN: 978-85-63462-11-4

1. Sindicalismo. II. Formação sindical. III. CONTAG. IV. ENFOC. V. Título. VI. Série.

CDU 370

Elaborado por: Alessandra dos Santos Araújo
CRB1 2479

APRESENTAÇÃO

Neste ano em que a CONTAG, algumas de suas Federações e Sindicatos associados completam meio século, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais[1] – MSTTR – encontra muitas razões para celebrar anos de muitas lutas e ações que resultaram em conquistas importantes para o campo, no Brasil. A luta pela terra e por direitos, as lutas por condições de trabalho digno e por políticas públicas que assegurem qualidade de vida no campo estão na agenda política do MSTTR desde o seu surgimento, nos anos sessenta do último século que passou. Mais recentemente, ações como os Gritos da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas, organizadas com certa frequência, alteram a rotina, ampliam a agenda política do Movimento e trazem mais qualidade às suas lutas históricas.

Olhando para a trajetória do Movimento, pode-se dizer que grande parte das políticas, programas e espaços de participação social que, atualmente, favorecem uma interlocução mais democrática e ampla com o Estado e com entidades parceiras resultam dessas lutas realizadas pelo MSTTR.

Para a realização dessas lutas, o Movimento tem investido também nos seus espaços internos, aprimorando a gestão, a formação e a articulação da sua base social. A sensibilidade no reconhecimento da diversidade dos sujeitos, seus interesses e necessidades, a amplitude de suas pautas para responder aos desafios de construir condições para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham "vida digna" no campo têm promovido o fortalecimento da corresponsabilidade institucional e a organicidade do sistema CONTAG.

Nessa trajetória de lutas e conquistas, o Movimento desenvolveu muitas experiências importantes que certamente levaram a resultados positivos, fortalecendo-o, e à luta geral da classe trabalhadora.

[1] Doravante MSTTR.

Este livro apresenta as experiências do ***Orçamento Participativo[2],*** *da* ***Semana Sindical[3] e*** *da* ***Jornada Pedagógica[4] : práticas de um sindicalismo de base,*** que compõem a *Série "Organização e Prática Sindical"*. Faz parte da estratégia de sistematização da Escola Nacional de Formação da CONTAG[5] – ENFOC, que implica em uma forma de estimular lideranças, assessorias e dirigentes a escreverem sobre "experiências do Movimento", visando assegurar, por um lado, que a sua história seja contada pelos próprios protagonistas e, por outro, oportunizar que tais experiências sejam multiplicadas, criativamente, gerando certa unidade em torno das ações e do jeito de fazer as ações e, com isso, fortalecendo a luta por dignidade e qualidade de vida no campo.

O texto ***Orçamento Participativo na Fetaema[6], uma decisão política rumo à sustentabilidade política e financeira*** traz a experiência da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão, quanto à sustentabilidade política e financeira. Destaca a relação do OP com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário[7] – PADRSS e com o Planejamento Estratégico da entidade. O foco de análise é a prática do OP influenciando a sustentabilidade política e financeira das entidades sindicais e construindo a organicidade do sistema.

O referido texto resgata a trajetória, os desafios, os resultados alcançados e destaca os conflitos identificados e as estratégias utilizadas para superação desses conflitos decorrentes da experiência de OP. Mostra também como o OP foi se consolidando como uma estratégia viável, tornando-se espaço central para a Federação trabalhar a gestão e a corresponsabilização institucional com a luta política e com o patrimônio político-histórico e material do Movimento.

Os escritos sobre a Semana Sindical relatam como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Rio Grande do Sul, com o seu conjunto de Sindicatos e Regionais, está atuando no fortalecimento da base social do Movimento, utilizando-se de uma estratégia de visitas às comunidades e propriedades rurais dos agricultores e agricultoras familiares.

O texto ***Semanas Sindicais no RS: do projeto STRADA aos dias atuais*** traz questões que remetem à reflexão sobre como é possível, com algumas iniciativas bem planejadas e assumidas pela coletividade, ter um Movimento mais ativo e

---

2 Doravante OP.
3 Doravante SS.
4 Doravante JP.
5 Doravante ENFOC.
6 Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão. Doravante FETAEMA.
7 Doravante PADRSS.

integrado à base social, utilizando-se de práticas já conhecidas como: mobilização, organização e formação. O texto apresenta também as metodologias, as pautas de debates e chama atenção para algumas atividades que acontecem em escolas, comunidades rurais e prefeituras no RS. Destaca as razões e motivações que fizeram com que a Federação tomasse a iniciativa de construir tal estratégia e a assumisse como prática sindical coletiva. Acentua as principais mudanças e aprendizagens decorrentes da prática das SS.

A Jornada Pedagógica é uma experiência de formação de base, desenvolvida pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Pará[8], inspirada na estratégia de formação da ENFOC. O texto ***Jornadas Pedagógicas: reinventando práticas, construindo pedagogias*** traz a público a trajetória das Jornadas, os seus objetivos, depoimentos de participantes sobre a história e contexto da Região Amazônica e relatos de vivências que tiveram durante as jornadas. Apresenta, também, os principais temas debatidos durante a Jornada, pautas e estratégias construídas, metodologias e recursos pedagógicos utilizados, cantos, poesias, criações inéditas feitas pelos participantes, aprendizagens e ainda um conjunto de recomendações para a prática.

A Jornada visitou municípios, projetos de infraestrutura, comunidades rurais, áreas de produção sustentável e refletiu sobre a atuação do Movimento sindical junto aos agricultores e agricultoras. Debateu sobre a relação entre prática e teoria, a partir das experiências visitadas, teceu reflexões e também fez a autocrítica à prática sindical de seus/suas participantes.

Em síntese, as três experiências trazem um conjunto de reflexões em relação ao trabalho de mobilização e articulação da base social do Movimento, destacando sua importância e as demandas e necessidades, que são cada vez maiores, no sentido de orientar as organizações sindicais a construírem estratégias de alcance das comunidades rurais, lugar onde os trabalhadores e trabalhadoras rurais geram produtos e oportunidades de promover qualidade de vida no campo.

Uma boa leitura.

Alberto Ercílio Broch
Presidente da CONTAG

Juraci Moreira Souto
Secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG

[8] Doravante FETAGRI-PA

LISTAS DE MAPAS, GRÁFICOS E FOTOGRAFIAS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA FETAEMA: UMA DECISÃO POLÍTICA RUMO À SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA

Lista de mapas

Mapa 1 – Mapa das Coordenações Sindicais Regionais da FETAEMA 29

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Ciclo Orçamentário 30
Gráfico 2 – Déficit e Superávit 31
Gráfico 3 – Evolução do patrimônio 31
Gráfico 4 – Comparativo de receitas 2012 X 2011 31
Gráfico 5 – Comparativo de receitas e despesas até agosto de 2012 32
Gráfico 6 – Aprendizados com Orçamento Participativo 39

SEMANAS SINDICAIS NO RIO GRANDE DO SUL: DO PROJETO STRADA AOS DIAS ATUAIS

Lista de fotografias

Foto 1 – Semana Sindical do município de São Jerônimo/RS 45
Foto 2 – Capacitação de diretores/as e lideranças do STTR onde foi realizada a Semana Sindical, juntamente com diretores/as dos STTR da Regional Sindical e representantes das instituições locais. 62
Foto 3 – Visita às famílias em 15 de Novembro 65
Foto 4 – Visita às famílias 67
Foto 5 – Conversa com os educandos/as em escola do campo 69
Foto 6 – Reunião com a comunidade para escolha dos líderes 71
Foto 7 – Reunião com a comunidade 71

Foto 8 – Inauguração da sede da extensão de base do STTR de São Luiz Gonzaga e Rolador 72
Foto 9 – Passeata durante a Semana Sindical em Guarruchos 73

JORNADAS PEDAGÓGICAS NO ESTADO DO PARÁ: REINVENTANDO PRÁTICAS, CONSTRUINDO PEDAGOGIAS

Lista de fotografias

Foto 1 – Conversa sobre a I Jornada Pedagógica e café da manhã às margens da Rodovia Transamazônica 106
Foto 2 – Diálogo sobre a história do Sindicato no assentamento Grotão da Onça, em Anapu 107
Foto 3 – Indo para a visita ao túmulo de Dorothy Stang em Anapu 112
Foto 4 – Em frente às instalações de Belo Monte 113
Foto 5 – Diálogo sobre Belo Monte na Casa Familiar Rural de Altamira 114
Foto 6 – Em frente à plantação de cacau em Medicilândia 122
Foto 7 – Diálogo sobre a visita pedagógica na plantação de cacau na sede do STTR de Medicilândia 123
Foto 8 – Ciranda às margens da Rodovia Transamazônica 128
Foto 9 – Ciranda durante a visita pedagógica a uma plantação de cacau organizada pelo STTR de Placas 129
Foto 10 – Apresentação cultural do grupo Onça Pintada na sede do STTR de Placas 130
Foto 11 – Momento de acolhida no STTR de Santarém 131
Foto 12 – Visita pedagógica à Escola da Floresta em Santarém 134
Foto 13 – Momento de trabalho de grupo abaixo das mangueiras - STTR de Mojuí dos Campos 135
Foto 14 – Apresentação de teatro durante a visita pedagógica à plantação de goiaba em Dom Eliseu 142
Foto 15 – Diálogos pedagógicos no Instituto Federal do Pará em Castanhal 143
Foto 16 – Trabalhos de grupo no STTR de Rondon do Pará 144
Foto 17 - Ciranda pedagógica 144
Foto 18 – Momento de mística 145
Foto 19 – Desmatamento às margens da Rodovia Transamazônica 153
Foto 20 – Participação de crianças na I Jornada 158

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA FETAEMA: UMA DECISÃO POLÍTICA RUMO À SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA 15

1. INTRODUÇÃO 17
2. HISTÓRICO 18
3. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA.....23
4. RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PADRSS 25
5. RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 27
6. METODOLOGIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....29
7. DESAFIOS POLÍTICOS PARA IMPLEMENTAR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....34
8. RESULTADOS POLÍTICOS E PROCESSOS DE MUDANÇAS 37
9. PERSPECTVAS PARA CONTINUIDADE E VISÃO DE FUTURO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 39
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....41
11. REFERÊNCIAS 42

SEMANAS SINDICAIS NO RIO GRANDE DO SUL: DO PROJETO STRADA AOS DIAS ATUAIS 43

1. INTRODUÇÃO 45

2. O PROJETO STRADA E AS SEMANAS SINDICAIS 47

2.1 Histórico 47

2.2 A retomada das Semanas Sindicais 57

2.3 Metodologia atual das Semanas Sindicais 59

3. PRÉ-SEMANA SINDICAL 60

3.1 Escolha do município 60

3.2 Capacitação dos participantes 61

3.3 Planejamento das ações 62

4. AÇÕES DURANTE A SEMANA SINDICAL 63

4.1 Abertura oficial, planejamento e organização das atividades 64

4.2 Visitas às famílias 64

4.3 Visitas e articulações com o poder público e demais instituições 67

4.4 Ações nas escolas 68

4.5 Reuniões nas comunidades 70

4.6 Ações complementares 72

4.7 Encerramento 73

4.8 Custos 74

5. PÓS-SEMANA SINDICAL 74

6. RELAÇÃO DA SEMANA SINDICAL COM O PADRSS 76

7. RELAÇÃO DA SEMANA SINDICAL COM A PNF 77

8. RESULTADOS 78

9. CONCLUSÕES 83

10. REFERÊNCIAS 85

11. Anexos 86

Anexo 1 – Mapa das Regionais Sindicais 86

Anexo 2 – Poema de Omar de Almeida sobre o projeto STRADA/Semana Sindical 87

Anexo 3 – Fôlderes utilizados durante as Semanas Sindicais 88

Anexo 4 – Pesquisa sobre desenvolvimento sustentável e PADRSS 89

JORNADAS PEDAGÓGICAS NO ESTADO DO PARÁ: REINVENTANDO PRÁTICAS, CONSTRUINDO PEDAGOGIAS 93

1. INTRODUÇÃO 95

2. O MSTTR CRIANDO E RESSIGNIFICANDO PRÁTICAS: UMA PEDAGOGIA QUE SE CONSTRÓI PELA VIVÊNCIA 97

2.1 Passos da jornada: aprender com as vivências 100

3. CONSTRUINDO OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA 105

3.1 Diário da I Jornada Pedagógica ENFOC/PA: aprender com e nas vivências 106

4. EMPREENDIMENTOS CAPITALISTAS NA AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PADRSS 137

4.1 Conteúdos trabalhados na II Jornada Pedagógica 138

4.2 Metodologia da Jornada 141

4.3 Algumas inovações 146

5. UM OLHAR DOS PARTICIPANTES SOBRE AS AÇÕES REALIZADAS NO CONTEXTO DA JORNADA PEDAGÓGICA E LIÇÕES APRENDIDAS 147

6. CONSIDERAÇÕES 155

7. RECOMENDAÇÕES SOBRE A PRÁTICA 157

8. REFERÊNCIAS 159

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA FETAEMA: UMA DECISÃO POLÍTICA RUMO À SUSTENTABILIDADE POLÍTICA E FINANCEIRA



Ana Maria Menezes Rodrigues – Educadora Popular, Assessora Jurídica da FETAEMA
Hélica Araújo Silva – Assistente Social da FETAEMA, Especialista em Coordenação e Gestão de Projetos Sociais
José Domingos Cantanhede – Sociólogo, Mestre em Políticas Públicas, Ex-Assessor da FETAEMA, Professor da Universidade Estadual do Maranhão.

Colaboradores
Francisco Ivaí da Silva Santos – Secretário de Formação e Organização Sindical da FETAEMA
José Chateó Brian Costa Rêgo – Secretário de Finanças e Administração da FETAEMA
Gráficos: Hamilton Souza – contador da FETAEMA, elaborados entre os anos de 2008 a 2011.



1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo sistematizar a experiência de Orçamento Participativo[1] – OP, desenvolvida pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão[2] – FETAEMA, iniciada no ano de 2003. Com esta finalidade, o presente trabalho explana sobre os seguintes tópicos: histórico; execução do OP como estratégia política; sua relação com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS e planejamento estratégico; metodologia; desafios para a implementação e os resultados políticos já alcançados.

O eixo orientador ou fio condutor do trabalho é fazer o seguinte questionamento: *como a estratégia de OP alicerçada no PADRSS promove mudanças na prática sindical, no sentido do alcance da sustentabilidade política e financeira das entidades sindicais do MSTTR?*

Para concretização desse propósito, utiliza perguntas orientadoras que facilitaram o processo de sua elaboração, tais como:

- Quais decisões precisaram ser tomadas para implementar o Orçamento Participativo no Maranhão?

[1] A partir daqui nos referiremos ao termo Orçamento Participativo apenas por meio da sigla OP, salvo algumas exceções em que se faça necessário utilizar o nome por extenso.
[2] Doravante FETAEMA.

- Qual a relação do OP com a sustentabilidade política e financeira?
- O que muda na prática sindical com a implementação do OP?
- Como o OP contribui para a divulgação e implementação do PADRSS?
- O OP fortalece as relações entre as entidades sindicais, como?
- Quais os conflitos que o OP tem enfrentado?
- Quais os avanços da experiência de OP no Maranhão?
- Quais mudanças devem ser promovidas para aperfeiçoar o OP?
- Como os sindicatos percebem a experiência?
- Qual a relação do OP com a formação sindical?

Essas perguntas serviram de base para orientar as entrevistas, oficina de escuta e todo o processo de investigação realizado nesse período, garantindo a construção do presente documento.

Vale dizer que essa sistematização contou, como primeiro momento, com o levantamento de documentos e registros disponíveis sobre OP no MSTTR e na FETAEMA, seguido da realização de uma oficina de escuta com a participação da direção da FETAEMA e assessoria, como também da realização de entrevistas, com depoimentos sobre as percepções e vivências de dirigentes na prática de OP.

A FETAEMA apresenta uma experiência moldada no seio do MSTTR desde 1999, construída nos espaços de decisão política dessa organização sindical e vem sendo implementada e aperfeiçoada a partir do cumprimento de uma deliberação congressual da categoria, mas que ultrapassou o marco da legalidade (cumprimento de uma regra estatutária), para constituir-se em processo formativo, de construção e sistematização coletiva das demandas das bases, com o intuito de qualificar a ação sindical para responder aos anseios e necessidades da categoria.

2. HISTÓRICO

O MSTTR, buscando adotar práticas que ampliassem os debates sobre gestão participativa e democracia interna, inicia, em 1999, durante o 2º Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras RURAIS[3], uma discussão sobre Orçamento Participativo, com intuito de formular diretrizes mais consistentes em relação à democracia interna das organizações sindicais. O 2º CNETTR deliberou

[3] Realizado em Brasília - DF, no período de 25 a 29 de outubro de 1999. Doravante 2º CNETTR.

pela implementação do OP em todas as organizações do Sistema Confederativo (CONTAG, FETAGs e STTRs).

Para se chegar a tal deliberação, realizou-se um amplo debate que identificou a necessidade de estimular a democracia interna e a participação das bases na gestão das entidades sindicais do MSTTR. Nesse sentido, junto à deliberação relacionada ao OP, o Planejamento Estratégico surge como importante componente em seu processo de formulação, bem como espaço político de discussão e definição da distribuição dos recursos.

Mais do que a ação de distribuição dos recursos financeiros, o OP, na perspectiva do 2º CNETTR, aponta rumos para a radicalização da democracia a partir da gestão sindical transparente e ativamente participativa. Senão vejamos:

> O MSTTR deve ter no planejamento estratégico uma ferramenta que defina prioridades para a ação sindical. A definição sobre a distribuição de recursos deve se dar em orçamento participativo, que garanta a democracia, a transparência e a alocação de recursos para as demandas de todas as áreas (2º CNETTR, 1999, p. 10).

Assim, partindo de uma avaliação coletiva, o MSTTR percebe a necessidade de construir, democraticamente, um modelo de gestão sustentável, em termos políticos e financeiros, que dinamiza os espaços internos e viabiliza as ações políticas nas várias áreas temáticas. O desafio está em exercitar uma prática sindical participativa nos espaços de poder, que seja capaz de inibir a centralização das ações, a fragilidade na transparência financeira e o distanciamento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do cotidiano sindical.

A FETAEMA, cumprindo a deliberação congressual nacional, aprova, durante o seu 4º Congresso Estadual, a implantação de OP na FETAEMA e sindicatos filiados, a partir de 2001. No entanto, a implantação dessa deliberação por todas as entidades sindicais mostrou-se complexa e delicada. A CONTAG, compreendendo a necessidade de conversar mais sobre o OP e seu alcance, promove atividades formativas em 2003, visando a sensibilizar dirigentes e funcionários sobre a sua importância, desafios, limites e potencialidades para sua implementação.

O principal foco da discussão era a gestão interna do MSTTR, destacando as condições e a realidade da estrutura e organização sindical, seus limites e

possibilidades, rompendo com as formas burocratizadas e tecnicistas com que lidamos com as peças orçamentárias, valorizando o planejamento estratégico da entidade como instrumento singular, que traz em sua essência o horizonte de onde se quer chegar, permitindo o encontro entre o desejado e o possível.

Ainda em 2003 ocorre a primeira Plenária Estadual de Orçamento Participativo da FETAEMA, com a participação de 110 sindicatos filiados organizados em nove regionais sindicais (Alto Turi, Baixada Maranhense, Baixada Oriental, Baixo Parnaíba, Cocais, Mearim, Pindaré, Sul e Tocantina). Este momento apontou demandas e metas de crescimento das receitas sindicais, as quais passaram a integrar a peça de previsão orçamentária para o exercício seguinte.

> De acordo com o art. 49 do Estatuto da FETAEMA, as Coordenações Regionais Sindicais constituem-se em representação política da FETAEMA, objetivando contribuir com o processo de conscientização, mobilização, organização e articulação das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Estado.

O 5º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 2004, reafirma a importância do OP para o fortalecimento político e financeiro do Movimento e delibera sobre a sua inserção no estatuto da FETAEMA como regra, uma vez que até então a peça de previsão orçamentária era proposta a partir da definição política da Diretoria.

Dessa forma, o estatuto passa a orientar a realização de plenárias diretamente nas regionais sindicais, com o objetivo de ampliar a participação da base e aproximar a FETAEMA da realidade dos sindicatos filiados. Nessa direção, orienta o 2º CNETTR (1999) que a gestão sindical deve:

> Buscar, sempre, estar identificada com os interesses e com os problemas enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Mas ao sindicalista não basta conhecer os problemas. Sua responsabilidade, como liderança, é buscar soluções concretas para os problemas coletivos e individuais da categoria. Essa busca por soluções não é feita individualmente pelo sindicalista, como se ele soubesse o que é bom para a sua categoria. Ao contrário, deve ser um processo de construção coletiva, com a participação direta dos trabalhadores e trabalhadoras, pois é

> desta maneira que todos se conscientizam e se unem em torno das ações desenvolvidas pelas entidades sindicais.

Assim, nesse ano (2004), foram realizadas oito plenárias regionais, nas quais foi iniciado um processo de sensibilização dos dirigentes sindicais sobre a viabilidade do OP, cuja discussão para garantir o fortalecimento do Movimento, passava, necessariamente, pelo debate sobre os instrumentos de controle administrativo e financeiro.

Esses dois primeiros anos foram desafiadores, pois seguir com a implementação do OP exigia mudanças de concepções, posturas e práticas sindicais, no que diz respeito à democracia interna, descentralização de poder, participação ativa dos associados na gestão sindical e trabalho do planejamento estratégico como uma ferramenta da ação sindical.

O OP se desenvolvia num contexto de diversos questionamentos, quais sejam: O OP engessa a gestão? Tira a autonomia da Diretoria? Quais os custos para realização das Plenárias? Qual seu retorno político?

Os dirigentes sindicais de base resistiam à proposta, pois não tinham clareza sobre o seu real objetivo e receio de perder autonomia na gestão sindical.

Na FETAEMA, tanto a diretoria quanto a assessoria também não tinham clareza do alcance político dessa estratégia e questionavam sua metodologia, seus custos e a capacidade operacional do desenvolvimento dos trabalhos no Estado.

Diante desses questionamentos, em 2005 foi cogitada a inviabilidade da construção do orçamento em função de sua exigência participativa. Entretanto, o fato de ter sido incluído no estatuto da Federação fez com que a diretoria não pudesse deixar de fazê-lo sob pena de punição por descumprimento de regra estatutária, além da possibilidade de provocar uma crise política na direção da FETAEMA. Portanto, a diretoria buscou avaliar e repensar a forma de operacionalização e decidiu dar prosseguimento à realização do OP, buscando fazer uma análise crítica das demandas e desafios do sindicalismo no Estado. A partir de então, definiu novos eixos orientadores para a condução política e metodológica das Plenárias Regionais.

Ressalte-se que até então as demandas eram desconectadas da realidade financeira e as metas de crescimento das receitas estabelecidas não condiziam com a real capacidade de arrecadação dos Sindicatos.

Diante dessas constatações, ocorre um novo direcionamento no sentido de analisar melhor a realidade de cada regional sindical, garantindo o equilíbrio entre

demandas e as receitas disponíveis, considerando de forma efetiva a capacidade de arrecadação com metas reais de crescimento de receitas, priorizando demandas a partir dos desafios e realidades de cada região.

Esses aprendizados imprimem às Plenárias Regionais de OP um novo caráter e, em 2006, passam a configurar-se como um espaço de formação política. Com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais[4] – PNFES, os debates e definição de demandas foram orientados por um processo prévio de capacitação dos dirigentes sobre gestão e organização sindical.

O processo formativo através do PNFES trouxe maior qualidade às discussões em torno dos objetivos e desafios comuns para toda a estrutura sindical. Em 2007, o PADRSS passa a ser o eixo central das discussões e encaminhamentos.

Esse novo direcionamento ajudou o conjunto do MSTTR do Maranhão (dirigentes, lideranças sindicais e assessorias) a perceber o OP como estratégia mais ampla, que transcende a questão financeira, em que os princípios políticos, o cumprimento de papéis e a ação das entidades sindicais são molas propulsoras para a construção de um sindicalismo com condições de sustentação política e financeira.

O OP adotado como estratégia política é capaz de construir novas relações entre os dirigentes e a base sindical, bem como incentivar a participação mais comprometida e com corresponsabilidade de todos os sujeitos da estrutura. A essência dessa construção é que a transparência e a democracia são imprescindíveis num processo de gestão coletiva.

A FETAEMA avança e, em 2009, conquista seu pleno equilíbrio financeiro graças ao amadurecimento político do conjunto do MSTTR no Maranhão, reconhecido como resultado que a estratégia de OP oportuniza.

Torna-se explícito que, quanto mais participativa for a gestão, maior os níveis de satisfação e comprometimento, ou seja, a gestão compartilhada favorece a unidade sindical entre os sujeitos, corresponsabiliza a tomada de decisões, fortalece a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e dinamiza a estrutura.

O OP tem sido aceito e compreendido como um instrumento político, na medida em que se afirma enquanto um espaço formativo promotor de uma nova cultura administrativa e uma estratégia de gestão apropriada para conquistar a sustentabilidade política e financeira do MSTTR no Maranhão.

[4] Doravante PNFES.

> O MSTTR utiliza a expressão "sustentabilidade política e financeira", porque a condição de sustentável, no âmbito das finanças do MSTTR, está ligada a uma visão de longo prazo e uma gestão sindical e financeira democrática, transparente e eficiente em defesa dos interesses da categoria. O foco central é o fortalecimento da ação política das entidades sindicais, para a efetiva consolidação do PADRSS (10º CNTTR, 2009, p. 54, item180.)

3. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

Porque o Orçamento Participativo é considerado pela FETAEMA uma estratégia política?

O OP é para a FETAEMA um contínuo processo de aprendizado e construção coletiva. É importante esclarecer em que contexto político e financeiro a FETAEMA inicia a experiência de Orçamento Participativo.

Nesse período, a Federação enfrentava forte crise financeira e política. As despesas superavam as receitas da entidade, o planejamento estratégico não era executado conforme sua elaboração e não dialogava com as prioridades da base. Havia dificuldade para integrar as ações políticas entre as secretarias.

Não existia a dinâmica de avaliar e refletir sobre o Planejamento Estratégico, envolvendo o conjunto do movimento do Estado e as demandas eram priorizadas a partir da visão política da direção. Diante disso, ficou ainda mais necessária a definição e implementação de mecanismos internos que ajudassem a reorganizar a gestão, de modo a fortalecer a estratégia do OP.

O contexto político-sindical não permitia o monitoramento e controle de gastos, pois as ações eram executadas isoladamente no âmbito das secretarias, não havia interlocução entre as ações do cotidiano sindical com o que se pretendia alcançar como resultado político com vistas a consolidar o PADRSS.

Diante desse quadro, a direção da FETAEMA desafia-se a ouvir suas bases, a partilhar informações sobre a realidade da FETAEMA, suas potencialidades/desafios e foi, gradativamente, ampliando os espaços de participação e decisão.

Os dirigentes são desafiados a construir uma nova dinâmica interna com debates mais frequentes sobre conjuntura sindical, visando compreender melhor o papel político enquanto liderança e a necessidade de haver uma boa atuação das entidades em seus diversos espaços de representação, orientada pelos princípios da gestão participativa, da democracia e transparência, levando à adoção de novas posturas e práticas sindicais.

> A democracia é assegurada pela criação de condições para intervenção permanente dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na condução das ações sindicais e no funcionamento interno das entidades. Realização de assembleias gerais, elaboração de planos de atividades e orçamento participativo, prestação de contas, realização de congressos, encontros e seminários são mecanismos fundamentais para que a categoria seja permanentemente informada sobre as atividades de suas entidades, debata e delibere sobre as mesmas (2º CNETTR, 1999, p. 12, item 2.37).

Essa dinâmica contribuiu para formular uma nova concepção sindical, em que o conjunto do movimento é responsável pelos rumos e resultados alcançados, já que as decisões passaram a ser tomadas coletivamente. Em função dessa dinâmica, a estratégia de orçamento participativo se faz agora em ambiente mais democrático e transparente, com integração das ações entre as secretarias, ampliação da ação sindical, articulação do planejamento aos princípios do projeto político e orientação da construção de uma política de gestão coerente com a sustentabilidade política e financeira da FETAEMA.

A busca pela sustentabilidade do movimento é parte fundamental da estratégia de OP, uma vez que pauta elementos relacionados às condições política e financeira da entidade sindical e concebe a gestão como algo que vai para além da questão financeira. Compreende-se que fatores como a capacidade de atuação eficiente das entidades e de seus dirigentes, reconhecimento por parte dos associados/as e permanente diálogo com a base são condições que asseguram legitimidade da direção para criar as condições de operacionalização do OP e assegurar a sustentabilidade.

Sobre OP e Sustentabilidade, o 7º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão, realizado em 2012, reafirma:

> Essa nova visão leva o MSTTR a perceber que a prática sindical exerce influência direta na capacidade de arrecadação das entidades sindicais, merecendo análise reflexiva dos entraves pautados rumo à sustentabilidade. Dessa forma, é preciso retomar, no cotidiano, os debates sobre os princípios básicos da gestão sindical, bem como a orientação de que a sustentabilidade deve ser assumida como um compromisso coletivo e essencial na consolidação do projeto político. (7º CONGRESSO ESTADUAL, 2012, itens 883 e 884).

Para a concretização do PADRSS, é preciso ter suporte financeiro, mas existe algo maior que isso: deve-se ter clareza das formas e estratégias que serão adotadas para chegar onde se deseja. Reforçamos que o Orçamento Participativo e o Planejamento Estratégico são indissociáveis quando combinados à implementação do PADRSS.

> Quem não planeja suas ações vira objeto do planejamento dos outros. Quem não sabe para onde quer ir, fica sem rumo e trilha os caminhos impostos até pelos seus opositores (Domingos Cantanhede - Assessor sindical).

Compreendendo assim, o OP e Planejamento Estratégico são orientadores dos rumos políticos da entidade, que absorvem as inquietações da base e se conectam aos princípios da luta e frentes de atuação do projeto político. Tanto o OP quanto o Planejamento Estratégico ampliam a participação da base, constroem o equilíbrio financeiro e redimensionam a forma de fazer gestão sindical, pois agregam elementos como democracia, ética e transparência.

4. RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PADRSS

Uma organização sindical precisa pautar-se por um projeto político como referência para sua atuação, bem como ter clareza de seus princípios e objetivos. O projeto político traz em sua essência elementos que apontam rumos ao alcance de objetivos comuns, a partir das necessidades dos diversos segmentos sociais que o

implementam. Dessa forma, se faz necessária uma prática sindical alinhada a seus eixos orientadores.

Uma entidade sindical deve atender aos anseios e demandas de sua categoria, para que os trabalhadores e trabalhadoras possam legitimá-la como instrumento de transformação das suas condições de vida e trabalho.

A conjugação desses elementos, quais sejam: orientação política e demandas da base é que move a vida sindical. Para execução dos eixos orientadores de seu projeto político, é preciso fortalecer a estrutura, a visão de militância, a organicidade e os sentimentos de pertencimento.

Nessa direção, preceitua o 8º CNTTR (2001, p. 28, item 60 e 61):

> Para que haja coerência entre as nossas propostas, a prática e a organização sindical, é necessário que essas entidades sindicais se transformem em espaços privilegiados de formação e luta permanente [...] Sendo assim, se faz necessária uma articulação permanente entre todas as instâncias do MSTTR (CONTAG, FETAGs, STRs e a CUT). Um processo que implique a responsabilidade coletiva pela adoção, por todas as entidades, de um modelo de gestão adequado aos princípios do PADRSS, que são a democratização da sociedade e a inclusão social.

A estrutura sindical, por meio de suas entidades e dirigentes, torna-se forte quando existe o reconhecimento pela sua base do seu valor. Este reconhecimento somente ocorre quando a atuação da entidade é capaz de responder aos interesses e anseios dos sujeitos envolvidos.

Percebe-se, então, a necessidade de uma relação de troca permanente. A entidade investe na sua base e esta responde com participação, respeito, dedicação e compromisso.

Assim, o OP aparece como dispositivo estratégico para a consolidação do PADRSS. É preciso compreender que a sustentabilidade política é um primeiro passo e a sustentabilidade financeira é resultado das decisões políticas, e que ambos são condicionantes à implementação do Projeto. Neste sentido, é preciso que a prática sindical corresponda às orientações dos eixos estruturantes do projeto político, por meio da atuação em frentes de luta como: reforma agrária, política agrícola, meio ambiente, formação e organização sindical, políticas sociais, transversalidade de gênero e geração.

O 9º CNTTR (2004), tratando sobre os desafios para o MSTTR quanto à democracia interna, gestão, autossustentação e organização sindical, no contexto do PADRSS, afirma que:

> O grande desafio é desenvolver uma gestão e uma proposta de autossustentação financeira que possibilitem a ação sindical e, ao mesmo tempo, transforme esta ação em um elemento de fortalecimento da entidade [...] É preciso que as entidades busquem compreender os problemas que recaem sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais e apresentem alternativas de soluções para os mesmos (p. 60, item 331 e 332).

Quando uma entidade sindical fortalece sua base através da luta, incentiva a formação de militantes ideologicamente comprometidos com o projeto político da categoria, constrói espaços democráticos que estimulam a participação, a transparência, otimiza receitas e descentraliza o poder. O crescimento financeiro torna-se consequência desse processo.

5. RELAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento é, antes de tudo, um instrumento político que movimenta e concretiza as decisões de uma determinada organização. Neste sentido, a FETAEMA realiza seu planejamento visando à implementação do PADRSS, a partir do aprofundamento da democracia sindical.

O desejo e o compromisso de mudar o curso da história, tendo em vista a concretização de um projeto político, é um dos motivos que deve guiar a ação de planejar.

O planejamento não se resume apenas à montagem de cronogramas de atividades, ele é um processo dinâmico e conjuntural, envolve a disputa de projetos políticos, variável histórica fundamental para a medição de sua eficiência e eficácia. Neste sentido, o planejamento precisa ser constantemente revisitado, revisto e até reelaborado. Assim, o planejamento da FETAEMA é focado no

PADRSS, como instrumento do MSTTR na busca de melhoria das condições de vida e trabalho no campo.

Ao adotar o planejamento como o principal instrumento de gestão do MSTTR, a FETAEMA construiu uma metodologia de planejar com uma sucessão de atividades articuladas que visam transformar a realidade do Maranhão, tornando-a favorável aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e adotar um padrão de gestão participativo e transparente, para responder à demanda de implementação do PADRSS.

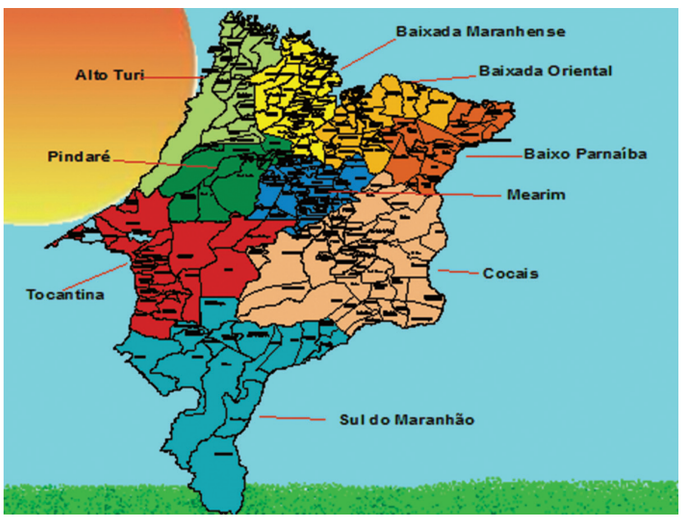
Para tanto, o OP é peça fundamental neste ciclo orçamentário, na medida em que oportuniza a participação da base na tomada de decisões, promove a democracia interna, ampliando os níveis de participação das direções e incentiva a transparência e a ética como ferramentas primordiais para qualificar a gestão sindical. Nessa mesma direção, determina o 2º CNETTR (1999, p. 11, item 2.35.7):

> Planejar significa programar metas e determinar o melhor caminho para alcançá-las. É um exercício permanente de avaliação, de correção de rumos, de buscar entender o porquê do sucesso de algumas ações e do insucesso de outras... As FETAGs farão seus planejamentos a partir de seus sindicatos filiados e a CONTAG fará seu planejamento a partir dos planejamentos das FETAGs. O planejamento deve ser participativo.

Por fim, faz-se necessário esclarecer que o OP é uma etapa essencial para construção do Planejamento Estratégico da FETAEMA, que ocorre em sintonia com as demandas oriundas dos Sindicatos. É neste momento que se percebe o nível de atuação dos dirigentes junto às comunidades, a forma de atuação, os avanços e entraves para o desenvolvimento da ação sindical. A partir deste "perceber", a FETAEMA redimensiona sua atuação e potencializa suas ações de modo que o produto final do Planejamento atenda às necessidades da categoria.

6. METODOLOGIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Cumpre ressaltar, inicialmente, que a estrutura da FETAEMA conta com um quadro de 212 sindicatos filiados, nove Coordenações Sindicais Regionais, que são espaços de representação política junto à base. Esta estrutura facilita o processo de construção do OP, visto que amplia a participação dos sindicatos filiados.



Mapa 1 – Mapa das Coordenações Sindicais Regionais da FETAEMA
Fonte: Assessoria da FETAEMA [entre 2000 e 2012].

A distribuição dos sindicatos em regionais facilita o diálogo, a construção de estratégias coletivas, a mobilização e a organização dos processos de arrecadação e utilização dos recursos disponíveis.

A operacionalização do orçamento por meio do que denominamos de ciclo orçamentário compreende: planejamento estratégico, plenárias regionais, previsão orçamentária e plano de ação anual.

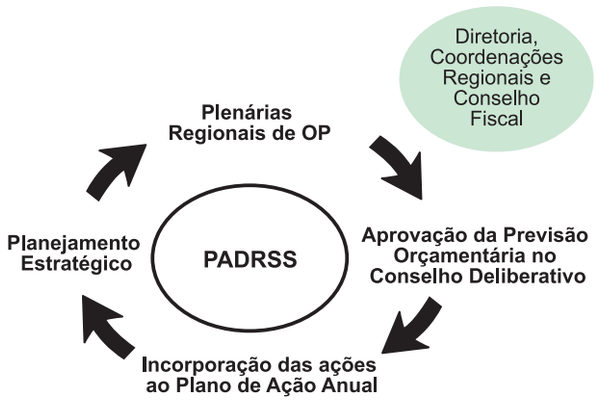


Gráfico 1 – Ciclo Orçamentário

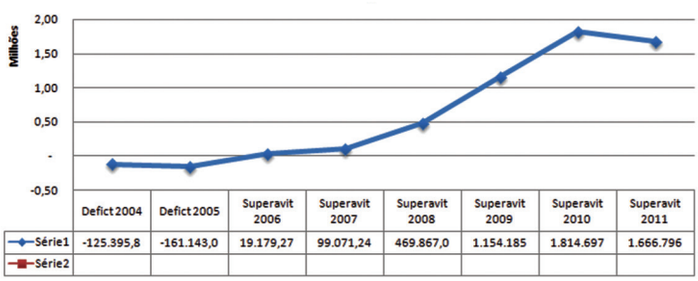
Fonte: Hamilton Souza, Contador da FETAEMA [entre 2008 e 2011].

O Planejamento Estratégico está alinhado com as diretrizes congressuais apontadas pela base, que servem de norte político para condução das ações a ser desenvolvidas pela diretoria durante a gestão.

Metodologicamente, para a coerência do ciclo orçamentário, torna-se essencial a compreensão sobre planejamento estratégico por parte da categoria, e sua importância enquanto subsídio de reflexão e ação do OP.

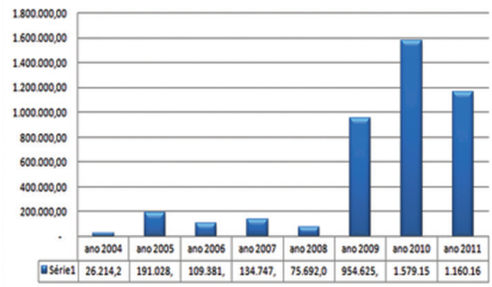
As plenárias regionais são realizadas entre os meses de setembro e início de dezembro, com duração de três dias cada. Estas são espaços de reflexão sobre a conjuntura política, estrutura, finanças, ética e ação sindical. As plenárias são conduzidas por meio de exposição dialogada, grupos de trabalho e estudos sobre temas relevantes do cotidiano sindical, visto seu caráter formativo.

Outro momento desse processo diz respeito à apresentação e discussão do contexto financeiro estadual e regional do MSTTR, onde são demonstrados os níveis de arrecadação, de inadimplência, as receitas disponíveis e suas formas de distribuição, tipos de despesas e os investimentos feitos em ação sindical, como se pode ver nos gráficos a seguir:



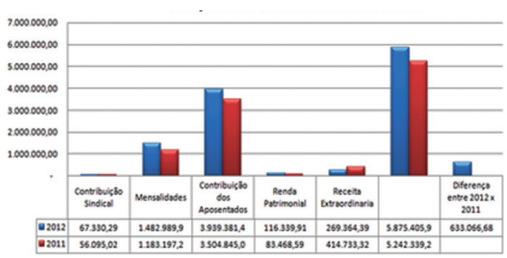
	Defict 2004	Defict 2005	Superavit 2006	Superavit 2007	Superavit 2008	Superavit 2009	Superavit 2010	Superavit 2011
Série1	-125.395,8	-161.143,0	19.179,27	99.071,24	469.867,0	1.154.185	1.814.697	1.666.796
Série2								

Gráfico 2 – Déficit e Superávit
Fonte: Hamilton Souza, Contador da FETAEMA [entre 2008 e 2011].



	ano 2004	ano 2005	ano 2006	ano 2007	ano 2008	ano 2009	ano 2010	ano 2011
Série1	26.214,2	191.028,	109.381,	134.747,	75.692,0	954.625,	1.579.15	1.160.16

Gráfico 3 – Evolução do patrimônio
Fonte: Hamilton Souza, Contador da FETAEMA [entre 2008 e 2011].



	Contribuição Sindical	Mensalidades	Contribuição dos Aposentados	Renda Patrimonial	Receita Extraordinaria		Diferença entre 2012 x 2011
2012	67.330,29	1.482.989,9	3.939.381,4	116.339,91	269.364,39	5.875.405,9	633.066,68
2011	56.095,02	1.183.197,2	3.504.845,0	83.468,59	414.733,32	5.242.339,2	

Gráfico 4 – Comparativo de receitas 2012 X 2011
Fonte: Hamilton Souza, Contador da FETAEMA [entre 2008 e 2011].

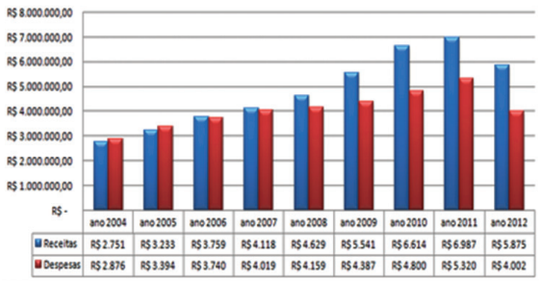


Gráfico 5 – Comparativo de receitas e despesas até agosto de 2012
Fonte: Hamilton Souza, Contador da FETAEMA [entre 2008 e 2011].

Vale dizer que esse momento não é realizado de forma desconectada de uma reflexão sobre a prática sindical. Pensar em orçamento traz à tona os desafios para que, de uma forma efetiva, se melhore a arrecadação do Movimento na região.

A exposição é conduzida de modo a orientar os dirigentes para uma mudança de postura na gestão da entidade, que passa por evitar desperdícios, fazer permanente monitoramento das receitas na busca do equilíbrio financeiro, detectando os problemas internos que levam à má gestão dos recursos do Movimento sindical.

Para tanto, são apresentados e refletidos os princípios que devem nortear a ação política, a gestão financeira e a prestação de contas das entidades sindicais. Os princípios são:

- Transparência: acessibilidade pela categoria às informações e documentos institucionais referentes aos assuntos da categoria que afetam seus interesses;
- Equidade: tratamento justo a todos os associados e demais partes interessadas;
- Responsabilidade: zelo pelo patrimônio material, financeiro e humano da entidade sindical;
- Ética: esmero pelos valores e princípios morais que orientam a prática sindical.

Dessa forma, cria-se um ambiente onde as representações dos sindicatos discutem seus problemas e apontam suas prioridades para a superação dos desafios. Antecede à definição de demandas um amplo processo de reflexão sobre a conjuntura sindical, projeto político e os desafios que precisam ser enfrentados pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

As demandas são apontadas, tomando por base as peculiaridades regionais, as potencialidades, necessidades coletivas dos sindicatos, desafios da categoria e recursos disponíveis de cada região.

Destaca-se o papel educativo das Plenárias Regionais, pois os dirigentes passam a se colocar na condição de sujeitos da ação, assumindo coletivamente responsabilidades com os rumos, prioridades e gestão da FETAEMA. A definição destas prioridades tem como pressupostos as reais necessidades da categoria.

A moderação das Plenárias de OP é realizada no sentido de difundir a necessidade de integração do MSTTR, gerando corresponsabilidade política e financeira na realização das ações que são apontadas pelo grupo.

Somente depois que se definem as demandas prioritárias é que se discute o orçamento para realização da ação. Se a demanda é necessária enquanto ação estratégica, não é relevante começar a discutir a partir de recursos disponíveis em caixa, pois isso inviabilizaria a ação. Percebe-se, claramente, uma mudança significativa na postura e na prática sindical.

Após a realização das Plenárias Regionais, o passo seguinte é a construção da peça de previsão orçamentária. Para tanto, a assessoria política e contábil recebe e faz uma previsão dos custos das ações definidas como estratégicas pelo MSTTR, que, posteriormente, são submetidas à apreciação do Conselho Deliberativo da FETAEMA, para que elementos como tempo, participação, papéis políticos e integração das ações sejam considerados, visando tornar possível, em termos práticos, a superação dos desafios políticos na implementação do planejamento.

Na sequência, realiza-se a oficina de elaboração do Plano de Ação Anual, onde as demandas de OP são integradas às demais ações pautadas pelo conjunto do Movimento.

Passo a passo da construção do OP no Maranhão:

1º passo: Ciclo de estudo para definição da metodologia, do público e equipe de trabalho (assessoria e diretoria);
2º Passo: Realização de nove Plenárias Regionais, com duração de três dias;
3º Passo: Construção da peça orçamentária para apreciação do Conselho Deliberativo;
4º Passo: Oficina de elaboração do plano de ação anual.

O Planejamento Estratégico, também denominado Quadrienal, compõe o ciclo orçamentário; no entanto, sua realização é feita no início da gestão de uma diretoria, passando a nortear as demais etapas do referido ciclo.

Essa metodologia de orçamento construído de forma participativa, orientado e articulado pelo PADRSS, permite fazer discussões sobre sustentabilidade sindical e desenvolvimento, englobando todas as atividades desenvolvidas pelo MSTTR. Permite também a construção de novas relações entre direção e base, integração entre as secretarias, maior comprometimento com a arrecadação e a transversalidade das ações sindicais.

7. DESAFIOS POLÍTICOS PARA IMPLEMENTAR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O primeiro desafio enfrentado no processo de implementação do orçamento participativo é o convencimento político dos dirigentes acerca de sua viabilidade e sua relação com a sustentabilidade política e financeira.

Outro desafio diz respeito à adoção de um modelo de gestão transparente, o qual todos passem a conhecer, discutir e acompanhar, bem como mudar a prática das direções em relação à demonstração de receitas, despesas e ao estabelecimento de metas e prioridades de ações.

A sustentabilidade política e financeira de uma entidade sindical requer ser tratada como responsabilidade comum a todos/as os/as dirigentes. A realidade financeira precisa extrapolar o âmbito da secretaria de finanças, e o político deve ser tratado como investimento.

Outra questão bastante relevante são as receitas sindicais como patrimônio de um sistema, considerando que elas devem ser repassadas e distribuídas para dar garantia ao cumprimento dos papéis políticos das instâncias sindicais nos seus respectivos espaços de representação.

Nessa perspectiva, deve ser reforçada a compreensão sobre identidade de sistema sindical, quando uma entidade depende da outra e esse compromisso com a organicidade da estrutura é vital. Assim, torna-se imprescindível discutir sobre o cumprimento das deliberações congressuais da categoria e de regras estatutárias, no sentido de que as práticas se aliem aos propósitos da luta. "É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática" (FREIRE, 2003. p. 61).

Desse modo, é importante ressaltar que implementar o OP requer reconhecer e aceitar o desafio de romper com a cultura que tem tomado conta das organizações sindicais, com posturas centralizadoras, por vezes autoritárias, dentre outras, pois o OP, atuando no plano ético, altera as relações de poder, promovendo a participação e intervenção da base sindical nas decisões.

Além disso, envolve toda a diretoria nos processos de conhecimento, discussão e definição para a escolha dos rumos políticos a ser seguidos. As lideranças precisam compreender a dinâmica de funcionamento da entidade, visto que a gestão é colegiada, e os erros e acertos nos diversos processos são assumidos coletivamente e podem gerar ganhos e perdas a todos.

Dessa forma, esse é um grande desafio no aspecto formativo do OP: conduzir as lideranças a compreenderem que todos precisam, efetivamente, atuar, conhecer, decidir, num processo de rompimento com a centralidade de poder que não converge com um modelo de gestão colegiado.

A construção de uma política de sustentabilidade sindical, com ampliação das receitas de todas as fontes de contribuição, a redução de gastos, a execução, monitoramento e avaliação do planejado e das ações tornam-se práticas coletivas.

A implantação do OP não se limita a regras, metodologias ou procedimentos: é fruto da visão política de uma entidade. É, sobretudo, uma decisão para adoção de um novo modelo que aproxima a base, trata igualmente as instâncias e pessoas,

respeita as orientações da categoria e coloca o projeto político como eixo orientador da prática sindical.

Desafios políticos para implementar o OP na FETAEMA:

1. ***Convencimento Político – Demonstrar ao conjunto do MSTTR (diretoria da federação e sindicatos) as vantagens da participação e conhecimento da realidade;***
2. ***Organização, controle e monitoramento – Necessidade de constituição de uma equipe interna que possa orientar técnica e politicamente os novos procedimentos a serem adotados;***
3. ***Transparência – Demonstrar todas as receitas, despesas, metas e desafios a serem superados, Participação e corresponsabilidade como estratégia;***
4. ***Identidade – Construção e fortalecimento de identidade enquanto estrutura sindical (SISTEMA) – comprometimento coletivo com a arrecadação nas diversas fontes, no controle e redução de gastos;***
5. ***Tratamento igualitário – Garantir que todas as instâncias sigam as mesmas regras e compromissos;***
6. ***Construção coletiva – Construção e fortalecimento de identidade enquanto estrutura sindical (SISTEMA) – comprometimento coletivo com a arrecadação nas diversas fontes, no controle e redução de gastos;***
7. ***Monitoramento – Controle interno e acompanhamento permanente das receitas e despesas – análise coletiva dos avanços e entraves;***
8. ***Organização interna – Equipe interna para o monitoramento, planejamento, controle e adequação de instrumentais, adaptação aos processos de mudanças (equipe de gestão);***
9. ***Persistência – Convicção de estar no caminho certo da decisão política tomada.***

8. RESULTADOS POLÍTICOS E PROCESSOS DE MUDANÇAS

O OP contribuiu para o fortalecimento político, organizacional e financeiro da FETAEMA, proporcionando a constituição de um modelo de gestão mais transparente, participativo e ético que, certamente, tem sido a maior conquista nos últimos anos.

Com o OP, a FETAEMA alcançou equilíbrio financeiro mediante os processos de mudanças em sua prática sindical, mediante a aproximação da base, ampliou a transparência e equilíbrio entre receitas e despesas e diversificou espaços e canais de participação.

O lema do Orçamento Participativo é ***O segredo é não ter segredo.*** A FETAEMA reafirma a compreensão de que o conhecimento e a corresponsabilidade geram participação. Em sentido inverso, o desconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras em relação à realidade da entidade gera desconfiança e compromete a gestão.

Nesse sentido, assevera o 2º CNETTR (1999, p. 13, item 2.38):

> A transparência na utilização dos recursos que compõem o patrimônio da entidade é fundamental. O patrimônio da entidade é coletivo, pertence aos trabalhadores e trabalhadoras e existe para ser utilizado no interesse deles. Não é propriedade deste ou daquele dirigente. Não podemos repetir nas nossas entidades as práticas nocivas das elites em relação ao Estado brasileiro, com a utilização de verbas públicas em favor de interesses particulares.

O mesmo Congresso Extraordinário afirma ainda que:

> É preciso deixar claro que empregar mal os recursos da entidade não significa, necessariamente, empregá-los de maneira desonesta. Existem dirigentes honestíssimos que, por falta de um planejamento e de um bom plano de ação, acabam desestruturando o patrimônio da entidade em ações sem sentido ou de pouco retorno para a categoria por ele representada,

> porque não possuem critérios claros que lhe permitam realizar uma avaliação política e gerencial sobre o que estão fazendo (1999, p. 13, item 2.43).

A direção percebeu que o sigilo gera fraqueza e não força para uma entidade sindical, como muitos consideram. Com o OP, a direção é obrigada a quebrar a prática sindical de distanciamento da base, que mantém o associado isolado da vida da entidade e o coloca na condição de responsável pelo seu sucesso.

Na medida em que a experiência de OP foi se consolidando e se expandindo no Estado, parte dos dirigentes sindicais passaram a considerar a democracia interna e a participação dos associados como precondição para se exercitar os princípios básicos da gestão sindical. Sentimentos como pertencimento, compromisso e co-responsabilidade tomaram conta dos discursos e práticas de muitos dirigentes.

> O Orçamento participativo é espaço de aprendizagem, aproxima o dirigente da realidade, das dificuldades e peculiaridades de sua base, o que só fortalece essa relação.

> O importante do Orçamento Participativo é que temos a condição de eleger prioridades, já que não conseguimos fazer tudo, as ações não são impostas, são as bases que discutem e orientam.
>
> Essa forma de trabalhar ajuda os Sindicatos a manter um controle nos gastos para cumprir o planejamento.

O planejamento sindical é construído com mais coerência com a realidade e os interesses da categoria. Torna-se possível o estabelecimento de metas de forma conjunta, pois os dirigentes passam a ter mais clareza sobre a organicidade da estrutura sindical e sua importância.

O OP facilita o monitoramento, constrói as condições de distribuição qualitativa das receitas e une forças em torno de objetivos comuns, como também permite o acompanhamento da arrecadação, despesas e resultados dos investimentos realizados.

Além disso, oportuniza processos de avaliação sobre os rumos definidos pela organização sindical, por meio das entidades a ela filiadas e dirigentes de base, o que leva a debates e demandas mais qualificadas. Oportuniza ainda ao MSTTR perceber suas fragilidades e dificuldades no controle social das políticas públicas e na condução das ações sindicais desenvolvidas junto à categoria.

9. PERSPECTIVAS PARA CONTINUIDADE E VISÃO DE FUTURO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo já foi incorporado à prática e à rotina sindical da FETAEMA, e a busca pelo seu aperfeiçoamento tem sido uma constante. As plenárias regionais de OP são claramente espaços de debates, reflexões sobre a conjuntura sindical e de ajustes dos rumos a serem tomados pelas entidades sindicais do MSTTR no Maranhão.

Nesse contexto, buscando avançar cada vez mais na democratização e descentralização do poder, a FETAEMA tem construído diversos instrumentais direcionados à viabilização do OP, quais sejam: regionalização da contabilidade para padronização das prestações de contas, capacitação dos conselheiros fiscais, aprimoramento do bloco seriado e programa de informatização para o MSTTR no Maranhão. De maneira gradativa, a FETAEMA vem tornando o OP um instrumento orientador da prática dos dirigentes e balizador para condução dos processos de gestão sindical compartilhada entre as organizações.

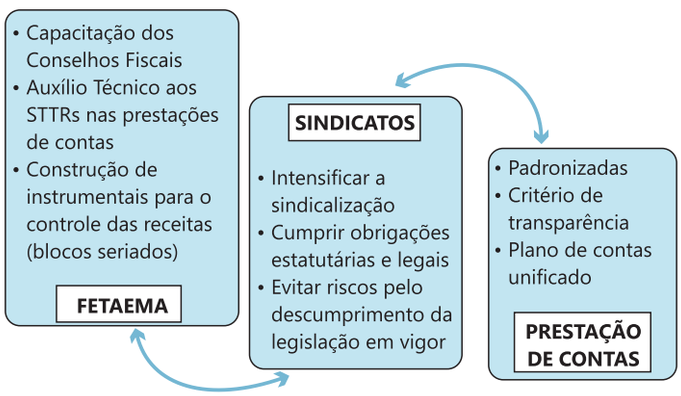


Gráfico 6 – Aprendizados com Orçamento Participativo
Fonte: Assessoria da FETAEMA, [entre 2000 e 2012].

O momento é de avançar na regionalização da contabilidade dos STTRs de forma a prestar, aos sindicatos filiados, serviços de assessoria contábil, com

condições de atuar nas diversas áreas exigidas pelo OP e orientar as entidades no fortalecimento da sua gestão. Espera-se com esta ação que os sindicatos adotem os padrões de transparência e participação já utilizados pela FETAEMA, e que o OP também seja trabalhado em todas as organizações do sistema sindical, seguindo o mesmo ciclo orçamentário trabalhado em nível estadual.

O bloco seriado representa, para o movimento sindical no Maranhão, um grande avanço, pois contribui diretamente no tocante ao controle das receitas, prestações de contas, clareza com o associado e facilita o processo de distribuição e repasse das receitas federativa e confederativa.

> O bloco seriado é um instrumento utilizado pela FETAEMA para o controle e distribuição das receitas do MSTTR, conforme prevê seu Estatuto no art. 66, § 3º: "A FETAEMA emitirá para todos os STTRs filiados Blocos de Recibos Seriados, contendo código de barras, a especificação de todos os percentuais de contribuição confederativa e federativa autorizados pelo MSTTR".

A capacitação dos conselheiros fiscais tem como finalidade qualificar sua prática, para que atuem com segurança e clareza de seu papel, e estimulando práticas sindicais transparentes e éticas.

O sistema de informatização visa interligar sindicatos e FETAEMA, facilitando o monitoramento das receitas, bem como visualizar as quedas existentes por fonte de arrecadação.

O aperfeiçoamento desses instrumentais são desafios estruturais. Entretanto, é relevante destacar que o maior desafio político para a FETAEMA é garantir a implementação do Orçamento Participativo em todos os STTRs filiados, visto que esta é uma deliberação congressual nacional e estadual.

Contudo, vale destacar que o processo de sensibilização dos dirigentes tem avançado muito, pois a própria realidade política e financeira da FETAEMA tem servido de referência. Assim, tem utilizado sua própria experiência, explicitando erros e acertos para estimular a adoção de novas práticas pelos sindicatos, de forma que alcancem a democracia, a transparência e a ética como práticas predominantes no MSTTR do Maranhão e os fios condutores de toda a luta que o Movimento faz em todos os espaços de gestão sindical.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de OP na FETAEMA é uma estratégia inovadora que busca intervir com práticas democráticas que alterem positivamente a gestão sindical, cujo objetivo maior é fortalecer e organizar a categoria na defesa e ampliação de seus direitos sociais, políticos e econômicos.

Para tanto, o MSTTR tem procurado, coletivamente, pensar e repensar a dinâmica de implementação do OP, sua metodologia, seu alcance, entraves e desafios. Ressalte-se que este não é um processo estático, traz em sua essência a dinâmica da conjuntura interna e externa no qual é desenvolvido, podendo, em qualquer fase de sua construção, ser redimensionado, de forma a contemplar os objetivos a serem alcançados com sua realização.

Para seu sucesso, o OP precisa ter a capacidade de romper com práticas conservadoras e antidemocráticas presentes no cotidiano da gestão sindical. Precisa ainda contar com a vontade política das direções em promover uma nova cultura administrativa, tendo como centro de atuação a transparência e ética sindicais, para o desenvolvimento do trabalho de forma coletiva, respeitando as reais necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo ainda como foco os princípios norteadores do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

A FETAEMA sabe do grande desafio em ultrapassar essa estratégia e alcançar sua implementação na esfera estadual, fazendo com que, nos municípios, os STTRs passem a trabalhar cumprindo o ciclo orçamentário e também adotem o OP como uma estratégia política.

Para continuar avançando em seu processo organizativo, fortalecer sua identidade e promover mudanças na qualidade de vida e trabalho de todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, é preciso consolidar o OP em todas as instâncias da estrutura sindical. E é com este propósito que a FETAEMA vem aperfeiçoando e reafirmando o OP como elemento fundamental de sua luta.

11. REFERÊNCIAS

CONGRESSO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 2., 1999, Brasília. **Anais.**.. Brasília: Contag, 1999.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 8., 2001, Brasília. **Anais**... Brasília: Contag, 2001.

_____, 9., 2005, Brasília. **Anais**... Brasília: Contag, 2005.

_____ 10., 2009, Brasília. **Anais**... Brasília: Contag, 2009.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO – FETAEMA. **Estatuto**. São Luís: FETAEMA, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessário à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SEMANAS SINDICAIS NO RIO GRANDE DO SUL: DO PROJETO STRADA AOS DIAS ATUAIS



Leomar Fernando Mattia – Engenheiro Agrônomo, Assessor de Formação da FETAG-RS e Educador Popular da ENFOC
José Lourenço Cadona – Pedagogo, Assessor Regional Sul/CONTAG, Educador Popular da ENFOC

Colaboradores
Elton Roberto Weber – Presidente da FETAG-RS
Nestor Bonfanti – 1º Tesoureiro da FETAG-RS e Diretor responsável pela Formação Sindical
Giovani Paulo Zortea – Assessor de Formação da FETAG-RS
Ezídio Vanelli Pinheiro – Ex-Presidente da FETAG-RS
Sérgio Fritzen – Ex-Assessor de Formação da FETAG-RS
Lotário José Vier – Ex-Assessor de Formação da FETAG-RS

Agradecemos a todos os diretores/as da FETAG-RS, dirigentes sindicais, assessores/as, parceiros, lideranças e trabalhadores\as rurais que se envolveram e participaram na coordenação e execução das Semanas Sindicais durante todos estes anos. Sem a coragem e o engajamento coletivo, estas práticas não seriam possíveis. "Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade" Raul Seixas.



Foto 1 - Semana Sindical do município de São Jerônimo/RS
Fonte: Arquivo Fetag-RS

Projeto STRADA
(Omar Santos de Almeida)

Companheiro e Companheira
Viemos visitar-lhe
Para caminhar com vocês
E também escutar
Mais um elo na corrente
No jeito de organizar.
(Fragmento 1)

1. INTRODUÇÃO

Esta sistematização tem como objeto a experiência das Semanas Sindicais[1] realizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais[2] – STTRs –, juntamente com as Regionais Sindicais[3] e Federação dos Trabalhadores/as na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul[4] – FETAG-RS, e tem como objetivo analisar e apresentar como foi o surgimento, a maneira como elas acontecem e, ainda realizar uma reflexão sobre os resultados desta iniciativa.

O fio condutor ou eixo propulsor desta sistematização é compreender *até que ponto e como a Semana Sindical se constitui numa prática inovadora de fortalecimento do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, através da mobilização, organização e formação dos sujeitos do campo na busca do desenvolvimento rural, em conformidade com a Política Nacional de Formação*

[1] Doravante SS.
[2] Doravante STTR.
[3] Regionais Sindicais: Também conhecidas como Polos Regionais e/ou microrregionais, são organizações de sindicatos de trabalhadores/as rurais, em um determinado local/território/espaço geográfico, que tenham afinidades entre si. Ver mapa anexo 1.
[4] Doravante FETAG-RS.

– PNF e com o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

As SS tiveram início a partir da constatação do distanciamento existente entre os STTRs e as suas bases e a consequente diminuição do número de associados/as. A necessidade de realizar ações práticas para reverter essa situação fez a FETAG-RS buscar soluções e criar em 2002 o projeto STRADA[5], cuja meta era a realização de SS para, por meio de mobilizações de massa, aproximar a ação sindical das necessidades e interesses dos/as trabalhadores/as rurais.

Entre os anos 2002 e 2005, as SS foram realizadas em 12 municípios do Estado. Após este período, deixaram de acontecer, retornando em 2010, tendo sido executadas 44 SS até os dias atuais.

A construção dessa sistematização foi realizada a partir das seguintes perguntas orientadoras: Como e quando surgiu a ideia da realização das SS? Como aconteceu a mobilização, a participação e o envolvimento das pessoas? Como foram preparadas e qual o envolvimento da Federação, das Regionais e dos Sindicatos? Como a Federação, Regional e Sindicatos vêm lidando com o pós-semana sindical? Por que ocorreu a interrupção da realização da semana sindical no período de 2006 a 2009? Que metodologias foram utilizadas no processo? Como os/as trabalhadores/as rurais passaram a se envolver e participar da vida do sindicato após a realização da SS? Que mudanças foram percebidas na prática sindical após as SS? Como as demandas levantadas pelos/as trabalhadores/as rurais durante a SS geraram ações e políticas públicas para o desenvolvimento rural no município? As SS apontaram para a PNF e o PADRSS enquanto orientação e aprendizagem?

Essas perguntas orientadoras configuraram o roteiro de investigação que foi utilizado nas análises dos documentos, das avaliações enviadas pelas regionais sindicais para a federação, como também na condução e análise das entrevistas realizadas com os/as organizadores/as e participantes das SS.

A metodologia utilizada foi dividida em três momentos. O primeiro foi o de analisar os documentos/registros desde o surgimento das SS, em 2002. O segundo momento metodológico foi o que possibilitou analisar as avaliações das SS colhidas junto às regionais sindicais. O terceiro constou da realização de entrevistas com trabalhadores/as que participaram das SS, assessores/as e dirigentes da Federação e dos sindicatos de trabalhadores rurais. Houve a preocupação de manter uma relação dialógica entre os responsáveis pela sistematização e os demais atingidos.

5 **Projeto STRADA:** Projeto idealizado pela FETAG-RS em 2002, com um conjunto de atividades de mobilização, organização e formação da categoria denominado "Semana Sindical". A sigla significava Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais Audaz, Dinâmico e Associativo, e fazia alusão à necessidade de os dirigentes, literalmente, "porem o pé na estrada", irem ao encontro dos trabalhadores/as rurais.

2. O PROJETO STRADA E AS SEMANAS SINDICAIS

Projeto STRADA

(Omar Santos de Almeida)

Esta classe valorosa
Responde a todo momento
Sempre mexendo com a terra
Para arrancar o sustento
Com sol, chuva, noite e dia
Produzindo alimento.
(Fragmento 2)

2.1 Histórico

Após a realização do 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG, em março de 2001, a necessidade de o MSTTR discutir e implementar ações para um desenvolvimento rural sustentável e solidário tornou-se mais evidente e urgente. O projeto de desenvolvimento econômico do Brasil, nestes anos, se definia por uma orientação capitalista neoliberal, pautado prioritariamente no crescimento econômico, e liderado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, avançava a passos largos. No campo, esse projeto era sustentado pela monocultura, concentração de terras, exploração dos recursos naturais e adoção de pacotes tecnológicos com fortes investimentos públicos (CONTAG, 2012). Projetos para a agricultura familiar praticamente não existiam, causando desigualdades, exclusão e pobreza no campo. Neste contexto, o MSTTR vinha discutindo e construindo, desde 1995, um projeto alternativo de desenvolvimento que pudesse se contrapor ao projeto hegemônico, tendo as pessoas e seu território como prioritários nas ações, ao invés da produção a qualquer custo.

Nesse ano, a FETAG-RS estava sob a coordenação do então Presidente, Sr. Heitor José Schuch. À luz do congresso da CONTAG, a diretoria da FETAG-RS começa a pensar com maior intensidade na importância do MSTTR para o

desenvolvimento rural dos municípios e do estado. Era necessário superar a visão do campo referenciada no modelo desenvolvimentista, focado exclusivamente no tamanho da propriedade, na produtividade e no mercado.

No entanto, o movimento sindical no Rio Grande do Sul passava por um momento de grandes reflexões. A partir de uma análise das mensalidades dos sindicatos para com a FETAG-RS, foi possível diagnosticar um grande número de sindicatos com crescente diminuição de associados e dificuldades financeiras. Grande parte deles estava em situação crítica. Concluiu-se que havia certo distanciamento da base, havendo a necessidade de ações práticas para reverter a situação em que se encontravam. Era importante os sindicatos atuarem em ações de desenvolvimento para o meio rural, mas para isso precisavam estar fortalecidos, tanto financeiramente quanto nas suas capacidades de ação.

Fazia-se urgente reunir associados/as conscientes, participativos, sabedores da importância do STTR na defesa de sua categoria, para assim superarem suas dificuldades e conquistarem melhores condições de vida. Era fundamental atuar junto à sociedade e aos órgãos públicos mostrando a importância da agricultura familiar frente ao modelo hegemônico implantado. Fazer mobilizações, conscientizar a categoria sobre sua importância e direitos, e construir, junto à sociedade, projetos de desenvolvimento para os municípios, pautados no PADRSS.

Nesse contexto, levantou-se a necessidade de reaproximar os sindicatos da base, ouvir seus anseios, seus problemas sentidos e vividos e o que esperavam dos sindicatos, e assim construir conjuntamente ações de desenvolvimento pautadas no PADRSS. Denominou-se esse ano como sabático[6], tendo em vista a necessidade do MSTTR pensar sobre si e reciclar-se.

Era necessário propor e fazer algo diferente, inovador, que pudesse motivar tanto os dirigentes quanto os associados/as e atores locais. Tinha que ser desencadeado um processo massivo, não apenas uma ação do movimento sindical, mas sim de todo o município. Um processo que envolvesse poder público, entidades, escolas e os diversos atores locais existentes. Um grande mutirão sindical.

Foi com esse pensar que, em 2002, um grupo de dirigentes da FETAG- RS, em evento realizado pela CONTAG em Brasília, conheceu a experiência do "Mutirão da Cidadania", coordenado pela Federação dos Trabalhadores do Espírito Santo – FETAES. O grupo viu nessa experiência a possibilidade do que procurava. Uma grande mobilização popular, com a participação massiva de dirigentes, lideranças

[6] **Sabático:** Termo de e origem mitológica religiosa. Período para refletir e olhar as coisas sob outra perspectiva.

e entidades. Era isso que o MSTTR do Rio Grande do Sul/RS precisava para fortalecer os STTRs e aproximá-los das suas bases. Começaram então os contatos com os diretores daquela Federação e foi providenciada a participação de alguns dirigentes do RS numa excursão ao Espírito Santo, para conhecer a experiência e as ações desenvolvidas nos municípios.

Os dirigentes voltaram entusiasmados com a ideia que, adaptada à realidade do Estado, passou a se chamar projeto STRADA.

Idealizou-se o projeto STRADA como um conjunto de ações que os STTRs, as Regionais Sindicais e a FETAG-RS iriam realizar conjuntamente durante diversos dias nos municípios. Este projeto se propôs os seguintes objetivos: revitalizar e dinamizar o MSTTR; capacitar e aproximar dirigentes e lideranças com as bases; dar visibilidade e difusão às ações do MSTTR; ampliar o quadro de associados/as ouvindo e valorizando os trabalhadores/as rurais e construir projetos de desenvolvimento para o meio rural.

Essa "mobilização sindical" deveria divulgar as grandes conquistas e desafios do MSTTR e mostrar para a sociedade, poder público e demais instituições o quanto a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos municípios, buscando assim maior valorização do meio rural e da categoria. Como cada realização do projeto STRADA aconteceria em vários dias, na mesma semana e no mesmo município, passou a se chamar Semana Sindical. Assim foi constituído, ora se chamando projeto STRADA, ora Semana Sindical e, na maioria das vezes, das duas formas.

O próximo passo a ser dado após essa idealização era testar a Semana Sindical. Colocá-la em prática. Experimentar a nova ideia. Após debates entre os diretores da FETAG-RS e o Conselho Estadual de Coordenadores/as Regionais,[7] foi escolhido um município para a realização do projeto piloto.

A primeira ação desenvolvida teve o propósito de capacitar os dirigentes sindicais e as lideranças comunitárias daquele Sindicato. A intenção era formar líderes educadores/as para que pudessem multiplicar o aprendizado nas comunidades, atingindo os trabalhadores/as na base.

Nesses encontros de formação, eram debatidas questões como: Por que o MSTTR está perdendo espaço na representatividade dos/as trabalhadores/as? Por que o número de associados diminui constantemente? Como acompanhar as

[7] **Conselho Estadual de Coordenadores/as Regionais:** Cada Regional Sindical possui uma coordenação composta por coordenador/a, secretário/a, tesoureiro/a e suplentes. O conjunto de Coordenadores/as Regionais constitui o Conselho Estadual

transformações que estão acontecendo no meio rural? Como atuar em prol do desenvolvimento rural sustentável do município? Como envolver toda a diretoria na atuação junto ao STTR? Todas essas questões eram aprofundadas, mediante reflexão dialogada, para o entendimento dos participantes da Semana Sindical.

Para organizar a metodologia e o conteúdo da primeira Semana Sindical, o processo durou aproximadamente quatro meses. Na execução das primeiras etapas de formação das lideranças, novas demandas e necessidades surgiam e eram gradativamente acrescentadas, até se chegar a um desenho considerado apropriado.

Nessa metodologia, a primeira grande ação era realizar visitas a todas as famílias residentes ou que trabalhavam no meio rural, para conversar e falar do sindicato, das bandeiras de luta, das conquistas e da importância de serem sindicalizados e, principalmente, ouvir o que estas pessoas tinham a falar sobre o Sindicato.

Para realização dessas atividades, era necessário fazer um mapeamento das comunidades, das propriedades, saber aonde ir. Também era necessário criar uma estrutura mínima, considerando: quantas pessoas seriam necessárias para realizar as visitas? Quantos veículos seriam necessários para o transporte destas pessoas? Quem pagaria o combustível, os materiais para a divulgação, etc.? Logo se percebeu que este trabalho exigiria uma logística bem organizada. Além disso, percebeu-se que não seria tarefa apenas para um sindicato e seus líderes, era necessário o envolvimento de todos os sindicatos de uma regional juntamente com a FETAG-RS. Um grande mutirão de pelo menos 40 pessoas envolvidas na organização.

Diante de tamanho desafio, se pensou na possibilidade de articulação com as demais instituições existentes no município, como a EMATER, órgãos públicos, cooperativas, igrejas, escolas, associação comercial e industrial e outras que atuavam no meio rural. Logo as dificuldades foram aparecendo, dentre elas a falta de informações sobre o município, a falta de conhecimento da base pelos dirigentes, a falta de estrutura física e financeira, etc. Essas dificuldades fizeram com que o sindicato do município escolhido para ser piloto desistisse da Semana Sindical.

Frente a esse fato, uma nova articulação foi realizada para que a primeira Semana Sindical pudesse acontecer em um novo município. Desta vez o município escolhido foi Campina das Missões, na regional sindical Santa Rosa. Novamente foi realizado todo o processo de mobilização, de articulação, de capacitação das diretorias e lideranças, e divulgação nos meios de comunicação para que a Semana Sindical pudesse acontecer.

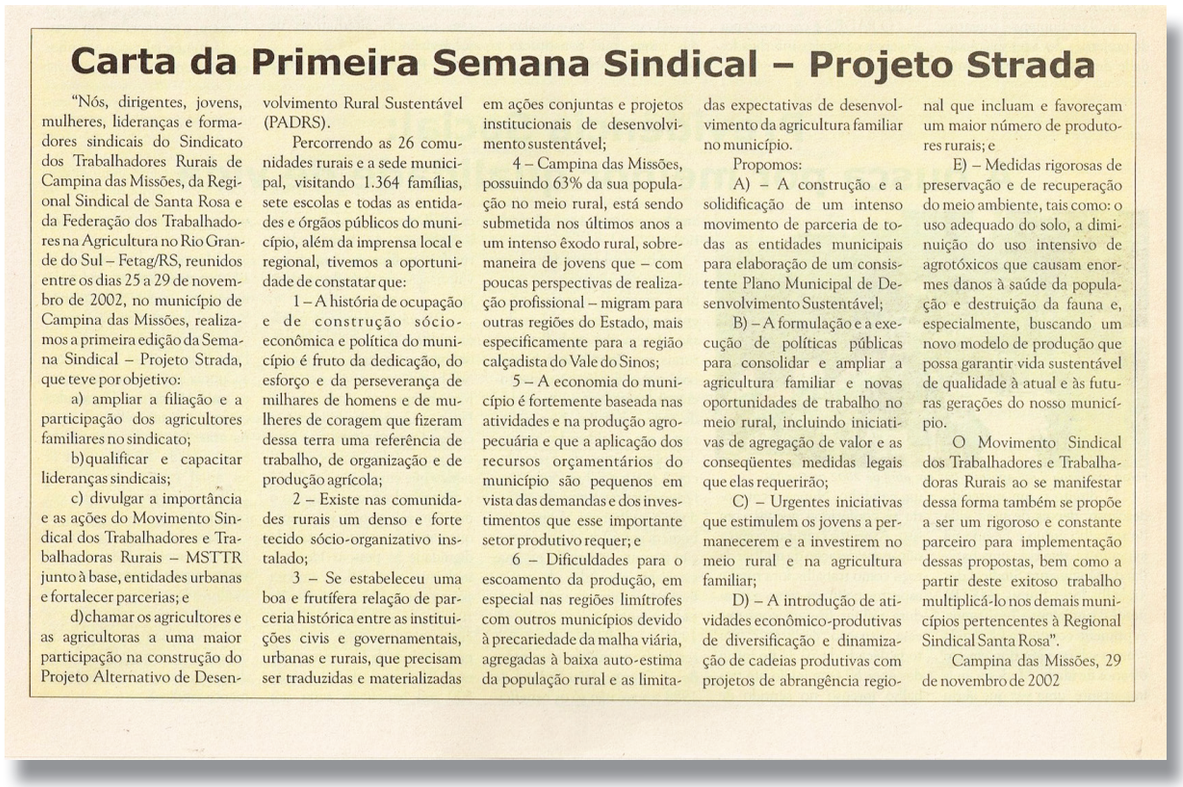
Projeto STRADA
(Omar Santos de Almeida)
Em Campina das Missões
Início da Caminhada
Os sindicatos e a base
Realizando esta jornada
Dirigente e liderança
Pisando a terra lavrada.
(Fragmento 3)

Em Campina das Missões, foi utilizado o Centro Comunitário como núcleo central para coordenação das ações. No primeiro dia, foi feita uma reunião para planejar as atividades, dividir as equipes de trabalho e organizar os materiais.

Na época, o município tinha 7.010 habitantes, sendo que 4.700 viviam no meio rural. Todas as famílias do campo foram visitadas, casa por casa. Conversava-se sobre o Sindicato e a vida no campo, ouvindo o que os/as trabalhadores/as tinham a dizer. Além disso, entregava-se jornal e fôlder com a programação da SS e informações sobre o Sindicato. Lutas e conquistas, os direitos dos trabalhadores/as rurais, a importância de ser sindicalizado/a, dados sobre o município e sobre a agricultura familiar. Todas as informações coletadas eram registradas. Tudo isso numa prosa rápida.

Como o tempo era curto, pois era necessário visitar várias famílias por dia, a estratégia foi convidá-las para uma reunião na comunidade, que aconteceria na parte da noite e na qual seria possível conversar por mais tempo e passar mais informações sobre o Movimento Sindical. Dessa forma, além de se visitar todas as famílias, também se realizaram reuniões em todas as comunidades rurais do município. Ainda foram feitas visitas de articulação com o prefeito municipal, vereadores, com o vigário, as escolas, divulgação na rádio, dentre outras estratégias utilizadas, para adesão da população e reconhecimento da importância do Sindicato como referência da agricultura familiar no município. A semana terminou com uma feira da agricultura familiar, com a participação de uma grande quantidade de trabalhadores/as rurais e autoridades, quando foram encaminhadas as propostas colhidas. Estas propostas, presentes na "Carta da Primeira Semana Sindical", foram dirigidas ao Sindicato, aos Poderes Executivo e Legislativo do município, e à sociedade como um todo.

Como se pode observar nessa Carta da Primeira Semana Sindical – Projeto STRADA, as demandas da sociedade apontam para ações que buscam o desenvolvimento rural sustentável no município: a necessidade da construção de um plano



Carta da Primeira Semana Sindical – Projeto Strada

"Nós, dirigentes, jovens, mulheres, lideranças e formadores sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina das Missões, da Regional Sindical de Santa Rosa e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – Fetag/RS, reunidos entre os dias 25 a 29 de novembro de 2002, no município de Campina das Missões, realizamos a primeira edição da Semana Sindical – Projeto Strada, que teve por objetivo:

a) ampliar a filiação e a participação dos agricultores familiares no sindicato;

b) qualificar e capacitar lideranças sindicais;

c) divulgar a importância e as ações do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR junto à base, entidades urbanas e fortalecer parcerias; e

d) chamar os agricultores e as agricultoras a uma maior participação na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS).

Percorrendo as 26 comunidades rurais e a sede municipal, visitando 1.364 famílias, sete escolas e todas as entidades e órgãos públicos do município, além da imprensa local e regional, tivemos a oportunidade de constatar que:

1 – A história de ocupação e de construção sócio-econômica e política do município é fruto da dedicação, do esforço e da perseverança de milhares de homens e de mulheres de coragem que fizeram dessa terra uma referência de trabalho, de organização e de produção agrícola;

2 – Existe nas comunidades rurais um denso e forte tecido sócio-organizativo instalado;

3 – Se estabeleceu uma boa e frutífera relação de parceria histórica entre as instituições civis e governamentais, urbanas e rurais, que precisam ser traduzidas e materializadas em ações conjuntas e projetos institucionais de desenvolvimento sustentável;

4 – Campina das Missões, possuindo 63% da sua população no meio rural, está sendo submetida nos últimos anos a um intenso êxodo rural, sobremaneira de jovens que – com poucas perspectivas de realização profissional – migram para outras regiões do Estado, mais especificamente para a região calçadista do Vale do Sinos;

5 – A economia do município é fortemente baseada nas atividades e na produção agropecuária e que a aplicação dos recursos orçamentários do município são pequenos em vista das demandas e dos investimentos que esse importante setor produtivo requer; e

6 – Dificuldades para o escoamento da produção, em especial nas regiões limítrofes com outros municípios devido à precariedade da malha viária, agregadas à baixa auto-estima da população rural e as limitadas expectativas de desenvolvimento da agricultura familiar no município.

Propomos:

A) – A construção e a solidificação de um intenso movimento de parceria de todas as entidades municipais para elaboração de um consistente Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável;

B) – A formulação e a execução de políticas públicas para consolidar e ampliar a agricultura familiar e novas oportunidades de trabalho no meio rural, incluindo iniciativas de agregação de valor e as conseqüentes medidas legais que elas requerirão;

C) – Urgentes iniciativas que estimulem os jovens a permanecerem e a investirem no meio rural e na agricultura familiar;

D) – A introdução de atividades econômico-produtivas de diversificação e dinamização de cadeias produtivas com projetos de abrangência regional que incluam e favoreçam um maior número de produtores rurais; e

E) – Medidas rigorosas de preservação e de recuperação do meio ambiente, tais como: o uso adequado do solo, a diminuição do uso intensivo de agrotóxicos que causam enormes danos à saúde da população e destruição da fauna e, especialmente, buscando um novo modelo de produção que possa garantir vida sustentável de qualidade à atual e às futuras gerações do nosso município.

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ao se manifestar dessa forma também se propõe a ser um rigoroso e constante parceiro para implementação dessas propostas, bem como a partir deste exitoso trabalho multiplicá-lo nos demais municípios pertencentes à Regional Sindical Santa Rosa".

Campina das Missões, 29 de novembro de 2002

municipal de desenvolvimento envolvendo órgãos públicos, instituições e a sociedade do município; a formulação e execução de políticas públicas destinadas à agricultura familiar; criação e execução de estímulos aos jovens a permanecerem no campo; preservação e recuperação do meio ambiente.

Em depoimento da presidente do sindicato na época, um dos resultados mais importantes obtidos com a Semana Sindical e a entrega da Carta foi a ampliação dos incentivos à produção leiteira. Estes incentivos se deram por parte dos órgãos públicos do município e foram principalmente na melhoria genética e na adequação das estradas do meio rural, entre outras, fazendo do município um dos maiores produtores de leite da região. Segundo a presidente, isso permitiu uma maior geração de renda, diversidade de atividades e a permanência das famílias no campo.

Logo após a Semana Sindical, num intervalo de um mês, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campina das Missões teve a adesão de 280 novos associados/as, o que mostrou a importância desta ferramenta na mobilização da base.

O relatório de atividades da FETAG-RS de 2003 informa que, apesar do grande resultado constatado na primeira Semana Sindical, a adesão dos sindicatos a esta proposta foi menor do que o esperado. Era esperada uma adesão de pelo menos 10 sindicatos de trabalhadores/as rurais. Ainda assim, nesse ano, foram realizadas mais três SS nos municípios de São Nicolau, Independência e Cândido Godói. Nas quatro experiências, constatou-se que a Semana Sindical foi um excelente instrumento de formação de lideranças municipais e regionais, de mobilização da categoria, das entidades, das escolas e da sociedade como um todo.

Nas avaliações realizadas com esses sindicatos, constatou-se que vários objetivos propostos na realização das quatro SS foram alcançados, entre eles, foi possível constatar maior consciência e adesão da categoria, com aumento no número de associados e maior participação nas assembleias, reuniões e demais ações organizadas pelos sindicatos. E o reconhecimento dos segmentos políticos, sociais e econômicos do município e da região em relação à importância da atuação do STTR, visualizados através de parcerias na realização de eventos, reuniões nas comunidades, e diálogos sobre o desenvolvimento rural dos municípios. É certo que muitos objetivos também não foram alcançados, como, por exemplo, a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Campina das Missões.

Segundo relatos dos dirigentes desses sindicatos, com o passar do tempo, a motivação criada na Semana Sindical vai perdendo força e a tendência é voltar a realizar as mesmas ações realizadas anteriormente. Faz-se necessário, no pós-semana sindical, um monitoramento constante das ações propostas durante a Semana Sindical para que não se percam as metas estipuladas.

Motivados pela realização das primeiras SS e imbuídos da importância de continuar ouvindo as bases para repensar e revigorar o MSTTR do RS, decidiu-se em 2003, ano em que a FETAG-RS completaria 40 anos de existência, pela realização do 8º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, evento que não acontecia há 27 anos. A missão de organizar este congresso ficou a cargo da nova diretoria da Federação que acabara de assumir, tendo como Presidente o Sr. Ezídio Vanelli Pinheiro. Essa decisão foi determinante para a afirmação e fortalecimento das SS.

Com a definição pela realização do Congresso, iniciaram-se os preparativos que se constituíram num grande momento de capacitação dos dirigentes e lideranças. Três momentos foram importantes nessa fase: a definição das temáticas e conteúdo político para formatação do documento base; a elaboração e edição do documento base; e a realização de 22 reuniões nas regionais sindicais para o lançamento oficial do Congresso, tendo como lema "O MOVIMENTO SINDICAL QUE QUEREMOS".

Nos meses de maio a julho de 2003, foram realizadas as reuniões nas regionais e nos municípios para debater o documento base, envolvendo mais de 8 (oito) mil associados/as. Nos meses de agosto e setembro do mesmo ano, aconteceram as 22 plenárias regionais que compilaram e organizaram as propostas vindas dos municípios e escolheram os/as delegados/as para o Congresso Estadual. Entre os dias 6 e 8 de outubro, aconteceu o Congresso Estadual, que teve, como um dos grandes momentos, a elaboração e aprovação das diretrizes que iriam orientar as ações do MSTTR do RS para os próximos quatro anos.

DIRETRIZES APROVADAS NO 8º CONGRESSO ESTADUAL DE TRABALHADORES/AS RURAIS DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL – FETAG-RS, REALIZADO DE 06 A 08 DE OUTUBRO DE 2003.

EIXO: FORMAÇÃO DE QUADROS

Item 1	Item 2	Item 3	Item 4
Criação da Escola de Formação Sindical – IFSIM e suas competências.	Formação e capacitação de dirigentes sindicais.	Implantar SS.	Liberação de agente sindical nas regionais sindicais vinculadas à FETAG-RS, com responsabilidade conjunta: STTR, regional sindical e FETAG-RS.
a) Formação sindical para todas as lideranças e dirigentes, constituindo parcerias nas atividades formativas; b) Criação de uma rede de formadores do MSTTR que trabalhe orientando os dirigentes e lideranças de base; c) Capacitação permanente de funcionários/as dos STTRs; d) Ações formativas para a juventude rural.	a) Todos os/as dirigentes sindicais devem fazer o curso de formação para o sindicato ser considerado em dia com a FETAG-RS.	a) Conforme metodologia da FETAG-RS para realizar ações de formação nas bases: - É aquela em que os/as dirigentes sindicais de uma mesma regional sindical trabalham ao mesmo tempo num mesmo sindicato; - Nela acontece um trabalho de preparação: pesquisa e diagnóstico do município/sindicato, que remeterá para a definição da forma de realização da semana sindical; - Na semana sindical em si, todas as famílias são visitadas, além de entidades e escolas. b) Ação massiva e simultânea em todos os municípios do Estado, com temas pré-estabelecidos pelo conjunto do MSTTR e pela Escola Sindical, com materiais de subsídios; - Todo o trabalho deverá ser feito com quadros de lideranças preparados, de forma que possam eles/as ser lideranças também nos seus municípios de origem; - Envolverá profundamente as assessorias regionais. Elas também deverão garantir a continuidade desse trabalho pós-semana sindical.	a) Liberação de um/a assessor/a regional, garantindo que as regionais sindicais tenham participação na escolha das assessorias; b) Essas assessorias terão, dentre outras funções, a de garantir a continuidade desse trabalho pós-semana sindical.

É possível perceber, com as diretrizes do Congresso, que, dentre as diversas propostas aprovadas, a que teve destaque foi a afirmação da importância da realização das SS como instrumento de mobilização, organização e formação dos dirigentes, lideranças e da categoria. Essa decisão causa mudanças na forma do MSTTR/RS fazer sindicalismo. É o retorno do sindicalismo que vai ao encontro da sua base.

Em 2005 foram realizadas oito SS nos municípios de Barão de Cotegipe, Canela, Cerro Grande do Sul, Sentinela do Sul, Ibirubá, Chapada, Bom Princípio e Arroio do Tigre. Foram realizadas 10.400 visitas às famílias e a 48 escolas do meio rural. Aconteceram 96 reuniões comunitárias que atingiram 5.460 pessoas e foram realizadas três palestras para 123 professores/as das escolas do meio rural. Para realizar estas oito semanas, foram preparados 320 líderes para atuarem na sua execução.

No município de Barão de Cotegipe, na Regional Alto Uruguai, foi experimentada a metodologia com a participação dos educandos/as do Curso Estadual de Formação de Lideranças do Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel – IFSIM, atuando intensamente nas atividades. Um dos módulos do curso aconteceu durante a Semana Sindical. Os/as educandos/as puderam vivenciar na prática como aconteciam os processos de mobilização, formação e organização da categoria, aprendendo e ensinando durante o processo. A experiência foi muito positiva ao permitir muitos aprendizados, conforme relatos de pessoas que participaram ativamente destas SS.

Depoimento de Sandra Helena Wagner, educanda do Curso de Formação de Lideranças do IFSIM que participou da Semana Sindical:

Participar na Semana Sindical em Barão de Cotegipe foi uma experiência que me marcou muito. Na época eu estava fazendo o Curso Estadual de Formação de Lideranças e o terceiro módulo foi auxiliar na execução da Semana Sindical. O objetivo era colocar em prática o que aprendemos no curso e visualizar a realidade vivida pelos agricultores\as daquele município. Poder visitar as famílias, conhecer uma cultura diferente, discutir questões ligadas ao sindicalismo e ao meio rural fizeram com que eu reavivasse a militância e acreditasse ainda mais na importância do Sindicato para o desenvolvimento do meio rural. Considero a Semana Sindical a melhor ferramenta

para mobilizarmos e organizarmos a categoria, pois faz com que o Sindicato vá ao encontro dos trabalhadores\as e participe da sua vida, podendo assim ter uma atuação mais qualificada. Os\as trabalhadores\as, por sua vez, sentem-se valorizados e passam a participar mais.

Um pouco da história da Semana Sindical em Barão de Cotegipe:

O Sindicato era apenas um escritório que prestava alguns serviços, como o encaminhamento de benefícios previdenciários. Estava desestruturado e desacreditado, pois não era mais referência para os/as trabalhadores/as rurais no município. A diretoria deste Sindicato atuava como figurante. Não se reuniam, não realizavam reuniões de base. O presidente ia ao órgão apenas meio dia por semana.

Com a realização da Semana Sindical, houve uma "oxigenação", despertando o interesse dos/as trabalhadores/as para revitalizar o Sindicato. Os/as trabalhadores/as rurais voltaram a se interessar pela entidade, exigindo a troca da diretoria, cujo mandato estava em seu final. Houve um comprometimento sério de algumas lideranças em retomar a verdadeira função do Sindicato.

Casualmente, essa SS foi realizada alguns dias após ter ocorrido, no município, um desastre climático, no qual as plantações foram praticamente dizimadas pelo granizo, destruindo aviários, residências e a malha viária. Como o sindicato estava praticamente inoperante, a semana sindical proporcionou à população rural se reunir e buscar soluções, servindo também de apoio às comunidades atingidas.

No encerramento da SS, os/as trabalhadores/as rurais realizaram uma caminhada pelas ruas da cidade, portando ferramentas da agricultura familiar e plantações destruídas pelo granizo. Este ato gerou notícias na imprensa regional.

Essa caminhada mexeu com o poder público municipal e estadual que, em conjunto com as comunidades, buscaram soluções emergenciais, como crédito agropecuário, para minimizar os problemas causados pelas intempéries climáticas. O Sindicato

passou a dar maior e melhor atenção aos problemas sentidos e vividos pelos/as trabalhadores/as rurais. Atualmente, o Sindicato está em uma sede nova e conta com uma direção mais atuante, capacitou seus funcionários, ampliou a prestação de serviços como, por exemplo, o troca-troca de sementes de milho, cadastros do INCRA, crédito fundiário, habitação rural, dentre outros.

Depoimento do senhor João Carlos Jatczak, presidente do STTR de Barão de Cotegipe:

A SS foi um momento muito importante para o Sindicato de Barão de Cotegipe e para o município como um todo. Na época, o Sindicato estava desacreditado, passando por um momento difícil, tanto financeiro quanto na ação junto à base. A SS serviu para dar uma mexida na diretoria e nos/as associados/as, que passaram a ver a importância do órgão e se comprometer mais. A partir daí, o Sindicato começou a ser reorganizado e passou a se fortalecer dia após dia. Hoje está com credibilidade junto aos/as trabalhadores/as rurais e instituições do município.

A partir de 2006, as SS pararam de ser executadas. Outras demandas, num outro contexto, fizeram com que voltassem a ser realizadas somente em 2010. Questões como: a grande dedicação necessária para o funcionamento dos cursos de formação no Instituto de Formação Sindical; a implementação e o monitoramento das ações realizadas pelo programa de assessorias regionais; a dedicação na implantação das Casas Familiares Rurais e a execução do projeto de organização da produção passaram a ser consideradas prioridades, e as SS deixaram de ser realizadas. Faltou um comprometimento maior por parte de todas as instâncias do Movimento sindical para que as SS continuassem naquele momento.

2.2 A retomada das Semanas Sindicais

No final de 2007, tendo como presidente o Sr. Elton Roberto Weber, a FETAG-RS realiza seu 9º Congresso com o lema "FORTALECER A ORGANIZAÇÃO

PARA AVANÇAR NAS CONQUISTAS". As profundas discussões sobre a ação e a prática sindical incentivaram e apontaram a necessidade da realização de um diagnóstico da situação em que se encontravam os STTRs filiados à Federação. O diagnóstico foi realizado em 2009 e buscou avaliar vários aspectos importantes, tais como: trabalho junto à base, organização sindical, sustentabilidade financeira, formação de quadros, entre outras questões que mostraram, assim como nos anos anteriores, um preocupante afastamento de um grande número de sindicatos da sua base.

Diante dessa constatação, foi planejado um conjunto de ações, e a principal foi a retomada das SS. O planejamento estratégico da FETAG-RS indicou que as 23 regionais sindicais deveriam realizar ao menos uma Semana Sindical, tendo as experiências do projeto STRADA como modelo para a sua constituição. Entre 2010 e 2012 foram realizadas 31 SS em municípios escolhidos pelas próprias regionais, com mais de 35.000 famílias visitadas por mais de 1.000 dirigentes e lideranças da FETAG e dos sindicatos. Em torno de 250 sindicatos participaram das atividades.

As 32 Semanas Sindicais realizadas tiveram três momentos distintos, mas interligados:

1. O primeiro momento podemos chamar de Pré-Semana Sindical, que é composto pela escolha do município/sindicato onde será realizada, pela capacitação das pessoas envolvidas no processo, sensibilização e articulação de parcerias com as entidades, planejamento de ações, produção de materiais e ampla divulgação do evento;
2. O segundo momento é a Semana Sindical propriamente dita, com visitas a todas as famílias de trabalhadores/as rurais residentes no município, reuniões nas comunidades, ações nas escolas, visitas às entidades, comércio, poderes públicos, ações complementares e ato de encerramento;
3. O terceiro momento é o que chamamos de Pós-Semana Sindical – os desdobramentos que devem acontecer após a realização do evento, para que as demandas elencadas pelos trabalhadores/as rurais possam acontecer na prática.

2.3 Metodologia atual das Semanas Sindicais

As metodologias, bem como as ferramentas utilizadas para a realização das SS, foram sendo aprimoradas durante a execução das Semanas. Os sucessos e insucessos, acertos e erros, vivenciados durante os processos de planejamento e execução, foram indicando ao MSTTR do RS o formato mais apropriado, e moldando uma identidade para as SS.

Logo após conhecer a experiência dos Mutirões da Cidadania, os dirigentes da FETAG-RS perceberam a necessidade de fazer alterações ao modelo realizado no Espírito Santo. O objetivo no RS era mobilizar a base e fortalecer o STTR, diferente da experiência capixaba que tinha um forte cunho social, de garantir acesso a direitos básicos e cidadania aos trabalhadores/as rurais. Sendo assim, após conhecer a experiência que foi o germe das SS, não houve mais contato com a FETAES para beber daquela fonte na construção da metodologia no RS.

Com a realização das primeiras SS, foram sendo inseridos novos elementos e ferramentas ao processo. Assim, quando percebido que as visitas às famílias não permitiam um aprofundamento nas discussões por falta de tempo, foram criadas as reuniões comunitárias. Quando compreendida a importância da educação do campo e da sucessão rural para o desenvolvimento dos municípios, inseriu-se as ações nas escolas. Ao entender que o STTR sozinho não conseguia transformar a realidade do meio rural, buscou-se as articulações e parcerias, e assim por diante.

Ao serem retomadas as SS em 2010, a metodologia básica foi a mesma daquela utilizada nos anos anteriores durante o projeto STRADA. É importante, contudo, deixar claro que nunca uma Semana Sindical é igual a outra. As características da região, do município, e do próprio sindicato influenciam fortemente na construção dos objetivos e das ações metodológicas durante este evento. Por isso são tão importantes os diagnósticos iniciais, a capacitação dos participantes e o planejamento prévio das ações a serem realizadas.

Em alguns municípios, as reuniões comunitárias não acontecem à noite, pois as famílias não têm o costume de sair de casa neste horário. Há municípios onde as reuniões comunitárias nem mesmo foram realizadas, pois se utilizou a estratégia de dedicar mais tempo às visitas. Em época de colheita ou plantio, não é aconselhável realizar SS, pois a atenção dos trabalhadores/as está totalmente voltada a estas tarefas. Sendo assim, existem épocas ideais e diferentes em cada região do

estado para a realização das SS. Se a Semana Sindical acontecer em época de férias nas escolas, é necessário pensar uma ação para envolver professores/as, jovens e crianças, e assim por diante. A cada nova Semana Sindical, deve-se pensar qual é a melhor metodologia para que se atinjam os objetivos traçados.

Dessa forma, listamos os principais elementos metodológicos das SS realizadas no RS, que podem e devem ser adaptados e melhorados quando forem utilizados em outras regiões ou estados.

3. PRÉ-SEMANA SINDICAL

3.1 Escolha do município

A escolha do município onde será realizada a Semana Sindical é feita pela Regional Sindical, levando em consideração o nível de fragilidade do Sindicato, as possibilidades de parcerias, o engajamento da regional, dentre outros. Como a intenção é fortalecer o STTR, é fundamental conhecer suas fragilidades para saber como atuar no intuito de superá-las. Também é importante conhecer os pontos fortes, divulgando-os aos trabalhadores/as, mostrando a importância da sindicalização. Se o STTR é muito fragilizado, seja financeiramente ou na sua atuação, não é aconselhável realizar uma SS, pois as muitas demandas decorrentes desta ação não seriam assimiladas e encaminhadas devidamente. Para estes sindicatos, são necessárias ações que antecedem uma SS, como visitas para capacitação da diretoria e qualificação das ações.

Houve casos em que a mobilização realizada na Semana Sindical gerou uma grande procura dos trabalhadores/as pelos serviços do Sindicato. Nem a diretoria e nem os funcionários estavam preparados para essa demanda, não dando vazão às necessidades dos/as associados/as. Isto gerou um efeito negativo, pois este acontecimento provocou nos trabalhadores/as a crença de que o STTR iria mudar e, quando lá chegaram, encontraram o mesmo Sindicato, com os mesmos problemas que já conheciam.

Nesses sindicatos, é necessário diagnosticar previamente os problemas e provocar a diretoria a reconhecer a importância de saná-los. A Federação e a Regional Sindical devem participar deste processo, realizando visitas e capacitações constantes com os/as diretores/as, funcionários/as e lideranças, auxiliando na

construção de soluções para os problemas, até que o STTR esteja em melhores condições para realizar o evento e aí, sim, poder mobilizar e organizar sua categoria. Sendo assim, na escolha do município, é fundamental que a diretoria do STTR esteja disposta a se capacitar e qualificar as ações do Sindicato, ouvindo as demandas vindas da base.

Também é importante conhecer as características do município como: número de famílias e situação em que estas se encontram, número de comunidades, tamanho e características geográficas, programas e projetos de desenvolvimento e tudo mais que possa ser utilizado no planejamento das ações. Deve-se conhecer a forma com que atuam os órgãos públicos e as entidades em relação ao meio rural para construção de estratégias de aproximação e/ou fortalecimento de parcerias. Por fim, é fundamental que os STTRs da regional sindical estejam dispostos a participar e cooperar na execução da SS, já que é um grande mutirão que necessita de ações cooperativas e solidárias.

3.2 Capacitação dos participantes

Após a escolha do município, é necessário realizar a capacitação das pessoas que estarão envolvidas na execução da SS. Inicia-se com a capacitação da diretoria e conselho fiscal, na qual é aprofundada a situação do Sindicato. São analisados os pontos fortes, pontos a melhorar, ameaças e oportunidades; bem como o que os/as associados/as esperam do STTR. Refletir como utilizar a SS para aproximar o sindicato da base e fortalecê-lo. Esse debate acontece em um dia de capacitação, podendo se estender por mais tempo, dependendo da necessidade.

Posteriormente, é realizada uma reunião ampliada, com a presença de representantes dos STTRs da Regional, lideranças do Sindicato, atores locais, poder público, Emater e demais entidades atuantes no município. Nessa reunião é apresentada a proposta e objetivos da SS contendo: a história de lutas e conquistas do MSTTR; relato da situação e ações realizadas pelo Sindicato; diagnóstico da realidade do município; projetos de desenvolvimento e um planejamento de atividades a serem concretizadas até à data do evento e durante a sua realização.

Durante as capacitações, surgem elementos fundamentais para a realização da Semana Sindical. Ao conversar sobre o município e sobre o Sindicato, passa-se

a conhecer melhor a realidade de ambos e dimensionar as ações. Num dos municípios onde seria realizado o evento, durante a capacitação, percebeu-se a pouca atuação dos diretores, que além de pouco participativos estavam desunidos e fazendo acusações uns aos outros. O sindicato estava com muitos problemas na gestão e dificuldades financeiras que só foram conhecidas durante a capacitação. A decisão da FETAG-RS e da Regional foi de não realizar a SS e solucionar estes problemas, que não seriam corrigidos com esta ação de massa. A partir daí, passou-se a acompanhar o Sindicato mais de perto, que agora se encontra num processo de fortalecimento para futuramente realizar a referida Semana.



Foto 2 – Capacitação de diretores/as e lideranças do STTR onde foi realizada a Semana Sindical, juntamente com diretores/as dos STTR da Regional Sindical e representantes das instituições locais.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.

3.3 Planejamento das ações

Sempre é previsto um intervalo entre a preparação e a execução da Semana Sindical, para que haja um planejamento das ações a serem executadas. O ideal é que este intervalo seja de pelo menos um mês para o mapeamento das visitas às famílias, articulação com os guias que levarão os dirigentes até as residências

(agentes de saúde, conselheiros, diretores/as do STTR); articulações e busca de apoio com os órgãos públicos, Emater, movimentos sociais e outras instituições para que participem ativamente das atividades; preparação dos materiais de divulgação (fôlder, jornal e outros), além de uma ampla divulgação nos meios de comunicação. A divulgação é importante para que, nas datas do evento, todos/as trabalhadores/as rurais saibam que serão visitados em suas residências, e qual é o intuito disso. Que saibam que haverá reuniões nas comunidades, com as datas e horários, para que se programem com antecedência, e que conheçam quais são os objetivos da Semana Sindical, para que participem ativamente desta mobilização que tem o intuito principal de melhorar sua qualidade de vida.

Após as capacitações, é possível dimensionar a Semana. Dependendo do número de famílias a ser visitada, a quantidade de pessoas que estarão envolvidas e dos recursos físicos e financeiros disponíveis, é possível definir quantos dias serão necessários, quantas equipes de trabalho, quantos veículos de transporte, alimentação, hospedagem, e quais ações serão realizadas. Algumas SS podem ser realizadas em dois dias, outras necessitam de mais tempo, podendo chegar a cinco dias.

As SS realizadas em 2010 tiveram um intervalo, entre a preparação e a execução, de 15 dias. As avaliações mostraram que este espaço de tempo é muito pequeno, não permitindo um bom planejamento das atividades. Isto ficou visível em alguns municípios em que na data prevista para a Semana Sindical ainda não havia carros suficientes, ou não teve a participação necessária de pessoas, ou não havia sido divulgado a contento as ações do evento e assim por diante.

As SS atuais têm um intervalo mínimo de um mês entre a capacitação e a sua execução, podendo ser maior se necessário.

4. AÇÕES DURANTE A SEMANA SINDICAL

Durante o processo de execução da SS, várias ações são realizadas. Algumas acontecem de forma simultânea, necessitando de várias equipes para realizá-las. Como citado anteriormente, elas buscam aproximar as ações sindicais da vida dos trabalhadores/as rurais e com isso fortalecer o STTR para que este atue em prol de

um projeto de desenvolvimento para o campo, que possa garantir uma melhor qualidade de vida para as famílias. As ações podem variar de um município para outro, dependendo do contexto local, das demandas e dos objetivos traçados durante a preparação. As principais ações durante a SS são:

4.1 Abertura oficial, planejamento e organização das atividades

O primeiro dia da SS é utilizado para organização das equipes de trabalho, construção de acordos e definição das estratégias para realização das visitas e reuniões nas comunidades rurais. Além disso, faz-se uma abertura oficial do evento com a presença dos órgãos públicos, instituições existentes e sociedade em geral.

Nesse dia é também escolhida uma equipe para a coordenação das atividades, com participação da FETAG-RS, da Regional Sindical e do STTR.

É importante que todos/as os/as participantes da Semana Sindical estejam "falando a mesma língua", ou seja, que todos/as saibam exatamente quais são os objetivos das atividades, qual a programação, o que irão falar nas visitas e nas reuniões. É fundamental que se sintam pertencentes ao processo, acreditando na importância do que estão fazendo e entusiasmados com a participação no evento.

Normalmente a abertura oficial é realizada com uma sessão solene na Câmara de Vereadores e busca-se sensibilizar a sociedade do município para a importância do acontecimento. São apresentados a programação da Semana e dados sobre a atuação e as conquistas do STTR e do MSTTR, como por exemplo, a conquista da aposentadoria rural, apresentando a quantidade de aposentados e pensionistas rurais existentes no município e quanto isso representa de recursos financeiros injetados na economia municipal.

4.2 Visitas às famílias

As visitas às famílias se constituem num dos momentos mais importantes da Semana Sindical, pois permitem o contato direto com os/as trabalhadores/as rurais, sejam eles/as associados/as do sindicato ou não. É importante que todas as

famílias do município sejam visitadas ou pelo menos todas as famílias das comunidades escolhidas, se este for o caso.

Nas visitas, busca-se conhecer a realidade em que vivem as famílias e quais são seus problemas vividos, bem como o que pensam a respeito do Sindicato. Questões como a falta de infraestrutura das propriedades e das comunidades, falta de recursos para as políticas públicas, endividamento, falta de energia elétrica, água encanada, saneamento básico, assistência técnica, dificuldades de acesso a direitos básicos como saúde, educação, previdência e segurança são algumas evidências constatadas durante as visitas nas SS.



Foto 3 – Visita às famílias em 15 de Novembro.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.

Os/as assalariados/as rurais presentes no municípios também são visitados. Nem sempre é uma visita fácil, pois os "patrões" não veem com bons olhos a participação e organização dos assalariados pelo Sindicato. Nestes casos, além da conversa com o/a assalariado/a, também faz-se uma conversa com o proprietário, explicando as razões da Semana Sindical, bem como os direitos e deveres de ambos.

No município de São Jerônimo, durante as visitas às famílias, os/as trabalhadores/as reclamavam da distância das comunidades rurais para com a sede do município. Esta distância causa isolamento da população rural que enfrenta dificuldades de deslocamento até a cidade. Isso faz com que procurem pouco o Sindicato, deixando de acessar serviços e programas oferecidos. A SS nesse município despertou, na direção da corporação, a necessidade de colocar um posto de atendimento, em uma comunidade no interior que centralizasse as demais. Feito o debate com as comunidades, os/as trabalhadores/as escolheram uma comunidade para a instalação do posto de atendimento que aconteceria uma vez por semana. Essa ação permitiu maior acesso dos/as trabalhadores/as aos serviços e programas oferecidos pelo Sindicato e também aumentou significativamente o número de associados/as.

Outras questões são relacionadas aos STTRs como: falta de renovação nas diretorias, distanciamento da base, má divulgação dos eventos e falta de informação, má administração, atendimento desqualificado nas sedes dos sindicatos, entre outros.

Se os/as trabalhadores/as não são associados/as, busca-se descobrir o porquê. Para isso, o mais importante é ouvi-los. Algumas vezes utiliza-se um questionário para fazer esse diagnóstico. Além disso, são distribuídos materiais com informações sobre o MSTTR e suas bandeiras de luta, sobre as principais ações e serviços realizados pelo STTR e sobre os direitos dos/as trabalhadores/as rurais, sindicalizados/as ou não.

Como o tempo da visita é curto, é importante sensibilizar as famílias para que participem das reuniões que são realizadas na comunidade, normalmente à noite, onde poderão obter mais informações sobre estes assuntos.

Cada equipe visita em média de 20 a 30 famílias por dia, dependendo da distância.



Foto 4 – Visita às famílias.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.

4.3 Visitas e articulações com o poder público e demais instituições

Além das equipes mobilizando as famílias do meio rural, outras equipes fazem visitas aos órgãos públicos e outras instituições do município. Assim, a SS torna-se uma importante oportunidade para aproximar o STTR destes órgãos e das demais instituições e atores locais existentes no município, buscando constituir ou fortalecer parcerias e também reafirmar sua condição de organização referência nos assuntos relacionados ao meio rural. Fazem-se visitas ao legislativo na câmara de vereadores, ao executivo, e às outras instituições e organizações existentes no

município (Emater, Secretarias Municipais, ONGs, Igrejas...), além do comércio e dos meios de comunicação.

Nessas visitas, é apresentado o PADRSS e se discutem estratégias e ações para colocá-lo em prática. Esse é o momento de aproveitar a grande mobilização da categoria para mostrar a importância da agricultura familiar, dos assalariados/as rurais e a situação em que se encontram, e assim buscar soluções para resolver os principais problemas.

A Semana Sindical não pode ser um evento apenas do MSTTR, é necessário que seja um evento do município como um todo. É importante que todos/as estejam engajados e vejam nesta ação a possibilidade de fazer grandes transformações em prol do desenvolvimento da região. Por isso faz-se tão importante este momento. Mas nem sempre é simples.

Em algumas localidades, a SS é vista com desconfiança. Principalmente nos municípios onde a relação entre o Sindicato e a administração pública, ou demais entidades, não é tão cordial. Os órgãos públicos, que não querem interferências no seu trabalho, então boicotam o acontecimento, não participando, ou não dando sequência às atividades propostas. Um exemplo que podemos citar foi na Semana Sindical de Viadutos, onde a administração pública se negou a participar do evento, inclusive desfazendo o apoio oferecido inicialmente. Nestes lugares, os resultados pós-Semana Sindical são bem mais difíceis.

4.4 Ações nas escolas

Concomitantemente, as escolas são visitadas, nas quais é discutida a importância política, social, cultural e ambiental da agricultura familiar, bem como a sucessão rural, que tem sido um desafio para o desenvolvimento da agricultura familiar. Pesquisa realizada no Rio Grande do Sul aponta que um terço (1/3) das propriedades não tem sucessor na família. Razões como a má distribuição das terras, falta de renda, falta de incentivos e projetos de desenvolvimento fazem com que a grande maioria dos jovens rurais planeje seu projeto de vida no meio urbano.

> Quando falamos em educação do campo, devemos vencer alguns paradigmas/estigmas que, historicamente, foram construídos e se perpetuam até os dias atuais. Precisamos pensar em um modelo de educação que contribua para um projeto de desenvolvimento

> sustentável para o campo. Promover a vida do campo é essencial para um verdadeiro projeto educacional. É a articulação com um projeto de lugar e comunidade que concebe a escola do campo o seu principal objetivo. A ação da escola ou proposta pedagógica não se limita apenas ao espaço escolar, mas ao ser humano, na produção de sua existência. A escola deve estar voltada para a perspectiva de educar a partir do mundo do campo e para o campo, através de projetos pedagógicos contextualizados com a produção do conhecimento, os quais trabalhem e busquem intervenções sociais na realidade dos sujeitos do campo, possibilitando o desenvolvimento local com qualidade de vida e sustentabilidade. (Ana Paula Vargas Fialho Baggio, assessora da Educação do Campo – Departamento Pedagógico – Seduc/RS).

Dessa forma, a SS auxilia na reflexão sobre a importância das escolas do meio rural atuarem no sentido de ter uma educação voltada à realidade do campo, ao invés de reproduzir a educação bancária que só interessa às elites do projeto hegemônico.

É de suma importância que as escolas incentivem os/as educandos/as a construírem seus projetos de vida, tendo o campo como espaço para o desenvolvimento.

Foto 5 – Conversa com os educandos/as em escola do campo.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.



Tendo orgulho de ser agricultor/as sem preconceitos e estigmas, pois o importante é ter os pés na roça, mas os olhos e ouvidos voltados para o mundo.

> A educação do campo não surgiu nos espaços institucionais de ensino, mas nos movimentos sociais, pelas carências e demandas sentidas e vividas através de análises de conjuntura. A educação do campo é teorizada pelos/as educadores/as populares/sociais que na maioria das vezes não estão nas universidades. Para isso que, na maioria das vezes, é desconhecida por muitos/as intelectuais da área de educação. Por isso a educação do campo é revolucionária, porque traz em seu bojo um projeto de sociedade diferente do atual. (Sonilda S. Pereira, Mestre em Educação e educadora popular sobre a relação das SS com a educação escolar existente hoje).

Por essa razão, a SS busca realizar diálogos com os/as educadores/as e educandos nas escolas. Falando sobre a importância do meio rural, da agricultura familiar, do PADRSS e da educação do campo. Discutindo a necessidade de conteúdos conectados com a realidade vivida e sentida pelos jovens no campo, para que valorizem sua cultura e busquem alternativas de desenvolvimento sustentável no lugar onde vivem.

Essa conversa também é realizada na Secretaria da Educação nos municípios e nas demais instâncias relacionadas à educação. A FETAG-RS também realiza um trabalho através da Comissão Estadual de Educação do Campo, divulgando as experiências exitosas de educação do campo, apoiando as Casas e Escolas Familiares Rurais, e construindo materiais pedagógicos. Nas SS, os educadores/as são convidados/as a participar destas experiências.

4.5 Reuniões nas comunidades

As reuniões nas comunidades acontecem normalmente à noite, após todas as visitas às famílias daquela comunidade. É uma oportunidade de conversar por mais tempo com os trabalhadores/as, permitindo ouvi-los e saber seus anseios em relação ao sindicato, aos órgãos públicos e às demais instituições. Saber as dificuldades que enfrentam no meio rural e pensar conjuntamente projetos de desenvolvimento. As reuniões devem ser preparadas para que sejam atrativas e participativas.



Foto 6 – Reunião com a comunidade para escolha dos líderes.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.

Elas podem acontecer em todas as comunidades do município, ou então em algumas estratégicas, centralizadas, que permitam várias outras se reunirem no mesmo local. Durante as reuniões, escolhe-se os líderes daquela comunidade que vão fazer parte do conselho de lideranças e ser elo de ligação entre o Sindicato e a comunidade.

Essas reuniões são momentos importantes para o exercício da democracia, havendo oportunidade para todos/as se expressarem. É um momento de pensar e construir, de forma coletiva, o que já não tem mais acontecido nas comunidades rurais por conta do modelo de desenvolvimento imposto e que induz ao individualismo. Estes espaços permitem a retomada das associações comunitárias, grupos de jovens, grupos da igreja, pois se incentiva que continuem se encontrando após a semana sindical.

Foto 7 – Reunião com a comunidade.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.



Alguns sindicatos que já haviam se esquecido de realizar reuniões nas comunidades, a partir das SS, tornaram rotina essas reuniões. Na maioria dos sindicatos onde foram realizadas as SS, foram criados os conselhos de lideranças para facilitar a atuação do STTR junto à comunidade. Esses conselhos fazem reuniões periódicas em suas localidades, levando informações que o sindicato repassa, como no STTR de São Luiz Gonzaga, com extensão de base no município de Rolador.

> Depoimento do senhor Giovane Luiz Hoff, presidente do STTR de São Luiz Gonzaga e Rolador: "No STTR de São Luiz Gonzaga, houve a constituição do conselho de lideranças que ainda está atuando. Foi realizada a capacitação deste conselho e os conselheiros continuam se reunindo até hoje e realizando atividades em suas comunidades".

4.6 Ações complementares

Além das atividades normais ou principais atividades previstas na metodologia, ainda é possível realizar uma infinidade de atividades complementares durante a Semana Sindical tais como: campanhas de sindicalização, palestras motivacionais

Foto 8 – Inauguração da sede da extensão de base do STTR de São Luiz Gonzaga e Rolador.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.



ou sobre temas de interesse, mutirões de cidadania (plantio de árvores, limpeza de rios...), passeatas, atos para lançamento de projetos ou inauguração de STTRs.

4.7 Encerramento

Ao final de cada SS, é construído um documento com as principais informações e reivindicações coletadas durante a semana. Este documento chamado "Carta da Semana Sindical"[6] é então encaminhado ao poder público, entidades e à sociedade como um todo, e vai servir de subsídio para a construção e implementação de políticas públicas e ações na busca do desenvolvimento rural sustentável e solidário e consequente melhoria na qualidade de vida das famílias daquele município.

Nessas cartas das SS, sempre estão relatados os problemas sentidos e vividos pelos/as trabalhadores/as rurais e as demandas que as comunidades necessitam, que variam conforme a realidade de cada município.

Em alguns casos, é realizado um ato público de encerramento para ler a carta, avaliar o evento e dar os encaminhamentos necessários. Pode ser uma grande assembleia, uma passeata ou reunião na Câmara de Vereadores.

Foto 9 – Passeata durante a Semana Sindical em Guarruchos.
Fonte: Arquivo Fetag-RS.



4.8 Custos

Os custos das SS são divididos entre o STTR, a Regional Sindical e a FETAG-RS, com a participação dos parceiros. Nos últimos anos, a FETAG-RS tem utilizado recursos do SENAR/RS para custear alimentação, hospedagem e material didático aos participantes.

No entanto, o processo solidário é o que deve ser destacado, com a realização de almoços coletivos nas comunidades para as equipes que estão atuando nas SS, bem como hospedagem na casa dos trabalhadores/as rurais. Também foram utilizados, em muitos casos, salões comunitários para servir de hospedagem e local para alimentação. Os veículos utilizados para as visitas são dos STTRs, dos parceiros e da própria diretoria e lideranças dos sindicatos.

Essa atuação solidária fortalece a relação entre os sindicatos da regional sindical, que passam a pensar não mais apenas como sindicato, e sim como Movimento. O ato da ajuda mútua, disponibilizando carro e recursos humanos e financeiros em prol de um órgão classista, na verdade fortalece todos os sindicatos daquela regional e o MSTTR como um todo. Essa atitude fortalece as premissas e dialoga com o PADRSS ao incentivar ações cooperativas, associativas e solidárias.

5. PÓS-SEMANA SINDICAL

Após a SS, é fundamental dar continuidade ao tratamento das demandas e ações iniciadas durante a mesma. O STTR deve qualificar sua atuação e estar preparado para as transformações necessárias, bem como estar mais próximo da sua base, continuando a realizar visitas às famílias, reuniões nas comunidades e ouvir constantemente seus associados/as. Também deve pressionar o poder público e demais entidades para que as políticas e ações sugeridas saiam do papel. Para isso, é importante atuar com bastante força nos conselhos municipais, e nos demais espaços de discussão e proposição.

A Regional Sindical e a Federação também têm papel fundamental de acompanhar o pós-Semana Sindical, dando o suporte necessário para que o Sindicato continue o processo de fortalecimento e atuação em defesa da categoria.

É justamente nesse momento que o MSTTR/RS encontra as maiores dificuldades. O que foi percebido, analisando as avaliações e entrevistas, é que, com o tempo, muitos STTRs voltam a atuar da mesma forma com que atuavam antes do evento. São várias as razões para que isso aconteça: a tendência de a diretoria voltar a priorizar ações burocráticas, como os serviços prestados nos escritórios dos sindicatos, não priorizando as novas ações elencadas pela Semana Sindical. Também a não presença da Regional Sindical e da Federação para auxiliar no encaminhamento das ações junto aos sindicatos.

Como exemplo de descontinuidade das ações, podemos citar o Conselho de Lideranças que foi instituído em muitos sindicatos durante a SS e que, em vários deles, após dois ou três encontros, foi destituído, por falta de capacitação, ou falta de incentivo por parte do sindicato. Outro exemplo é a gestão nos STTRs, nos quais se implantam algumas ações como reuniões semanais da diretoria, capacitações, ampliação das reuniões do Conselho Fiscal e, depois de alguns meses, voltam à rotina anterior. Também as ações relacionadas ao PADRSS, quando nos primeiros meses, buscam-se articulações e construção de projetos, mas, com o passar do tempo, ficam esquecidas ou arquivadas. São exemplos gerais que acontecem com maior ou menor intensidade, dependendo do município e do contexto em que ocorreu a SS, não sendo possível citar um sindicato ou outro.

Para que o pós-Semana tenha um resultado efetivo, vai ser necessária uma ação conjunta entre a FETAG, Regional e STTRs para o seu encaminhamento. A FETAG-RS está planejando para 2013 um conjunto de ações junto aos STTRs que realizaram SS, que vai desde visitas até capacitações e articulações conjuntas com instituições e com a base. Estas ações estão sendo planejadas pela FETAG-RS, baseadas nas avaliações enviadas pelos sindicatos e que foram utilizadas na construção desta Sistematização. É fundamental ainda que a Regional Sindical e os/as assessores/as regionais possam estar constantemente junto ao Sindicato, auxiliando na execução das ações propostas durante o evento.

6. RELAÇÃO DA SEMANA SINDICAL COM O PADRSS

Para se contrapor ao modelo neoliberal que propaga um desenvolvimento conservador, excludente e concentrador da terra e de renda, resultando em problemas sociais, econômicos e ambientais para o país, o MSTTR construiu o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

Foi concebido como estratégia de enfrentamento ao projeto neoliberal e de superação dos modelos agrário e agrícola vigentes no País, pautado no latifúndio e no agronegócio. As bases essenciais de sua construção estão centradas na realização de uma ampla e massiva reforma agrária e na ampliação, valorização e fortalecimento da agricultura familiar, considerando também os/as assalariados/as rurais. O projeto de desenvolvimento do MSTTR pressupõe um campo decente com gente feliz.

Com essa iniciativa, afirma para a sociedade a importância social e econômica do meio rural para o desenvolvimento sustentável e solidário, o que é possível com gente no campo em condições de produzir e viver com dignidade.

O PADRSS somente é efetivado quando construído coletivamente, com a participação dos/as trabalhadores/as rurais, através do debate.

As SS tem se mostrado uma boa estratégia para realizar essa construção, por intermédio da grande mobilização e dos espaços democráticos que elas proporcionam. Nas visitas às famílias, nas reuniões comunitárias e nas demais atividades realizadas, são debatidas questões importantes como: Por que o MSTTR está perdendo espaço na representatividade dos/as trabalhadores/as? Por que o número de associados diminui constantemente? Como acompanhar as transformações que estão acontecendo no meio rural? Como atuar em prol do desenvolvimento rural do município? Como envolver toda a diretoria na atuação junto ao STTR?

Tendo como prioridades a democratização do acesso a terra, políticas públicas com igualdade de oportunidades, e exercício da cidadania, as SS atingem objetivos do PADRSS propostos na sua concepção. Assim se está implementando o PADRSS, desencadeando ações massivas de combate às consequências perversas do atual modelo de desenvolvimento.

Nas SS, também se faz um diagnóstico dos problemas sentidos e vividos pelos/as trabalhadores/as rurais. Este diagnóstico serve como denúncia e reivindicações de políticas públicas e sociais que visam construir uma sociedade mais justa

e igualitária, que assegure qualidade de vida, combate à pobreza e superação das desigualdades, como constam no PADRSS.

Tanto o PADRSS quanto as SS apresentam alternativas para que a agricultura familiar seja ampliada, valorizada e fortalecida, além de gerar emprego, renda e oportunidades produtivas para os assalariados/as rurais, bem como a eliminação das desigualdades de gênero, geração, raça e etnia.

7. RELAÇÃO DA SEMANA SINDICAL COM A PNF

A Política Nacional de Formação é um conjunto de diretrizes, princípios, fundamentos e estratégias que conformam a construção de ideias e de fazeres, promovendo um entrelaçar de experiências e práticas formativas de forma coletiva e comprometida com a transformação e emancipação dos sujeitos. A PNF é composta por referenciais políticos (PADRSS) e pedagógico-metodológicos (Projeto Político Pedagógico) que permitem a articulação permanente entre as orientações para a produção e vida no campo e as práticas formativas embasadas nos referenciais da educação popular.

Desse modo, a formação assume dimensões políticas, conceituais e metodológicas, capazes de estimular e orientar *a prática de pensar a prática*, numa visão sistêmica e continuada.

Questões importantes como a história do MSTTR, as conquistas ao longo dos anos, as funções do STTR e dos membros da diretoria, bem como um maior conhecimento sobre as realidades do município são questões fundamentais que devem estar muito bem apropriadas pelos diretores e lideranças, especialmente, quando vão intervir junto à base e também são abordadas nesses momentos de formação.

A Semana Sindical evidencia princípios importantes da PNF como, por exemplo, a compreensão do ser humano em sua totalidade, resgatando a cultura, a arte, os saberes e sabores do meio rural, não o tendo apenas como lugar de produção. Há permanente abertura aos vários saberes, ouvindo o que os trabalhadores/as têm a falar e a ensinar, colocando esse saber no centro das discussões. A articulação entre a prática e a teoria, quando vai ao encontro da base; a postura avaliativa e crítica ao permitir rever conceitos e práticas sindicais e a construção coletiva do conhecimento,

incentivando e acreditando, como Paulo Freire, quando afirmava que "não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes" (1987, p. 68), e assim todos/as podem colaborar na construção de um STTR mais forte e de um projeto alternativo de desenvolvimento para o meio rural. Estas são algumas das convergências entre SS e PNF.

As SS, como espaços estratégicos de formação e organização, têm potencializado o desenvolvimento de estratégias articuladas e dinamizado os processos formativos. Para que a formação tenha êxito no seu propósito político de fortalecer as entidades e a luta sindical, é preciso que as práticas sindicais de dirigentes e assessorias sejam orientadas por princípios políticos comuns.

Um exemplo é a Semana Sindical de XV de Novembro, que pautou suas ações na formação, capacitando e fortalecendo a diretoria do STTR, suas lideranças e comissões. Após a Semana Sindical, estas instâncias continuaram a se encontrar com frequência para planejar ações, continuando a formação. Neste ano de 2012, antecedendo as eleições no Sindicato, foi realizado um processo de formação de dois dias visando à capacitação de dirigentes e lideranças que participariam do processo eleitoral. O evento contou com a participação de mais de 80 pessoas.

Esse processo formativo, que ganhou força durante a SS, é o responsável, segundo a diretoria do STTR, pela ampliação do quadro social, melhor planejamento das ações, aproximação com a base e maior atuação nos espaços de construção política para o desenvolvimento do município.

8. RESULTADOS

[...] os resultados obtidos com as SS são positivos em inúmeros municípios, onde melhorou principalmente a ação sindical, em consequência da reestruturação e fortalecimento dos sindicatos, tanto financeiramente quanto nas suas ações, inclusive com a substituição de algumas diretorias não ativas.

No entanto, em nem todos os municípios surtiu o mesmo efeito, em alguns os resultados não foram visualizados por várias razões. Mesmo assim, mostrou-se um instrumento eficaz no trabalho junto à base, e na valorização dos trabalhadores/as rurais.
Depoimento do senhor Elton Roberto Weber, presidente da FETAG-RS

Os resultados obtidos com as SS são muito relativos, e dependem de vários fatores para que aconteçam. Alguns destes fatores podem ser chamados internos, e dizem respeito ao STTR do município onde foi realizada a Semana Sindical e do MSTTR como um todo. Outros são os fatores externos, que dependem da atuação de outras instituições e órgãos públicos.

As mudanças que dependem dos fatores internos normalmente dizem respeito à gestão e atuação do Sindicato. São mudanças de caráter administrativo e nas ações junto à base. Para que elas aconteçam, é necessário que a diretoria do Sindicato esteja muito consciente do processo desencadeado e da importância de dar encaminhamento às demandas levantadas pelos trabalhadores/as rurais do município. Deve ser uma diretoria com humildade para assumir as fragilidades, suas e do órgão classista, deve ter criatividade e comprometimento para encontrar as soluções, e coragem para fazer as mudanças necessárias.

Dentre as principais reivindicações dos trabalhadores/as em relação à atuação dos STTRs, estão as necessidades de superação: do distanciamento dos sindicatos em relação à sua base, da baixa democratização dos espaços que poderiam ser participativos e da burocratização e má gestão dos serviços.

Por meio das avaliações e entrevistas foi possível observar, de uma forma geral, resultados positivos quanto à melhoria da gestão e ações dos STTRs, após as SS. Houve maior aproximação do movimento sindical da sua base, observado através dos seguintes indicadores:

- Ampliação e fortalecimento do quadro de associados/as (adesão de novos/as e retorno de antigos que haviam se afastado,) numa proporção média de 10% nos primeiros meses após a Semana Sindical.

No município de Lagoão, houve um acréscimo de 70 novos/as sócios/as nos quatro primeiros meses após a Semana Sindical. Já no município de Arroio Grande, ocorreram 120 novas filiações em relação ao ano anterior. No STTR de Pirapó, houve a filiação de 100 novos/as trabalhadores/as rurais ao sindicato, num período de 11 meses após a realização da semana sindical. Em alguns municípios, este efeito não foi verificado. No STTR de São Luiz Gonzaga, com extensão de base no município de Rolador, não houve acréscimo de novos/as associados/as devido a não continuidade pós-Semana Sindical e grande parte dos/as

trabalhadores/as rurais já estarem filiados/as. Estas informações foram fornecidas pelos sindicatos, através de pesquisa efetuada pela FETAG-RS.

- Revitalização e fortalecimento de vários sindicatos a partir de uma maior participação dos trabalhadores/as nas assembleias, mobilizações, cursos de formação, reuniões comunitárias e ações diversas organizadas pelos sindicatos. Também houve maior demanda pelos serviços e programas sociais encaminhados pelos sindicatos, como habitação rural, crédito fundiário, previdência e outros. Alguns sindicatos não interromperam as visitas às famílias e reuniões nas comunidades após a Semana, oportunizando e ampliando a participação no sindicato.

O STTR de Quinze de Novembro é um exemplo de participação. Após a Semana Sindical, a diretoria continuou a realizar reuniões comunitárias e visitas às famílias, buscando abranger a todos durante o ano. Esta ação fortaleceu a participação dos associados/as no sindicato. As comissões de jovens, mulheres e terceira idade se fortaleceram tanto que hoje fazem parte das instâncias do sindicato, sendo legitimadas estatutariamente. A última capacitação destas comissões contou com a participação de mais de 80 pessoas.

- Constituição de conselhos de lideranças e comissões e, com isso, o surgimento de novas lideranças, algumas passando a assumir cargos nas diretorias. No entanto, isso não aconteceu em todos os sindicatos.

Alguns depoimentos obtidos junto aos STTRs:

- STTR de General Câmara: "Inúmeras lideranças foram garimpadas durante a Semana, inclusive algumas delas hoje estão na diretoria e algumas se destacam na organização de sua comunidade".
- STTR de São Jorge: "Foi constituído o conselho de lideranças, mas não correspondeu à expectativa devido ao não comprometimento dos participantes".
- STTR de Caseiros: "Houve o fortalecimento da diretoria que estava afastada. Bem da verdade, foi constituído o conselho

de lideranças durante o evento. Fortaleceu a comissão/coletivo municipal de mulheres. Muitas lideranças se destacaram e hoje fazem parte da diretoria, dentre elas, o vice-presidente e a tesoureira".

- STTR de Pirapó: "Olha, para falar a verdade, nenhuma liderança se destacou junto ao Sindicato, mas o Conselho Agropecuário do município ficou mais atuante".

Mudanças estruturais e administrativas em alguns STTRs como a melhor gestão dos recursos financeiros, ampliação dos serviços prestados, maior ação nas mobilizações e organização dos trabalhadores/as, maior comprometimento e participação dos/as diretores/as.

- Em um dos sindicatos onde ocorreu uma SS, houve a renúncia do presidente por pressão da base, que entendeu que os problemas de gestão e das ações do sindicato passavam pela má administração do órgão. O novo presidente que assumiu encontrou várias dificuldades, a iniciar pela desconfiança dos/as associados/as por conta da administração realizada no passado, mas, aos poucos, a nova diretoria está resolvendo os problemas e retomando o processo de fortalecimento no STTR.
- Em outro sindicato, criou-se um posto de atendimento dentro da comunidade rural para estar mais próximo dos associados/as.

Esses avanços aconteceram com maior intensidade em alguns sindicatos e menor em outros, e é fato que em muitos as mudanças praticamente não aconteceram, sendo a principal dificuldade a falta de compreensão de alguns dirigentes sindicais sobre o real objetivo da SS, desencadeando pouco comprometimento e a não priorização das ações pós-Semana. Em alguns casos, a pouca participação das Regionais Sindicais e da Federação no pós-Semana Sindical também auxiliou para que as mudanças não fossem tão evidentes.

Além das mudanças internas no Sindicato, um dos grandes objetivos das SS são as ações externas na busca do desenvolvimento rural e melhor qualidade de vida às famílias do campo.

Essas ações[8] práticas e reais em prol do desenvolvimento dos municípios ainda são muito pontuais, como a melhoria das estradas no meio rural, construção de paradas de ônibus, recolhimento de lixo, e alguns projetos de incentivo à produção.

De um modo geral, as ações de desenvolvimento rural sustentável e solidário são as mais difíceis de serem visualizadas nos municípios. São ações que necessitam também de uma mudança cultural. Os órgãos públicos, assim como a maioria das instituições, ainda são muito conservadoras e não permitem influências nas suas atividades. Da mesma forma, a cultura do individualismo é um empecilho para o trabalho cooperativo e solidário, tanto entre os agricultores/as, quanto entre as instituições. Estas mudanças levam tempo e necessitam que os/as trabalhadores/as e o Sindicato estejam constantemente fomentando as pautas de discussões nos espaços de construção.

Para que o MSTTR consiga avançar na implementação do PADRSS, é necessário compreender que há uma disputa de poder na visão de desenvolvimento para o campo e que se fazem necessárias intervenções qualificadas e incisivas junto aos espaços democráticos, evidenciando a importância social, cultural, política, econômica e ambiental da agricultura familiar. Sendo assim, a Semana Sindical tem sido o embrião do processo de fomento à implementação do PADRSS, mediante a conscientização da sociedade, valorizando os/as trabalhadores/as do campo como protagonistas da segurança alimentar e nutricional, da sucessão rural e da preservação ambiental. Deve, para isso, construir políticas de reforma agrária, de educação do campo, direito ao trabalho e emprego digno, justiça social no campo, garantia de renda, valorização de gênero e geração, respeito às raças e etnias e todas as demais formas de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.

O que foi possível perceber como resultado, de fato, foi a maior aproximação e articulação com as instituições e poder público, tendo alguns sindicatos declarado ter conquistado maior credibilidade frente a estas organizações que passaram a acreditar mais no trabalho, possibilitando discutir políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Citam como exemplo a atuação nos conselhos municipais, e nas diversas reuniões realizadas pelas organizações onde o STTR sempre é chamado a contribuir. Certamente essas articulações desencadeiam várias ações que contribuem para o desenvolvimento rural nos municípios, no entanto, não é possível descrevê-las com exatidão nesta sistematização. Será

[8] Essas ações foram citadas nas avaliações enviadas pelos sindicatos, mas não foi possível constatar se foram frutos das ações realizadas nas SS.

necessário uma pesquisa ainda mais aprofundada com um tempo de monitoramento suficiente para avaliar as mudanças propiciadas pelas SS.

9. CONCLUSÕES

Sistematizar as SS foi uma importante forma de compreender como essas experiências se constituíram numa estratégia de o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul resolver problemas de grande significado, como a mobilização da base, para aproximar os problemas sentidos e vividos pelos sujeitos do campo da prática sindical e a prática sindical a estes sujeitos.

Possibilitou a reflexão sobre diversos aspectos que envolvem ações de massa e os reflexos produzidos nas pessoas e instituições que delas participaram. Permitiu a construção de uma gama de conhecimentos e proposições para as comunidades que atingiram e serviram de aprendizado às pessoas envolvidas com as diversas instâncias do MSTTR.

Fez compreender que não é apenas na sede do Sindicato ou da Federação que se faz sindicalismo, é necessário ir ao encontro dos/as associados/as, conversando com as famílias para saber suas dificuldades, discutindo aspectos positivos e potencialidades de renovar o convite para continuarem participando do sindicato e auxiliando os que ainda não são filiados a perceberem a importância da sindicalização.

Esse novo jeito de fazer sindicalismo traz um modo de organização e de contato com os/as trabalhadores/as rurais diferenciado, provocando mudanças e dando cada vez mais vida aos Sindicatos, às Regionais Sindicais, às Federações e à CONTAG.

> Para a FETAG-RS, as SS representam o reinício de uma nova postura para revitalização dos nossos/as dirigentes frente aos problemas sentidos e vividos pela categoria, possibilitando o diálogo aberto, compreendendo a grande necessidade de construir projetos para o desenvolvimento do meio rural. Mostram para a sociedade a importância dos trabalhadores/as rurais e da sua representação, para o desenvolvimento dos municípios.
>
> Depoimento do senhor Nestor Bonfanti, 1º tesoureiro da FETAG-RS, responsável pela Formação Sindical.

Foi possível perceber também, com esta sistematização, vários gargalos criando dificuldades para que os objetivos traçados durante a Semana Sindical se transformem em ações no pós-Semana Sindical. Para enfrentar essas dificuldades, a Federação realizou o planejamento estratégico no ano de 2012, buscando detectar esses problemas. Realizou um roteiro de reuniões nas regionais sindicais, propondo mudanças na construção e execução das SS, que vão desde a escolha do município, passando por um planejamento e capacitação mais eficientes e um acompanhamento continuado pós-Semana.

Os desafios são muitos, em especial na construção de projetos de desenvolvimento articulados com o PADRSS, no entanto é consenso de que esta ferramenta pode auxiliar muito na dinamização das ações do MSTTR e na busca de um desenvolvimento sustentável e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Por isso as SS se apresentam como uma nova forma de fazer sindicalismo e formação sindical, que é coerente com a PNF.

10. REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA – CONTAG/ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG – ENFOC. **Repercussões de um novo jeito de ser escola.** SILVA, Raimunda de Oliveira (Org). Brasília, CONTAG, 2010. (Série Experiências ENFOC 1)

CONGRESSO ESTADUAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DA FETAG, 8., 2003. Porto Alegre, **Diretrizes aprovadas**... FETAG-RS, 2003.

_____. **Texto base**... Porto Alegre, FETAG-RS, 2003.

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 8., 2001, Brasília. **Anais**... Brasília: Contag, 2001.

_____, 10., Brasília. **Anais**... Brasília: Contag, 2009.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CONTAG – ENFOC. **Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário**. Brasília: CONTAG/ENFOC, 2009. (Caderno ENFOC nº 1)

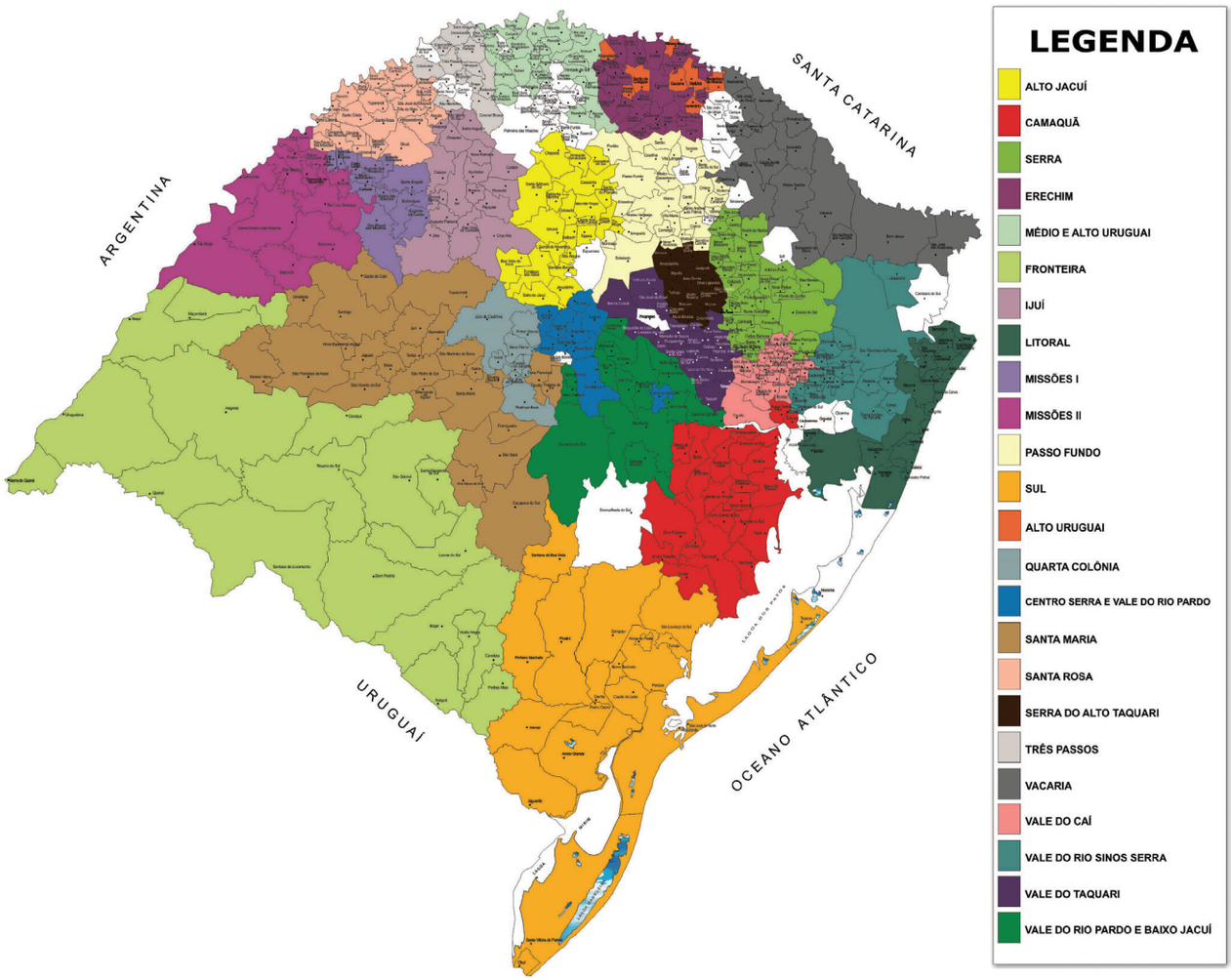
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Atividades dos anos de 2003 a 2011**. Porto Alegre, FETAG-RS, [2012?].

_____. **Revista Educação Rural**, ano IV, nº 4 – outubro/2012.

SECRETARIA DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL. MASCENA, Raimunda Celestina (Org). **Política Nacional de Formação – PNF. Brasília:** Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – CONTAG/Escola Nacional de Formação da Contag – ENFOC, 2008.

11. ANEXOS

Anexo 1 – Mapa das Regionais Sindicais



Fonte: Arquivo Fetag-RS.

Anexo 2 – Poema de Omar de Almeida sobre o projeto STRADA/ Semana Sindical

Projeto Strada (Omar Santos de Almeida)

Companheiro e Companheira
Viemos visitar-lhe
Para caminhar com vocês
E também escutar
Mais um elo na corrente
No jeito de organizar.

Em Campinas das Missões
Início da Caminhada
Os sindicatos e a base
Realizando esta jornada
Dirigente e liderança
Pisando a terra lavrada.

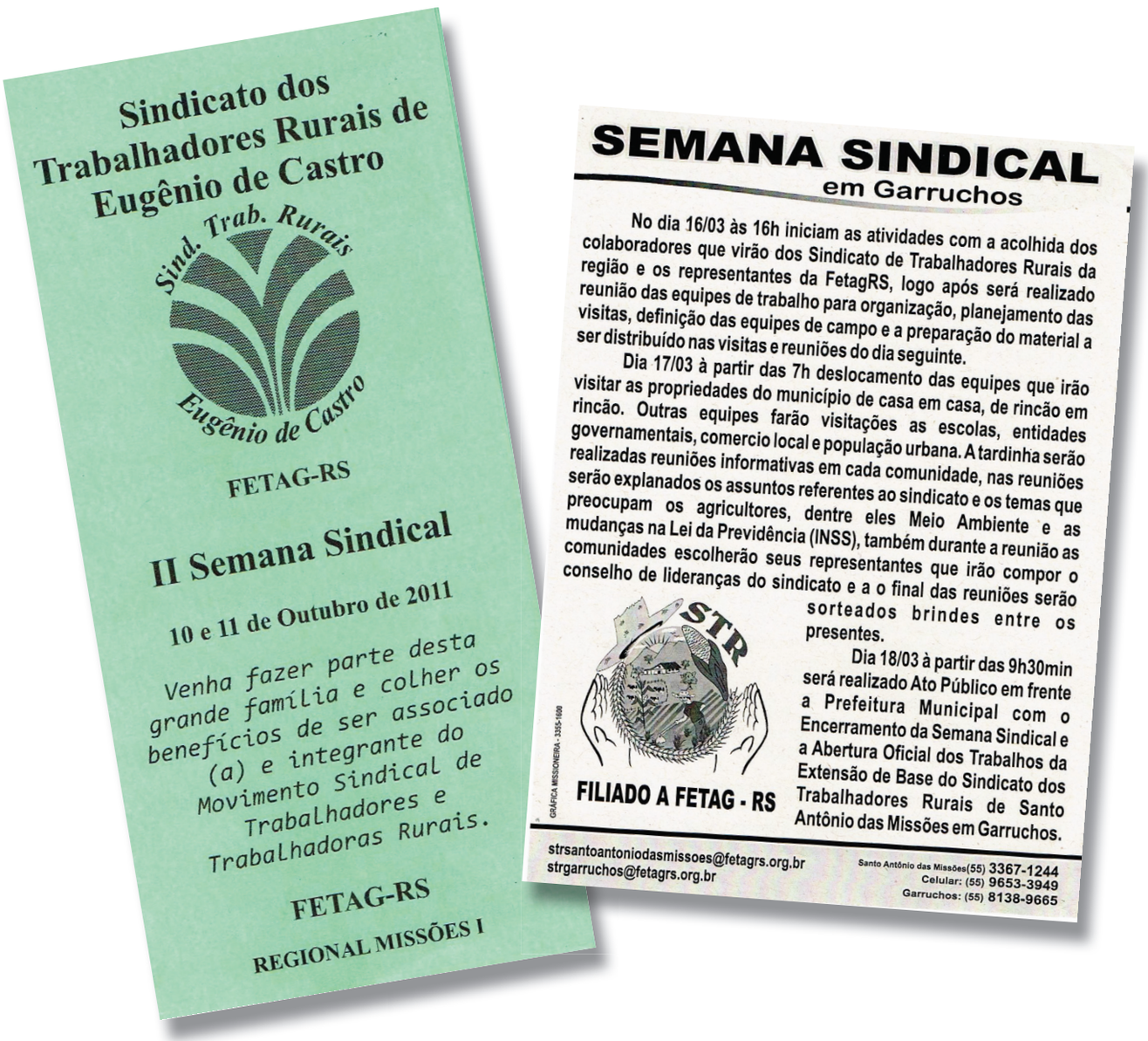
Esta classe valorosa
Responde a todo momento
Sempre mexendo com a terra
Para arrancar o sustento
Com sol, chuva, noite e dia
Produzindo alimento.

Agricultor, meu parceiro
Veja o quanto constrói
Com as mãos grossas com calo
Não interessa se dói
Trabalha e como trabalha
Por isso você é herói.

As mulheres lá da roça
Querem continuar na lida
Com enxada e sindicato
Até ficam divididas
Foi lutando desse jeito
Que hoje são reconhecidas.

O jovem que mexe a terra
E tem a mão calejada
Resistindo na família
Para manter estruturada
Vai na luta sindical
É esse o projeto STRADA.

Anexo 3 – Fôlderes utilizados durante as Semanas Sindicais



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eugênio de Castro

Sind. Trab. Rurais
Eugênio de Castro

FETAG-RS

II Semana Sindical

10 e 11 de Outubro de 2011

Venha fazer parte desta grande família e colher os benefícios de ser associado (a) e integrante do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

FETAG-RS

REGIONAL MISSÕES I

SEMANA SINDICAL
em Garruchos

No dia 16/03 às 16h iniciam as atividades com a acolhida dos colaboradores que virão dos Sindicato de Trabalhadores Rurais da região e os representantes da FetagRS, logo após será realizado reunião das equipes de trabalho para organização, planejamento das visitas, definição das equipes de campo e a preparação do material a ser distribuído nas visitas e reuniões do dia seguinte.

Dia 17/03 à partir das 7h deslocamento das equipes que irão visitar as propriedades do município de casa em casa, de rincão em rincão. Outras equipes farão visitações as escolas, entidades governamentais, comercio local e população urbana. A tardinha serão realizadas reuniões informativas em cada comunidade, nas reuniões serão explanados os assuntos referentes ao sindicato e os temas que preocupam os agricultores, dentre eles Meio Ambiente e as mudanças na Lei da Previdência (INSS), também durante a reunião as comunidades escolherão seus representantes que irão compor o conselho de lideranças do sindicato e a o final das reuniões serão sorteados brindes entre os presentes.

Dia 18/03 à partir das 9h30min será realizado Ato Público em frente a Prefeitura Municipal com o Encerramento da Semana Sindical e a Abertura Oficial dos Trabalhos da Extensão de Base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio das Missões em Garruchos.

STR

FILIADO A FETAG - RS

GRÁFICA MISSIONEIRA - 3355-1600

strsantoantoniodasmissoes@fetagrs.org.br
strgarruchos@fetagrs.org.br

Santo Antônio das Missões(55) 3367-1244
Celular: (55) 9653-3949
Garruchos: (55) 8138-9665

Anexo 4 – Pesquisa sobre desenvolvimento sustentável e PADRSS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apesar de se ouvir a palavra "desenvolvimento" com enorme frequência, é muito raro que seu sentido seja bem explicado. Isso ocorre em decorrência de ser um conceito ainda em elaboração, e por ser um espaço que projeta interesses contraditórios; por interesses de disputa das distintas representações sociais e que tem influenciado na atuação do Estado, traduzida em políticas públicas diferenciadas.

Por outro lado, a expressão *desenvolvimento* tornou-se palavra-chave nos dias atuais. Não é à toa que existe uma busca incessante de todos os povos pelo desenvolvimento.

De certa maneira, esta palavra atrai a ideia de progresso e evolução. Às vezes, elas são tomadas como equivalentes à própria palavra desenvolvimento. O que elas têm em comum é o fato de representarem um movimento histórico e orientador da humanidade. Elas indicam um processo linear e ascendente da sociedade humana que representa ir do atraso à modernidade (DIAS, 2008).

Dessa forma, os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico são associados. Quando se fala em desenvolvimento, quase que automaticamente se pensa nas capacidades sociais de acumular conhecimento e tornar os processos produtivos mais eficientes, gerando ganhos econômicos.

Desenvolvimento sustentável é um processo de melhoria da qualidade de vida de toda a população e que compatibiliza o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social a curto, médio e longo prazo.

A concepção de desenvolvimento para o MSTTR supera a visão do campo referenciada no padrão agropecuário e no modelo de desenvolvimento focado exclusivamente no tamanho do estabelecimento, na produtividade e no mercado. Com isso, o campo deixa de ser identificado unicamente pelas atividades agropecuárias, mas em sua pluriatividade, que abrange um conjunto diverso de atividades e relações de trabalho e, portanto, de sujeitos políticos que concorrem efetivamente para a vida no campo e na cidade.

O desenvolvimento que é proposto pelo PADRSS inclui crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental.

Esse desenvolvimento privilegia o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. Neste caso, as questões econômicas estão articuladas com as questões sociais, culturais, políticas, ambientais e as relações sociais de gênero e geração.

O desenvolvimento rural do MSTTR relaciona-se, de um lado, às melhorias no nível e na distribuição de renda setorial, incluindo-se questões relativas à geração de trabalho e/ou emprego, concentração da terra e fontes de renda dentro e fora da unidade produtiva, e, de outro lado, os aspectos relacionados com a qualidade de vida no meio rural em suas múltiplas dimensões (MIOR, 1997).

Já o desenvolvimento agrícola envolve aspectos vinculados com o crescimento da produção e produtividade agrícola. Isto é do modelo neoliberal.

Entendendo enquanto sustentável dentro do PADRSS, é a articulação dinâmica entre crescimento econômico, respeitando a biodiversidade, o patrimônio genético, o meio ambiente, as tradições, relações, culturas e saberes, organização e participação política dos povos do campo e da floresta. Indica um desenvolvimento capaz de se manter e de se reproduzir em longo prazo.

A ideia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências multiplicaram-se a partir da década de 1970. Neste sentido, o componente sustentável da expressão refere-se, exclusivamente, ao plano ambiental.

A sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam, ao mesmo tempo, a manutenção do capital natural dos territórios, a sustentação dos ecossistemas, qualidade de vida, cidadania, eficiência na gestão dos recursos, equilíbrio demográfico, valorização da identidade popular, fortalecimento da organização e da equidade.

ALTERNATIVO (APONTA PARA UM PROJETO CAMPONÊS)

O modelo de desenvolvimento neoliberal é imposto pelo capital internacional; o mercado é o centro do projeto; concentrador de terra e renda; representa

interesses do latifúndio e latifundiários; promove a exclusão social; gera depredação do meio ambiente; fortalece a desigualdade de gênero, geração, raça e etnia; promove o desemprego tanto na cidade como no campo; representa e organiza o capital internacional e gera miséria social.

O PADRSS é alternativo por que é construído pelos trabalhadores/as; o ser humano e seu território são o centro do projeto, por isso representa seus interesses; distribui terra e renda; promove a inclusão social; respeita a biodiversidade; fortalece a igualdade de homens, mulheres, independente de raça, idade etc.; promove a geração de emprego e renda no campo e na cidade; valoriza a participação de todos/as na formulação de políticas.

Sendo alternativo, aponta realmente para o campo e para os camponeses onde eles possam se sentir sujeitos de si e da história.

SOLIDÁRIO

Entendendo enquanto solidariedade, os modos de interagir e de se relacionar na família, na comunidade e nos diversos espaços da vida social. Refere-se a novas práticas baseadas no respeito às individualidades e diferenças, capazes de fortalecer a cooperação entre as pessoas, grupos e povos, para construir alternativas de produção, consumo, comércio, formas de bem viver.

A solidariedade se constrói com alternativas de convivência e organização nos diversos espaços da vida cotidiana, do trabalho e da produção, da cultura e do lazer e implica o combate a todas as formas de desigualdades.

Portanto o PADRSS:

- **Trata-se de um PROJETO.** Isto significa que explicita projeções e possibilidades, não sendo algo pronto e acabado, mas uma construção coletiva e cotidiana;
- **É um Projeto ALTERNATIVO.** É, portanto, uma alternativa ao projeto predominante na sociedade. Implica, por isso, na desconstrução de valores e conceitos impostos pelo neoliberalismo, a perspectiva de consolidar novos valores e conceitos;

- **É um Projeto Alternativo de DESENVOLVIMENTO.** Questiona os sucessivos modelos de desenvolvimento que sempre colocaram o mercado acima de tudo. Em contraposição a esta tendência, coloca os homens e as mulheres de todas as idades, raças, etnias e culturas no centro da sua ação estratégica.
- **É um Projeto Alternativo de Desenvolvimento RURAL.** Resgata o espaço rural como lugar potencial de desenvolvimento, contrapondo-se à idéia do rural como atraso. Além disso, considera e valoriza os diferentes saberes e fazeres.
- **É um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural SUSTENTÁVEL.** Estimula o equilíbrio na relação entre o ser humano e a natureza. Compreende o ontem como espaço permanente de reflexão na construção do agora, na perspectiva das gerações futuras.
- **Trata-se, enfim, de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.** Isto quer dizer que se contrapõe à lógica da competitividade capitalista, inserindo valores fundamentais como a cooperação, a igualdade, a fraternidade, a inclusão e a justiça social.

JORNADAS PEDAGÓGICAS NO ESTADO DO PARÁ: REINVENTANDO PRÁTICAS, CONSTRUINDO PEDAGOGIAS



Maria de Jesus C. Prazeres – Licenciada em Educação do Campo/UFPA
Maria Mirian F. Gomes – Agricultora, Educadora Popular
Deusivania Laurinda de Almeida – Pedagoga
Francisco de Assis Solidade da Costa – Sec. de Formação e Org. Sindical da FETAGRI-PA

Colaboradora:
Helena Ferreira Cruz- Assessora da Sec. de Formação da FETAGRI-PA



1. INTRODUÇÃO

A reflexão aqui construída vem tratar sobre a experiência da **I** e **II Jornadas Pedagógicas/PA** realizadas pela Escola Nacional de Formação da Contag, no estado do Pará. Esta é uma ação recente que vem se construindo na dinâmica formativa do Curso Estadual de Formação Político-Sindical que dialoga e coloca em evidência, principalmente, a realidade cotidiana dos dirigentes sindicais.

As Jornadas Pedagógicas caracterizam-se por manter atividades itinerantes que desenvolvem ações formativas em diferentes municípios, contemplando as discussões de um módulo do curso e, ao mesmo tempo, articulando a estas a realidade vivenciada nos municípios pelos dirigentes sindicais. Deste modo, se destacam nesta metodologia o prolongamento dos dias de formação em cada módulo, que expandem para 12 dias o contato direto com os principais desafios e situações limites que condicionam o fazer sindical. Nisto se destaca a pesquisa da realidade como principal fonte de informações e os debates realizados durante todo o módulo, vinculados aos conteúdos e orientações pedagógicas do Curso Estadual de Formação da ENFOC/PA.

Diante disso, o que se tem pensado quanto ao processo formativo no estado do Pará, a ENFOC/PA, ao longo da sua construção, tem criado, nas ações educativas que realiza, um jeito próprio de organizá-las, que é desafiante e ousado. Tais práticas ganham um novo sentido quando diminuem a distância na relação entre teoria e prática que aglutina saberes e fazeres dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, princípio este fundamental na construção do processo educativo de formação do MSTTR.

Considerando a importância pedagógica e política da ação formativa realizada durante as jornadas, é que nos motivamos a escrever sobre a experiência no sentido não apenas de socializar, mas, principalmente, de refletir sobre os aspectos relacionados à forma como a Jornada se constitui, pois consideramos que a ação refletida nos possibilita aprimorar a prática e inspirar "outros" jeitos, "outras" pedagogias na formação dos trabalhadores/as rurais.

Na elaboração desta sistematização, tivemos como objetivos: *Refletir sobre o processo pedagógico das Jornadas Pedagógicas: analisar a Jornada Pedagógica como espaço educativo que favorece um processo de aproximação dos dirigentes na problematização da realidade que aglutina o conjunto de lideranças e dirigentes sindicais para a afirmação de um projeto político.*

Definimos como eixo temático: *Como a experiência da Jornada Pedagógica se manifesta gerando aprendizagens individuais e coletivas ao promover relações que convergem para a afirmação de um projeto político do MSTTR*. Trouxemos, também, como questionamentos de orientação do foco trabalhado: *Como foi se construindo o processo de atividade da Jornada Pedagógica? O que difere a Jornada de outros processos educativos? Qual a metodologia da Jornada? Que aprendizados e lições foram construídos pelos seus participantes?*

Na construção desta sistematização, utilizamos, como parte dos recursos metodológicos, os materiais resultantes da jornada, tais como: relatórios do Módulo ao qual se integrou, construídos pela equipe de sistematização[1], diários, cartas avaliativas, relatórios individuais, depoimento dos participantes nos momentos de debates e fotografias. Neste fazer, buscamos valorizar as falas dos sujeitos da ação formativa, pois elas expressam as compreensões dos participantes sobre a vivência e as aprendizagens que foram construídas individual e coletivamente.

Nossa narrativa está organizada em tópicos: O primeiro apresenta como surge a I Jornada Pedagógica da ENFOC/PA, o contexto político, os seus objetivos e a intencionalidade política e pedagógica. No segundo momento, falamos das Jornadas como vivência que constrói aprendizagens individuais e coletivas pautadas numa pedagogia que se constrói no interior do Movimento Sindical de Trabalhadores/as Rurais. No terceiro ponto, descrevemos o dia a dia da I Jornada, como as atividades foram construídas. No quarto momento, falamos da II Jornada Pedagógica, priorizando os aspectos metodológicos, conteúdos trabalhados e alguns aprendizados, tendo como referências as duas ações formativas organizadas

[1] André Luiz A. Miranda, Adriana Silva Sousa, Deuzivania L. de Almeida, William Santos de Assis, Maria Mirian F. Gomes, Maria de Jesus C. Prazeres, Rafael Rocha.

através de jornadas. Posteriormente, valorizamos as falas dos participantes, evidenciando suas percepções e as aprendizagens construídas. Por útimo, tecemos algumas considerações sobre as vivências.

2. O MSTTR CRIANDO E RESSIGNIFICANDO PRÁTICAS: UMA PEDAGOGIA QUE SE CONSTRÓI PELA VIVÊNCIA

Em um processo que prima pela formação política e ideológica de um povo, não deve faltar a reflexão sobre os principais acontecimentos, problemas e desafios que interferem na sociedade, uma vez que isso impacta direta e indiretamente a dinâmica de vida das pessoas, principalmente daquelas que, por um motivo ou outro, não tiveram ou não têm acesso a um conjunto de informações que lhes possibilitem o enfrentamento desses problemas e desafios.

Ao longo da sua história, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem evidenciado como os sujeitos se forjam na luta cotidiana, construindo estratégias de enfrentamento político para os principais problemas e desafios que condicionam as vidas de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nisso, o conhecimento da realidade em que a prática se realiza é fundamental para definir essas estratégias.

Nessa perspectiva é que se funda o trabalho da ENFOC/PA, que associa os seus princípios norteadores à arte de pensar, refletir e fazer junto, resultando em conhecimentos construídos coletivamente e levando em conta os contextos onde atuam os trabalhadores e as trabalhadoras que se constituem também como protagonistas de seus próprios processos formativos.

As vivências "contínuas e descontínuas" são fundamentais para pensar a ação. A ENFOC/PA, com foco nas ações das Jornadas Pedagógicas, objeto de nossas reflexões, tem nos mostrado isso, pois é no diálogo permanente sobre os problemas e desafios da prática que vamos criando e recriando alternativas para direcionar o processo educativo que estamos nos propondo e realizando. Construindo jeitos mais dinâmicos e atrativos de trabalho, utilizando para isso

processos lúdicos, vamos conseguindo o maior envolvimento das pessoas, a corresponsabilidade e reafirmando uma pedagogia própria que se constrói pela participação dos sujeitos.

Esse jeito de fazer a formação expressa o modo como diferentes sujeitos do campo, ao longo de sua existência, têm realizado processos formativos em que a sala de aula é a própria realidade. Criam e recriam metodologias que propiciam a interação e favorecem a construção coletiva do conhecimento e, entre acertos e erros, vão ressignificando práticas, construindo jeitos próprios de fazer as coisas, aprendendo a lidar com situações limites e a realizar ações que melhor possibilitem a elaboração de propostas na luta por direitos e por uma sociedade mais justa e includente.

Nesse sentido, as jornadas buscaram dirigir o olhar para as vivências, afirmando a importância de uma prática educativa contextualizada, pois não há como desconsiderar o potencial do contexto onde as pessoas vivem, atuam e aprendem. Aprender pela e com a prática marca as vidas das pessoas, suas histórias individuais e coletivas, envolve as pessoas e ressignifica práticas, atitudes, formas de se relacionar com o outro e com o mundo, como tratam autores que acompanham trajetórias de movimentos sociais:

> [...] a luta consubstanciada pelos movimentos sociais é educativa em si mesma, no bojo das lutas homens e mulheres aprendem diversas coisas, como conhecer e refletir sobre sua situação de explorados e excluídos e agir com o objetivo de transformar tal condição. Aprendem a se expor, a falar com suas palavras miúdas sobre sua luta e sofrimento, aprendem a buscar nas letras alento e instrumento para mostrar sonhos e projetar o futuro (CARVALHO; SILVA, 2010, p. 23).

Ainda dialogando sobre o potencial que os espaços das práticas e a intencionalidade pedagógica dos movimentos sociais propiciam, Silva confirma:

> [...] os movimentos sociais, como práticas sociopolíticas e culturais constitutivas de sujeitos coletivos, têm uma dimensão educativa, à medida que constroem um repertório de ações coletivas, que demarcam interesses, identidades sociais e coletivas que visam à realização de seus projetos por uma vida melhor e da humanização do ser humano (SILVA, 2006, p.62).

Em conformidade com essas perspectivas, é que realizamos as atividades das Jornadas Pedagógicas, que não tiveram a preocupação de levar respostas prontas aos problemas dos sindicatos mas, sobretudo, inquietar e questionar os dirigentes e lideranças sindicais sobre o seu papel e o das organizações sindicais que representam o conjunto de trabalhadores/as rurais, sobre sua atuação diante da realidade. Temos a clareza de que estamos fazendo formação de "um jeito" simples, em locais simples, mas acreditando que é assim que podemos transformar processos, organizações, pessoas, propiciando clareza política sobre suas possibilidades de forjar essas transformações.

> A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se "desvela" a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em "estar frente à realidade" assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da "práxis", ou melhor, sem o ato ação–reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo (FREIRE, 1979, p. 15, grifos do autor).

Sendo assim, as Jornadas Pedagógicas favoreceram aos participantes uma aprendizagem que difere de tudo já realizado pela ENFOC/PA. Primeiro, pela intensa troca de experiência entre regiões do estado do Pará; depois, em razão das experiências vividas no trajeto percorrido na I Jornada, que foi de Belém para Marabá/Região Sudeste a Santarém/Mojuí dos Campos/Oeste do Pará[2] e, na II Jornada Pedagógica, saindo de Belém para Marabá, seguindo para Castanhal[3], e

[2] Na I Jornada, foram percorridos 1.700 quilômetros (somente de ida) entre os municípios de Belém - Marabá – Santarém - Mojuí dos Campos [com atividades pedagógicas nos municípios de Marabá, Anapú, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Placas, Santarém e Mojuí dos Campos. Ainda sem fazer parte do roteiro onde aconteceriam as práticas pedagógicas, houve parada nos STTRs de Rurópolis e Uruará].

[3] Na II Jornada, os educandos percorrem 1.100 quilômetros, saindo de Belém. Aconteceram atividades nas regiões Sudeste e Nordeste do Pará [incluindo os municípios de Marabá, Rondon do Pará, Dom Elizeu, Ulianópolis, Paragominas, Ipixuna do Pará, Tome-Açú, Concordia do Pará, Acará, Bujaru e encerrando em Castanhal].

ainda em razão dos saberes partilhados nas conversas individuais e coletivas durante o percurso. A solidariedade coletiva também se destaca numa atividade em que a vivência traz uma grande contribuição ao ensino e à aprendizagem, algo que precisa ser cultivado em tempos marcados pelo individualismo e competição, seja nas organizações sindicais, seja na sociedade em geral.

Deparamos com a diversidade de costumes, idades e principalmente de formas de pensar e agir. Constatamos que é possível aprender com os outros, reconhecendo as diferenças e desenvolvendo a consciência de que uma simples conversa sobre histórias pessoais ou coletivas, até o momento desconhecidas, pode gerar aprendizagens.

2.1 Passos da Jornada: aprender com as vivências

As Jornadas Pedagógicas da ENFOC/PA, constituídas em objeto de sistematização, é uma ação formativa itinerante que resultou da articulação do II e III Módulos da 3ª turma do Curso Estadual de Formação da ENFOC/PA, realizado pela Secretaria de Formação e Organização Sindical da FETAGRI-PA.

Mesmo já se constituindo uma prática consolidada, realizar atividades itinerantes nos cursos estaduais, regionais, microrregionais e municipais, a decisão de realizar os módulos desses cursos como Jornada Pedagógica surgiu em uma atividade do Curso Regional na região Guajarina. Na ocasião, diagnosticamos que, embora atuando na mesma região, aquela onde acontecia o curso, parte dos dirigentes e lideranças sindicais não se conhecia, principalmente os que estavam nas direções dos sindicatos e, quando se conheciam politicamente, pouco se articulavam para uma ação regionalizada.

Diante disso, surgem algumas inquietações. Como construir um projeto de desenvolvimento regional se até as pessoas que dirigem as organizações sindicais não mantêm uma relação entre si e com as organizações que representam? Se elas não se conhecem, provavelmente, também desconhecem os problemas e os desafios postos à sua realidade de atuação.

No caso, a maioria dos dirigentes sindicais atua somente em âmbito municipal, o que tornou necessário construir uma metodologia que pudesse superar a lacuna de distanciamento entre os dirigentes e lideranças sindicais em âmbito regional e,

consequentemente, estadual. Além disso, a forma como está organizada a estrutura sindical dificulta os dirigentes problematizarem sobre os grandes projetos econômicos, uma vez que estes atuam a partir de uma estratégia regionalizada. Esta problemática se mostrou recorrente em outras turmas regionais.

Foi nesse contexto, que percebemos que a ENFOC/PA deveria também cumprir o papel de estreitar os vínculos entre a organização e a sua base, pois a maioria dos dirigentes só se encontrava em mobilizações como o Grito da Terra, de ano em ano, nos Conselhos Deliberativos da FETAGRI-PA e nas plenárias das regionais que geralmente são duas pessoas por município. Afora isso, as pessoas não se relacionavam politicamente. Do ponto de vista sindical, os cursos de formação e as Jornadas Pedagógicas seriam um momento de proporcionar o conhecimento entre os dirigentes, lideranças e militantes sindicais, condições para que eles pudessem dialogar sobre os seus problemas, responsabilidades e desafios e promover a interação entre as regiões.

Articulada a situação descrita com os eixos temáticos *História, concepções e práticas sindicais e Concepções de desenvolvimento e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário* do II e III Módulos do Curso Estadual da ENFOC/PA, respectivamente, percebemos a necessidade de ser discutida pelos dirigentes e lideranças sindicais a questão dos grandes empreendimentos instalados na Amazônia, pois entendemos que há pouca informação e conhecimento para fomentar um debate e promover a compreensão política por parte de muitos dos dirigentes e lideranças sindicais sobre o assunto. Nas diversas regiões do estado do Pará percorrida pelas Jornadas, embora se consolidando em localidades distintas, diferentes segmentos capitalistas atuam com base na mesma estratégia e concepção de desenvolvimento, que é a do grande capital. Os dirigentes e lideranças sindicais necessitam desenvolver compreensão política para fazer esta associação.

Entendemos a necessidade do conhecimento da realidade dos territórios em que vivemos e militamos, relacionando-a com a forma como se manifestam esses empreendimentos. Neste caso, a Escola, enquanto local privilegiado de estudo, reflexão e problematização, compreendeu ser necessário desencadear, de forma decisiva, este debate, especialmente, junto à base sindical, que tem menos conhecimento sobre esses empreendimentos; por sua vez, é mais atingida pelos danos causados por eles.

A intenção das atividades organizadas por meio de Jornadas é proporcionar aos dirigentes, na condição de representantes, a oportunidade de conhecer mais a

realidade e fazer a reflexão sobre sua atuação, avaliando se realmente representam as necessidades e demandas das bases sindicais. Que projeto de desenvolvimento vem sendo afirmado pelas práticas destes dirigentes? É importante que vejam a realidade e a comparem com sua prática sindical. Contudo, esta ação não deve assumir uma concepção "basista"; requer dialogar sobre as necessidades manifestadas pela base e a ação sindical que se estabelece no interior das organizações sindicais.

Borges (2005, p. 9) já nos alertava que as encruzilhadas que se antepõem às práticas dos sindicalistas "[...] não serão superadas apenas através da prática cega e rotineira, do ativismo cotidiano que somente corre atrás dos prejuízos e consome todas as suas energias. Elas exigirão enorme esforço de reflexão teórica, postura crítica e autocrítica".

A escolha do trajeto da I Jornada Pedagógica da ENFOC/PA também cumpriu um importante papel pedagógico, em específico, pela história da Transamazônica e dos sujeitos que nela habitam. O mesmo ocorreu com a II Jornada, que se fez presente em lócus em que se evidenciam distintas formas de manifestação do capital. No primeiro caso, foi percorrida uma das principais vias de acesso à região durante o processo de colonização da Amazônia: o contexto que gerou inúmeros conflitos entre trabalhadores e o "capital" que, naquela época, já se instalava expulsando pessoas e explorando os recursos naturais, afirmando o projeto capitalista como bem nos lembra Martins (1995):

> Os objetivos eram econômicos, mas eram, sobretudo, geopolíticos. O lema da ditadura era "integrar" (a Amazônia ao Brasil) "para não entregar" (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os militares falavam em "ocupação dos espaços vazios", embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contactadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século 18, pelo menos (p. 2, grifos do autor).

Essa história também nos foi narrada por um dirigente sindical. "Essa região da Transamazônica foi um projeto de colonização que tinha o lema: '**Terra sem Homem para Homem sem Terra',** lugar que já promoveu muitos sofrimentos e a morte de migrantes vindos de todos os lugares". Segue o sindicalista: "Muitos dos primeiros que aqui chegaram, depois de vários anos de luta e trabalho na terra,

migraram para outros centros, alguns que ficaram são cheios de sonhos e ilusão" (Raimundo Mesquita-Peba/ Dirigente Sindical do STTR de Santarém/PA).

> A rápida expansão da frente pioneira em direção à Amazônia deu-se num contexto bem diverso do das histórias costumeiras em países que servem de modelo ao debate do tema, como os Estados Unidos: ao invés de se constituir numa abertura do território com base nos valores da democracia e da liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política (MARTINS, 1995, p. 4).

Nesse contexto histórico que marca a vida dessas populações é que construímos a Jornada Pedagógica, por entender o contexto educativo da Transamazônica, suas histórias, seu povo, as memórias, as resistências, as organizações que ali se estabeleceram e, particularmente, o contexto intenso com que se consolida a ação dos grandes empreendimentos capitalistas firmados na figura de Belo Monte, associados à pecuarização, à mineração, à monocultura da soja, do dendê e do eucalipto. Tudo isso interfere na ação sindical do conjunto de lideranças e dirigentes sindicais do MSTTR paraense.

Vivendo numa realidade em que, de um lado, temos trabalhadores/as rurais e, de outro, o grande capital, é fundamental discuti-la para que o MSTTR possa redirecionar sua prática com o intuito de melhor se qualificar e formar sua gente para atuar no enfrentamento desses empreendimentos e em defesa de um projeto da classe trabalhadora, pautado no respeito ao ambiente e à vida.

A primeira Jornada Pedagógica da ENFOC/PA aconteceu no período de 15 a 25 de outubro de 2012, e a segunda, de 12 a 22 de janeiro de 2013. Selecionaram por objetivo construir reflexões sobre a conjuntura da realidade agrária no Pará e na Amazônia, principalmente no que diz respeito aos avanços dos empreendimentos capitalistas e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, propiciando a troca de experiências entre sindicalistas de diversos municípios do estado do Pará das nove regionais que compõem a FETAGRI-PA.

Além da turma estadual de formação, composta por lideranças de 45 sindicatos, a primeira experiência também reuniu colaboradores/as da Rede de Rducadores/as da ENFOC/PA, estudantes da Universidade Federal do Pará e representantes de cooperativas da agricultura familiar do Sudeste do Pará e da

região da Transamazônica e Xingu. Na segunda experiência, a atividade teve como diferencial a junção de uma turma regional com uma estadual.

Na atividade, parte dos educandos/as percorreram a distância de seus municípios até Belém e seguiram viagem para Marabá, percorrendo mais 500 quilômetros. Em Marabá, Sudeste do Estado, reuniram outros participantes da turma e deram início à programação da Jornada, que se estendeu até a chegada a Mojuí dos Campos, na região Oeste do Pará.

No trajeto, foram realizadas atividades pedagógicas nos municípios de Anapú, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia, Placas, Santarém, encerrando em Mojuí dos Campos. Ocorreram desde visita às experiências de Agricultura Familiar, debates sobre os grandes projetos implantados na Amazônia, sobre questões relacionadas ao meio ambiente, desmatamento, produção familiar, políticas públicas, organização e desafios atuais do MSTTR, debate sobre violência e impunidade no campo, educação, organização de base, tendo em vista as cooperativas e associações. Houve também a exibição de vídeos informativos e formativos de conteúdo político-pedagógico, articulados com os temas discutidos nos módulos. A atividade favoreceu, mediante o intercâmbio de experiências, o confronto entre a realidade vivenciada pelos dirigentes sindicais e as práticas no MSTTR com o eixo temático do II Módulo do Curso Estadual, **História, Concepção, Práticas e Ética Sindical** e, no III Módulo, **Concepções de Desenvolvimento e PADRSS**.

Primeiro passo: após a compreensão e decisão da equipe pedagógica sobre a importância de realizar uma jornada que propiciasse, além da troca de experiências entre os participantes das diversas regiões, o acesso à realidade presenciada como conteúdo para os debates, o passo seguinte foi construir estratégias que viabilizassem a realização da ação formativa. Isto implicou em diálogo com as regionais da FETAGRI, colaboradores, parceiros e STTRs, principalmente com os sindicatos que sediaram cada momento da Jornada Pedagógica.

Segundo passo: a equipe pedagógica foi conhecer o trajeto a ser percorrido, atividade esta realizada com três meses de antecedência, privilegiando locais estratégicos para os debates dos temas, considerando o acesso, a infraestrutura, a visibilidade política e a possibilidade de mobilização do maior número de trabalhadores/as durante a ação em cada localidade. Ainda se realiza a prática de consultar, por telefone e via e-mail, os educandos e educandas sobre a viabilidade

da ação. Por último, com a decisão da equipe e dos educandos de realizar os módulos organizados em jornada, foram feitas as articulações para a consolidação da ação.

3. CONSTRUINDO OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

A I Jornada Pedagógica Amazônica da ENFOC-PA, como já foi mencionado, experiência formativa construída no Estado, foi realizada no período de 15 a 25 de outubro de 2012, pautada pela arte de "educar na vivência, na troca de experiências" e referenciada a uma concepção freiriana de educação (problematizadora, crítica, dialógica, capaz de promover a consciência e a libertação dos educandos frente à opressão). Isso exigiu um intenso intercâmbio entre culturas, pessoas, formas de trabalho, vivências, práticas e saberes para criar espaços de aprendizagens entre lideranças sindicais e trabalhadores rurais como forma de contribuir para o fortalecimento e o sentido da luta sindical no estado do Pará.

Desde o seu início, saindo de Marabá até o seu término em Mojuí dos Campos, na região do Baixo Amazonas, foram diversos os momentos vivenciados e experimentados, os quais nos desafiaram a contar, a partir do olhar dos participantes, o que ocorreu durante este rico processo formativo, que foi além de um simples percurso, foi uma construção coletiva do conhecimento ao longo da caminhada.

O processo apresentado nesta sistematização representa o primeiro passo de muitos outros, pois a experiência significou, além de algo inovador, do ponto de vista do processo educativo vivenciado no Estado, consequências significativas nas vidas de seus participantes.

> Por onde passou, deixou a sua marca e levou consigo um pouco de cada lugar, de cada rosto, de cada expressão, de cada sentimento aflorado, de cada gesto, de cada fala, de cada dor, de cada vontade, de cada alegria, de cada abraço, de cada vontade de mudar o mundo através da união, da força, da fé, da esperança em dias melhores, na construção de uma sociedade melhor para todos e todas.

Assim, passaremos a detalhar a rica história da I Jornada Pedagógica Amazônica da Enfoc no Estado do Pará, focando nas falas dos participantes, que nos ajudam a entender como se desenvolveu este processo, evidenciando os momentos formativos mais significativos. Objetivamos valorizar algumas falas dos participantes, especialmente, pelas aprendizagens e lições que elas proporcionaram e podem ainda fazê-lo. Neste processo formativo, embasado no diálogo, as falas dão vida à história contada a partir do ponto de vista de quem o vivenciou.

3.1 Diário da I Jornada Pedagógica ENFOC/PA: aprender com e nas vivências

Na manhã do dia 15 de outubro de 2012, inicia-se a Jornada. A cidade de Marabá, Sudeste do Pará, começa a receber os primeiros educandos e educandas que saíram dos seus municípios para participar da Jornada. Todos se acomodaram no Centro de Formação Cabanagem.

Foto 1 – Conversa sobre a I Jornada Pedagógica e café da manhã às margens da Rodovia Transamazônica.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp



Na madrugada do dia 16, os educandos/as se organizaram para seguir em caminhada rumo ao município Anapú. Antes da saída, foi preparado o café da manhã por eles/elas mesmos. Depois de algumas horas em viagem, a turma se reuniu à beira da Rodovia Transamazônica, sendo servido o café. Este foi um momento marcante, a turma aproveitou para se conhecer um pouco mais. Em círculo, cada integrante da Jornada se apresentou e falou sobre suas expectativas. O clima era de reencontro.

Após as apresentações, foram definidos alguns encaminhamentos tais como: diálogo sobre o processo de animação, músicas, comissões de trabalho, encaminhamentos para realizar leitura do caderno de textos do módulo e Documento Base do 11º Congresso da CONTAG. Foram firmados acordos e criadas comissões de trabalho.

Após um percurso de 360 quilômetros, percorridos em 10 horas de viagem, em estrada de chão, passando pelos municípios de Novo Repartimento e Pacajá, a turma da Jornada foi recebida no STTR de Anapu pelo Presidente Manoel (conhecido por Manelin) e alguns presidentes de associações do município. Em seguida, o grupo se dirigiu ao Projeto de Assentamento (PA) Grotão da Onça[4] onde foi oferecido um almoço às 4 da tarde. Posteriormente, foi formada uma roda para fazer o debate sobre a história do STTR de Anapú, que continuou no período da noite com uma atividade sobre violência no campo, quando foi exibido o filme Dorothy Stang.

[4] Antiga Fazenda Bacajá (aproximadamente 3.000 hectares).

Foto 2 – Diálogo sobre a história do Sindicato no assentamento Grotão da Onça, em Anapu.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp



Na atividade, a turma teve a oportunidade de conhecer a história do STTR de Anapú, suas lutas e conquistas. Segundo os relatos feitos por sindicalistas que contribuíram e participaram do processo de criação do STTR, este foi criado num contexto de chegada de muitos migrantes. Cada leva de migrantes que chegava, adentrava a floresta em busca de terras para trabalhar. Muitas dessas entradas geraram os atuais Projetos de Assentamento e comunidades existentes no município.

No município, a questão fundiária é sempre conflituosa à medida que recebe um fluxo contínuo de migrantes, e suas terras estão todas requisitadas por pretensos proprietários. A atuação do STTR e das Associações é que tem garantido a posse da terra para muitos Agricultores Familiares. Neste contexto, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Por defender a floresta, é que foi assassinada, em 12 de fevereiro de 2005, Dorothy Stang.

Na dinâmica da região, além dos intensos conflitos fundiários, em decorrência da disputa de terra pelo latifúndio e da extração ilegal de madeira, os agricultores estão expostos, uma vez que duas grandes obras se instalaram próximas ao município de Anapú, através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), sendo elas: a pavimentação da Transamazônica e a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, que estão impactando fortemente o município de Anapú. As duas obras contribuem para aumentar o fluxo de migrantes, causando um inchaço na cidade. Na área rural, observa-se a compra de terras (principalmente da Agricultura Familiar) para fins especulativos e/ou produtivos. Há fortes indícios de que esta situação se agrave nos próximos anos.

Manoel: O município de Anapú foi criado no meio de dois municípios: Pacajá e Senador José Porfírio. Naquela época, o sindicato tinha outra concepção. Quando Dorothy compreendeu o papel do sindicato, ela passou a apoiar a luta. Conseguimos a unificação das lideranças e Dorothy trabalhava conosco. No município, temos 18 associações, 12 delas são ligadas ao STTR. Hoje, o sindicato tem uma relação boa junto aos assentamentos. Aqui, antigamente, era a Fazenda Bacajá, hoje é assentamento. No município temos dois PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVÉL- PDS[5] (Boa Esperança e Jatobá). O PDS Esperança é o solo mais rico para a produção de cacau. Temos 1.800 famílias no PA. As demais são áreas de posse.

[5] Uma das modalidades de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Zu: Sem dúvida, o sindicato foi uma peça fundamental para a permanência dos agricultores. Dorothy veio trabalhar para que os menos favorecidos pudessem ter o acesso a um pedaço de chão. Ela era uma pessoa que queria o bem da comunidade e do município de Anapú. Ainda temos muitos desafios. Existem agricultores que há 16 anos moram no lote e ainda não têm a posse da terra.

Gabriel: Aqui, a gente chegou fugindo da seca nordestina. Quando chegamos, já havia algumas organizações como a igreja e o Partido dos Trabalhadores. Nessa luta, ajudamos na fundação do sindicato, criando comunidades de base. Eram grupos que se reuniam para falar de Deus, mas também da realidade. Em 1996, criamos o STTR de Anapú, criamos associações. Em 2012, participei como presidente do STTR. Após assumir a luta, percebi que as coisas eram diferentes, a luta pela terra foi um dos principais desafios. Passei por dificuldades quando houve o assassinato de Dorothy Stang. Ela foi uma personalidade do município que trabalhava em defesa dos menos favorecidos. Aqui, chegavam pessoas do Piauí e de outros estados, a alternativa era Agricultura Familiar. A pior experiência que vivi foi estar rodeado de polícia para nos dar cobertura, devido ao processo de constantes ameaças. Na época, tivemos o apoio de nossas organizações FETAGRI, CONTAG e CUT.

Manelin: O sindicato é importante em qualquer região. Tudo que existe aqui em Anapú é uma semente plantada pela irmã Dorothy. Ela ajudou a criar este município, na formação de lideranças. Os assentamentos foram criados pela contribuição dela. Tudo que ela plantou estamos colhendo. Em Anapú, 80% das pessoas são do campo. O sindicato somos nós. O município de Anapú foi um dos que mais conseguiu benefícios da região Transamazônica. Com relação à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, muita gente chegando, comprando os lotes dos agricultores e empurrando para frente. Sou contra Belo Monte, mas é algo que a gente já não dá conta de combater. Os acordos não são

cumpridos. O carro chefe de Anapú é o cacau, gado e madeira. Felizmente, a última atividade tem caído. Em Anapú, quem planta cacau são os agricultores familiares, diferente de Medicilândia, que são os grandes proprietários que investem nisso. Se continuar como está, daqui a pouco vamos superar Medicilândia, a maior cidade do cacau. Aqui, ainda não acordamos para a questão da comercialização, ainda não temos o debate sobre isso.

No dia 17, as atividades iniciaram cedo, por volta das 5 da manhã. Os educandos e educandas, após prepararem e servirem o café, seguiram para a **visita ao túmulo da Irmã Dorothy Stang**[6]. Esse momento foi especial, todos queriam chegar ao local, ver de perto e sentir a força da luta. A equipe de mística coordenou o processo. Foi realizada a leitura da poesia *Vozes do campo*.

Vozes do Campo

Viemos de longe,
do reggae do Maranhão, sertanejo do Goiás e Tocantins,
do forró do Ceará, maracatu de Pernambuco,
até chegarmos ao carimbó do Pará,
de grandes famílias, de pequenos agricultores
que sobreviviam em casas de barro, com pouca comida, estrada de chão,
sem acesso à escola, mas com esperança.

Nascemos em casa, a festa era grande, em média uma semana!
Fomos pra roça aos cinco anos e trabalhamos pesadamente até morrer.
Começamos a estudar na adolescência,
saímos com muita dor, carregando sacolas de memórias,
foices de esperança, enxadas de amor, facão afiado,
em busca de melhores condições de vida.

A esperança brota como água cristalina, queima como fogo,
toca como brisa suave numa tarde de setembro, impulsiona a lutar.
Percorremos muitos caminhos, trazemos sonhos, desejos
e planos: terra, dignidade!

[6] Dorothy Stang: Religiosa que atuava ativamente na Amazônia desde a década de setenta, realizando atividade junto a trabalhadores rurais da Região da Transamazônica e Xingu e foi assassinada aos 73 anos, em 12 de fevereiro de 2005, próximo ao município de Anapú/PA.

Homens, mulheres, jovens e crianças chegam logo lá na terra,
faz logo seu roçado, produz o arroz e o feijão.

A vida não era fácil e muitas vezes perguntávamos: o que será o amanhã?
Muitos companheiros foram mortos, as velas se apagam
e, no amanhecer, mais uma semente é plantada.
A morte não é o fim!
Vamos acreditar que um outro mundo é possível...

São muitos direitos negados que fica difícil pontuar.
O direito à vida, educação, respeito à diversidade, dignidade
e até mesmo à produção de nossa própria existência e identidade.
Tantos outros nos enrolam com tralalás
e, para reverter a situação, só nos resta lutar.

Depois da conquista da terra,
veio a necessidade que anima e alcança muitos espaços.
Educação do Campo: é luta árdua, é dura,
mas hoje temos algo que sensibiliza tanto o homem quanto a mulher:
todos temos o direito de reivindicar nossos sonhos!

Força que nos empurra, mãe que nos acolhe,
alimento da luta, necessidade feroz.
Gente que resiste traz no sangue a força da luta
e, nos olhos, a esperança que sustenta nossos direitos conquistados:
nossos bisnetos protegidos e nosso mundo humanizado.

(Livro *Colheita em tempos de seca*/Vozes do Campo-2011)

Após a leitura, o colaborador da ENFOC/PA, Emmanuel Wamberg, conduziu uma reflexão sobre a sua vivência junto a Dorothy:

Precisamos relembrar a vida e como ela vivia. Para Dorothy: fé, reforma agrária e o povo eram a mesma coisa. Lutava pelo povo, fazia qualquer coisa para a defesa dele e não deixava nada quieto, inclusive, o poder público. Considero Dorothy que nem um profeta. Uma reflexão que deixo é que devemos lutar, mas com organização e planejamento. Dorothy é a 28ª pessoa que conheci e que tombou em nome da reforma agrária. Ela tinha um sonho e esse sonho era a reforma agrária. Então ela lutava sem

medo, lutava contra aqueles que estavam fora da linha. Então, pra mim ela foi uma "profeta" e, como todos os profetas, ela foi perseguida e morta.

Os educandos/as foram orientados a dar um abraço diferente: Com os braços cruzados se deram as mãos. Em círculo, cada um (a) falou, em voz alta, o nome de uma pessoa que morreu na luta (Dezinho, Dorothy, José Pinheiro, Jósimo, Margarida, Maria do Espírito Santo, Zé Cláudio...). Depois, todos, em voz alta, disseram: Eles VIVEM!

Para encerrar, ainda em forma de círculo, Antenor, assessor da Contag, reflete sobre a morte da Irmã Dorothy. O que lhe marcou foi o depoimento de uma freira, ao afirmar que Dorothy, depois de assassinada, ficou horas no chão até a chegada da equipe do IML (Instituto Médico Legal). À noite, choveu, e o seu sangue se misturou com a terra.

Em ciranda, todos cantaram uma música indígena: ***Mãe terra, te sinto sob meus pés; mãe terra, eu te ouço em meu coração.*** Encerrado o momento místico, a turma seguiu cantando em marcha até o ônibus.



Foto 3 – Indo para a visita ao túmulo de Dorothy Stang em Anapu.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp

Continuou o trajeto por mais 150 quilômetros até a sede da Casa Familiar Rural de Altamira, onde aconteceria mais uma atividade. A equipe de animação coordenou as atividades dentro do ônibus, animando a viagem. No percurso, os participantes da Jornada puderam ver as obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, um cenário que representa a consolidação da destruição ambiental realizada pelos empreendimentos capitalistas, ação esta financiada pelo Governo Federal.



Foto 4 – Em frente às instalações de Belo Monte.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp

À tarde, as atividades continuaram na Casa Familiar Rural de Altamira (CFR), contando com a presença dos estudantes da CFR. Antes houve um momento de integração no qual todos cantavam trechos das músicas *Penerei fubá* e *Dona Mariana*:

> *Penerei fubá*
> *(Domínio público, com livre adaptação)*
>
> *Penerei fubá*
> *Fubá caiu*
> *Tornei peneirar*
> *Fubá sumiu*
>
> *Ai, ai, ai, a nossa vez chegou*
> *Ai, ai, ai, nunca vi tamanho amor [...]*

Dona Mariana
(Domínio público, com livre adaptação)

Lava, lava, lavadeira
A roupinha de passear
Uma menininha do tamanho assim
E uma trouxa de roupa assim
Um pedacinho de sabão assim
E o sol por aí assim
E uma lagoa desse tamanho
E um tiquinho de água assim [...]

No primeiro momento, com o propósito de integração entre educandos e educandas da Casa Familiar Rural-CFR de Altamira e os participantes da Jornada, realizou-se uma contextualização sobre o evento, seus objetivos e o público participante (atividade que se repetiu nas demais localidades). Em seguida, houve a fala das lideranças locais:



Foto 5 – Diálogo sobre Belo Monte na Casa Familiar Rural de Altamira.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp

Carlinhos: A ENFOC é esse novo momento de capacitação e formação do sindicalismo. Nós nos alegramos muito quando vimos bandeira de luta como a reforma agrária e o fortalecimento da Agricultura Familiar.

João Batista (FVPP: Fundação Viver Preservar e Produzir)[7]: Tudo o que vocês estão vendo aqui é resultado da luta sindical dessa região. A CFR, as experiências de roça sem queimar, que é uma ação inovadora, tudo é resultado da luta sindical, da parceria entre FETAGRI, FVPP, sindicato e cooperativas que há 20 anos vem trabalhando.

Cidão (presidente do STTR de Altamira): Vamos continuar priorizando a formação, porque entendemos que é a partir dela que podemos alcançar a transformação.

Avelino Ganzer: A luta não para. Temos muitos problemas, muitos desafios, não estamos sozinhos. Todo o conhecimento e consciência política que tenho parte da participação no sindicato, na igreja. Qual é o papel do sindicalismo na atualidade? Falo isso como membro do governo. Esse é um momento muito importante no qual as experiências acumuladas podem contribuir no debate.

Diassis Solidade: O objetivo do encontro é reunir homens e mulheres de sindicatos, associações, cooperativas, delegacias sindicais e universidades, para fazer um diálogo sobre a real situação vivida pelos trabalhadores (as) que a gente representa. Queremos conversar sobre essa história dos grandes projetos na Amazônia, sobre os impactos causados por Belo Monte. Como a gente está vendo a história de Belo Monte? Como estão vivenciando isso? Partindo disso, as atividades seguintes serão discutidas sobre a produção de cacau orgânico e leite e como tem se desenvolvido a educação do campo nessa região, a partir das experiências das CFR.

[7] Organização sem fins lucrativos, de abrangência regional, situada no território da Transamazônica e Xingu com sede no município de Altamira - Oeste do estado do Pará. Fundada em 1991 pela iniciativa das organizações camponesas, é constituída por mais de 113 organizações filiadas nos 11 municípios da Transamazônica e Xingu, em 16 municípios do Sudoeste do Pará (ver mais em: *Sistematização e Disseminação dos Resultados das Casas Familiares Rurais na Transamazônica e Xingu e BR 163*, Fundação Viver Produzir e Preservar, out. 2012).

Nas falas ficam evidentes a importância e o potencial do processo formativo para o fortalecimento das organizações e atuação dos dirigentes, seja para compreenderem e atuarem na transformação da realidade em que vivem, seja para adquirirem uma consciência de classe.

Após, foi apresentado o vídeo sobre a Escola Nacional de Formação da Contag- ENFOC. Foi realizado um diálogo com o professor Dr. William Santos de Assis/UFPA que apresentou o tema **AMAZÔNIA EM FOCO: principais temas em debate.** Falou da Amazônia como espaço de interesses políticos, tendo como resultado a instalação de grandes empreendimentos capitalistas.

William: Investimentos provocam valorização de terras, estimulando especulação fundiária, exploração ilegal de recursos naturais, conflitos sociais, ampliação do Arco de Desmatamento; grilagem como elemento comum, antecipação dos efeitos de obras anunciadas, verdadeiros impactos sociais e ambientais menosprezados, "licenciamento automático" de obras, com atropelo da legislação sobre direitos humanos e meio ambiente.

TEMOS DOIS PROJETOS DE BASE RURAL EM DISPUTA:

Latifundiário/monocultura		**Familiar/ policultura**	
Trata a floresta na lógica do	Extrativismo de aniquilamento – madeira	**A floresta vista a partir do**	Extrativismo de coleta – frutas, cipós
Solo	Suporte para agropecuária homogênea – grãos, gado, reflorestamento	**Solo**	Suporte para agropecuária diversa – alimentares, pequenas criações perenes
Trabalho	Assalariado, desqualificado	**Trabalho**	Familiar, com elevada produtividade
Relação de propriedade	Latifundiária	**Relação de propriedade**	Pequenas propriedades
Gestão	Empresarial – orientada ao lucro	**Gestão**	Familiar

Cristina: Em Tailândia tem o dendê. A Agropalma[8] tem o maior território. Os agricultores vendem as suas terras e vão para a cidade, depois de um tempo voltam para trabalhar como empregados. O município cresce de forma desordenada, as vilas estão se acabando, os jovens estão indo trabalhar na atividade do dendê.

Carlinho: Dois pontos que me chamaram a atenção: a questão da proposta de readequação do país na questão ambiental que não foi pensado com o diferencial para a Amazônia e quanto à questão do ordenamento, do ponto de vista ambiental. A avaliação das Resex[9], a exemplo da Verde para Sempre, se for observar, ela não tem o Plano de Uso, não tem um marco jurídico que dê a legalidade da mesma. Se o governo não atuar massivamente na região com um conjunto de políticas públicas, vão eclodir grandes conflitos no Oeste do Pará, não somente nas reservas, mas em todas as áreas.

Pe. Vicente: Somos atingidos por barragem e precisamos nos perguntar: energia para que e para quem? A estrutura do Estado abre as portas para a implementação dos empreendimentos. Os grandes projetos não estão sendo pensados na perspectiva das pessoas e sim, em acúmulo de riquezas. Para nós é um projeto criminoso e, de fato, está sendo uma agressão terrível para toda a região.

Pedrinho: Nós estamos sendo massacrados com os grandes projetos. Nós precisamos entender e defender o nosso projeto para esta região. O projeto que está posto não fortalece a agricultura familiar. O interesse do governo é realmente construir a usina. Uma das nossas grandes preocupações é justamente entender como vamos conduzir o projeto de desenvolvimento para esta região.

[8] Agropalma - empresa produtora de gordura, óleos e margarina obtidas a partir do óleo de palma. Cravada na Amazônia, é a maior do Brasil nessa produção.
[9] Reserva Extrativista.

Nos depoimentos apresentados, é com a clareza da constatação da expansão do capital que as lideranças sindicais apresentam uma preocupação em entender o projeto da classe trabalhadora. Buscam alternativas para a construção de estratégias que venham contrapor o atual modelo, sobretudo pela construção e consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, defendido pelo Movimento Sindical de Trabalhadores/as Rurais.

Waldirene: Fico aqui lembrando o passado e analisando o futuro. Relembrando a construção da usina Hidrelétrica de Tucuruí em minha região, nós não vemos muitos progressos... Vemos um rio morto, com poucos peixes... então nos perguntamos: Qual é o projeto que ficou para nós, "agricultores"? Na região Tocantina, tivemos muitos problemas a partir da construção da hidrelétrica. Nós quem devemos decidir pela construção ou não desses projetos, porque essa terra é nossa!

Padre Alírio: A hidrelétrica de Tucuruí não foi pensada para gerar energia para as populações, mas para a produção de alumínio para abastecer a Alunorte e Albrás. A energia que será produzida pela Hidrelétrica de Belo Monte também não será diferente, será usada para extrair e explorar o minério do Xingu. Se os colonos tivessem dito não, se não tivessem vendido os seus lotes, a hidrelétrica não tinha saído, porque as terras estavam nas mãos deles. Mas o que houve? Eles venderam as suas terras e, então, esse projeto foi iniciado. A gente precisa se organizar e se articular. Nós estamos aqui. A esperança não morreu e a história está em nossas mãos.

Avelino Ganzer: Vejo que o movimento sindical tem demonstrado resistência e exemplo de luta. Concordo com a avaliação do modelo de desenvolvimento existente na Amazônia, precisamos analisar com bastante precisão não para estar contra ou a favor, mas para aprender, ver que o capitalismo se faz presente e as forças hegemônicas estão em curso. Quando o governo Lula assumiu o governo brasileiro, estava na mesa dele a pauta dos movimentos sociais. Hoje, o INCRA está sem força, sem recurso, é muito grave. Acho que está na hora de se fazer a retomada do

debate com o governo. Não está sendo fácil para o movimento sindical e nem para o governo. Nós vivemos num momento muito importante para a construção do nosso futuro.

Mesmo reconhecendo a forma degradante como se manifestam os grandes empreendimentos capitalistas, alguns financiados pelo próprio governo, os depoimentos relembram a força dos movimentos sociais, suas lutas, conquistas e mobilizações para o debate e construção de políticas públicas especificas para os trabalhadores/as rurais.

Rafael: O verdadeiro objetivo dos grandes projetos é, realmente, abastecer o projeto de extração de minério com objetivos econômicos. Não se pensa em oferecer energia para as populações locais, as grandes empresas têm nos excluído.

Antônio Pedro: Sou de Acará e lá temos a plantação do dendê. Percebemos que o dendê está trazendo muitos prejuízos, gerando impactos sociais, alimentar, ambientais... Nós do Movimento Sindical devemos optar pela vida e a agricultura familiar é o celeiro de vida. Na agricultura familiar, você vê os animais, os alimentos, os pássaros. É na agricultura familiar que se vê a vida e a convivência fraterna. Já o agronegócio é o grande capital que predomina.

Diassis Solidade: Qual o nosso papel na busca de soluções para os problemas que estão aí? Está provado que a solução não está posta. Precisamos ter um processo de resgate da confiança e ter coragem de problematizar isso. É preciso que haja um levante nosso para pautarmos as soluções, o INCRA nunca criou soluções. Os assentamentos estão o caos, há escolas? Há postos de saúde? Como está a realidade nos assentamentos? Temos muitas perguntas e o governo precisa responder. A gente precisa refletir que o dendê está a serviço de outra lógica, de outro projeto. Precisamos compreender esse processo para não nos enganarmos com práticas ilusórias. Ouvi que é uma maravilha o projeto do

dendê, mas será que é uma maravilha mesmo? Não sabemos. Precisamos ver de perto esta realidade para saber de fato o que este projeto está trazendo para o agricultor. Não podemos esperar pelo governo, precisamos ter uma organização maior, uma pressão pra poder resolver. Percebemos que os grandes projetos estão cada vez mais avançando. Precisamos repensar as nossas práticas para reverter essa situação que está colocada.

Professor William Santos de Assis: A ideia não é fechar este debate, pelo contrário, o debate continua. Com relação ao Código Florestal, quando se chega a fazer um debate nacional, muitas coisas no Código Florestal não foram ditas, o que se mudou de reserva legal não foi dito. No governo Lula havia espaço para debates, muitas pautas foram respondidas, mas do ponto de vista capitalista é uma força grande. O Estado capitalista ainda continua, romper não é fácil. Belo Monte pode significar progresso, mas qual é o custo para isso? Temos que nos perguntar: desenvolvimento para quê? Para quem? Não dá pra dizer que não há políticas para a Agricultura Familiar. Existe sim! É só comparar as décadas de 60, 70 e hoje. Dá pra fazer esta comparação e perceber o que mudou.

Como afirmam os depoimentos, no âmbito dos direitos conquistados, reconhecemos a importância do conjunto de movimentos sociais do campo que cumpriram um papel fundamental no protagonismo dessas conquistas. No entanto, ainda há muito o que fazer, principalmente na afirmação de um projeto da classe trabalhadora, em contraponto ao atual modelo de desenvolvimento.

Para encerrar o momento, foi cantado um trecho da música *Conquistar a Terra,* de Benedito Monteiro:

Conquistar a Terra
(Versão original de Benedito Monteiro – com adaptação livre do verso 8)

Agora nós vamos pra luta
A terra que é nossa ocupar
A terra é de quem trabalha
A história não falha, nós vamos ganhar.

Já chega de tanto sofrer
Já chega de tanto esperar
A luta vai ser tão difícil
Na lei ou na marra nós vamos ganhar. [bis]

Quem gosta de nós somos nós
E aqueles que vêm nos ajudar
Por isso confia em quem luta

A história não falha, nós vamos ganhar.

Já chega... [bis]

Se a gente morrer nessa luta
O sangue será uma semente

Justiça vamos conquistar
A história não falha, nós vamos ganhar.

[...]

Continuamos os debates no período da noite sobre **Os impactos da UH de Belo Monte.** As atividades foram iniciadas e conduzidas pelos estudantes da CFR, tocando músicas e fazendo a animação.

Mírian: A ideia é escutar os educandos/as da Casa Familiar Rural de Altamira sobre a compreensão da história dos grandes empreendimentos na Amazônia. Diante das discussões, o que vocês pensam sobre Belo Monte? O que mudou na dinâmica de vida dos trabalhadores/as da região? Como vocês da CFR que passam por uma formação diferenciada veem essas questões?

Vagner Peixoto: Às vezes, os trabalhadores não sabem o valor de sua propriedade. Aí algumas pessoas acabam vendendo por um valor pequeno e poucas pessoas conseguem administrar este pouco valor. A biodiversidade do Rio Xingu é muito grande. Devido às pessoas aqui não terem estudo, são contratadas pessoas de outras regiões para trabalhar nas obras. Para a comunidade local, restam os cargos mais baixos, eles ofertaram alguns cursos profissionalizantes, nada mais que isso.

Aurélio: No início deste ano, houve muitas pessoas vindo de fora para trabalhar aqui, um fluxo grande de gente que chegou à cidade, a construção de imóveis cresceu, o que contribuiu para o aumento do custo de vida, sendo mais caro do que na capital ou cidades grandes.

Mariângela: O município de Brasil Novo também está ficando muito caro morar lá, devido ao alto valor dos aluguéis. Muitas pessoas de Altamira estão indo morar em Brasil Novo, o que acabou contribuindo também para o aumento do valor do aluguel.

Carlitinho (STTR de Viseu): Primeiro tiraram nossa floresta, depois o ouro. A nossa situação lá em Viseu não é diferente, agora estão explorando o nosso petróleo. Precisamos discutir a situação não só com o Pará, mas com os demais estados, porque as realidades são bem parecidas**.**

No dia 18, às seis horas da manhã, a turma da Jornada seguiu viagem em direção à Medicilândia para mais um dia de atividade de visita pedagógica, quando foram apresentadas as experiências de cacau orgânico e roça sem queima. No caminho, a turma foi acolhida pelo STTR de Brasil Novo que lhe ofereceu um café da manhã. A presidente do STTR de Brasil Novo, Jiovana Luneli, contou a história de criação do STTR.

O STTR de Brasil Novo era uma delegacia do STTR de Altamira. Houve uma grande luta do Movimento Sindical da Transamazônica que influenciou a criação do STTR de Brasil Novo. Os Agricultores Familiares do município de Brasil Novo estão inseridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar[10]. Segundo informação de Jiovana, a maioria das escolas do município está inserida nesse programa e são receptoras dos produtos da Agricultura Familiar. Seguindo a viagem, chegamos a Medicilândia para a atividade de visita ao lote do Sr. Pedro, produtor de cacau.

[10] Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.
Disponivel em: http//:comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentaçãoescolar.

Foto 6 – Em frente à plantação de cacau em Medicilândia.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp



Pedro reside no lote com mais cinco famílias (todos parentes). O seu lote é de 100 hectares. Na propriedade há 72.000 pés de cacau. No cultivo, o Sr. Pedro mantém ainda oito famílias no sistema de meia. Durante o diálogo, ele explicou sobre os dois sistemas de cultivo de cacau praticado por ele e suas famílias: o sistema tradicional e o sistema de cabruca (sistema originário no estado da Bahia).

O sistema tradicional: Neste sistema, a mata é derrubada para dar lugar ao plantio de cacau. O sombreamento inicial para esse tipo de sistema é feito com bananeiras. O cacau é plantado nas entrelinhas das bananeiras. A partir do segundo ano, as bananeiras vão sendo retiradas até que fique apenas o cacau.

O sistema de cabruca: Neste sistema, o agricultor faz apenas um raleamento da mata ou capoeira e planta o cacau em linhas com distância aproximada de 3 metros entre elas. Nesse tipo de cultivo, o agricultor não utiliza a queima. Este sistema se aproxima muito de um sistema denominado "Roça sem Queima". Este sistema foi desenvolvido por um técnico/agricultor da região (Francisco Monteiro).

Foto 7 – Diálogo sobre a visita pedagógica na plantação de cacau na sede do STTR de Medicilândia.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp



Em continuidade das atividades, à tarde realizamos uma visita à cooperativa Cacauway – Chocolate da Amazônia (Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica). Durante a visita à fábrica de chocolate, a turma da Jornada foi recebida pelo presidente, Admir Venturini, que relatou a trajetória da fábrica. Apesar de experiências negativas anteriores, havia na população local um forte sentimento da necessidade de uma atividade cooperativa. Foi isto que estimulou a criação da Cacauway. À noite, na sede do STTR de Medicilândia, houve um debate sobre agricultura familiar, produção de cacau e sustentabilidade. Os colaboradores foram: Admir Venturini e prof. Dr. William Santos de Assis. O momento propiciou um diálogo sobre a temática, articulado com as visitas realizadas durante o dia nas roças, na fábrica.

Reflexões surgidas no debate:

Pipira: O que mais me chamou atenção foi as roças de cacau. Já tinha visto roças de cupu, mas de cacau ainda não. Outra coisa é que em nossa região Sudeste do Pará a gente vê muito fogo, e aqui não vi isso. A questão ambiental ou é muito rígida ou os nossos companheiros têm uma preocupação maior. Eu tive uma experiência educacional como essa na época dos projetos da Fundação Agrária do Tocantins Araguaia - FATA, temos que expandir e trocar nossas experiências. Na fábrica de chocolate, os trabalhadores são filhos de agricultores.

Antoninho (FECAT): Fazendo um pouco dessa avaliação, é muito bonito o trabalho que está sendo feito por vocês. Hoje deu para perceber a correria dos representantes para fazer as coisas darem certo. Esse projeto que a gente viu tem toda uma história. Vimos que os jovens também estão alinhados nessas discussões. É bom estar aqui presenciando esses sistemas para trabalharmos um pouco disso em nossa região.

Pedrinho - FETAGRI Regional da Transamazônica e Xingu: É bom quando a gente começa a colher os frutos desse nosso projeto. Imaginem onde a gente dormiu em Anapu? Embaixo da sede de uma fazenda que hoje mora um agricultor, isso é fruto de nossa história. A CFR é fruto da luta dos trabalhadores. O nosso

projeto é muito maior do que Belo Monte. Nós temos muitas coisas que precisamos comemorar. Precisamos avaliar e correr atrás do que falta. E faltam muitas coisas. Essas coisas vamos conseguir a partir da unificação do nosso projeto. A produção é uma via de unificação. Vocês são os primeiros a vir aqui, ver e sentir esta realidade.

Bitinho (STTR de Cametá): Quando a gente questiona os projetos da nossa região, é porque temos um projeto sustentável, aí está a prova dessa realidade. Com relação ao cacau, vi várias culturas, mas observei que existe mais cacau do que outras culturas. É bom que os produtores também possam trabalhar outras culturas.

Vicente (Presidente do STTR de Jacundá): Durante o tempo em que eu estou no Movimento Sindical, nunca tinha vivido uma experiência como esta que a escola está nos proporcionando. Se não fosse por essa iniciativa, nunca conheceríamos as diversas experiências dos companheiros. Muito se fala de PADRSS, hoje eu vi isso na prática, que foram as duas roças de cacau. A nossa região era muito voltada para a pecuária. Tudo que estou vivendo é novo e foi proporcionado pela ENFOC/PA.

São diversos os aprendizados oferecidos pela Escola. No presente caso, por meio da Jornada Pedagógica, vem possibilitar, além da troca de experiência entre dirigentes, a vivência que leva ao contato direto com outras práticas, o que gera um conjunto de aprendizados que, ora questiona o que fazem alguns dirigentes, ora deixa mais clara a compreensão do projeto defendido pelo Movimento Sindical de Trabalhadores/as Rurais, o PADRSS.

Tadeu (STTR de Barcarena): Quero parabenizar o pessoal da Transamazônica pela forma que direciona a Agricultura Familiar. Nos fazem refletir sobre a realidade que a gente vive. Conheci a Transamazônica através dos meios de comunicação, estamos vivendo na prática uma realidade até então desconhecida. Diante

de muita coisa ruim, a gente não fala sobre as nossas conquistas. O exemplo bom do Movimento esta aí, mas a gente muitas vezes não consegue ver.

Antônio Pedro: Quero dizer que, na formação, a gente vem refletindo sobre nossa história. Imagino a dificuldade que vocês têm de participar de um encontro, diferente de nós que vamos até duas vezes em Belém, no mesmo dia, se a gente quiser. A imagem que tínhamos da Transamazônica eram atoleiros, conflitos, mas estamos vendo que é muito mais, a gente viu a sustentabilidade das gerações. Estou aprendendo muito em conhecer a experiência.

Francisco Monteiro: Eu quero fazer uma reflexão sobre a produção da agricultura em nossa região, o cultivo de cacau. Quero destacar a fertilidade do solo que temos. Nós passamos por algumas fases na produção do cacau. Na primeira, tínhamos um grande desafio, de praticar a agricultura sem fogo, queríamos provar que seríamos capazes de produzir sem degradar, tínhamos o objetivo claro de promover a autoestima do nosso agricultor e a gente provou que é possível se fazer agricultura sem fogo e sem agrotóxico. O segundo ponto é que queríamos gerar a conservação, deixar o solo não degradado. Insistimos na preservação do solo e a gente entendeu que o fogo não era preciso. Hoje, estamos implantando a cabruca, construída e planejada. Nós estamos plantando castanheira, andiroba, açaí, laranjeira, vamos plantar abacate. Estamos trabalhando a questão da diversificação de culturas. Estamos criando um termo novo: ambientabilidade. Queremos criar um ambiente para andiroba, um ambiente para o cacau, um ambiente para a castanheira e criar uma 'paisagem do futuro'. Estamos fazendo hoje pensando em 20 e 30 anos. Estamos idealizando esta paisagem. Temos que criar um ambiente com consórcio de culturas que não propicie a proliferação

de pragas. Pensamos também em sistematizar o que estamos fazendo, produzir talvez uma cartilha para que a nossa experiência chegue a vocês. Mas é muito difícil sistematizar e escrever. Ainda não conseguimos fazer a sistematização e avançar nesse processo.

A vivência traz um conjunto de aprendizados e, por mais que os participantes estejam diretamente ligados ao cultivo da terra, a diversidade de práticas reafirma o quanto é importante o intercâmbio de experiências, quando uns aprendem com os outros. Neste sentido, há uma preocupação em sistematizar os saberes para que outros sujeitos ainda possam conhecer a forma produtiva das roças, como a de cacau.

Juraci (agricultor e assentado): Tive a oportunidade de ser o presidente deste sindicato e coordenador da Fetagri regional. Para que as pessoas não fiquem com uma ideia equivocada, em Medicilândia não é todo mundo que produz cacau. Têm outros sistemas de produção. A questão do asfaltamento que estamos vendo foi fruto de muita luta e agora está sendo feito.

Mano (Agrônomo/Colaborador): Eu vivo dizendo pra vocês que quem vai salvar a Amazônia é a Agricultura Familiar. Pela primeira vez eu vi uma fábrica de chocolate no Brasil.

Raimundo (STTR de Porto de Moz): O que a gente viu foi um projeto de desenvolvimento sustentável que deve ser pensado não para o agricultor, mas pelo agricultor, essa é a diferença. É fazer e dizer aquilo que fazemos com as nossas próprias mãos. O PADRSS é pensado por nós e escrito com as nossas próprias mãos.

Roseane (São Domingos do Capim): A importância desse momento é que a Jornada tem a participação de mulheres, homens, crianças e jovens envolvidos.

No dia 19, saímos de Medicilândia às quatro horas da manhã, com destino ao município de Placas, fazendo um percurso de 189 quilômetros entre os municípios. A turma tinha como atividade realizar uma visita pedagógica junto às famílias produtoras de leite e cacau. Houve uma parada no município de Uruará para o café da manhã. No caminho, o ônibus teve um pequeno problema, no entanto a turma não desanimou e, à beira da estrada, construiu uma grande ciranda e, enquanto era resolvido o problema, os educandos e educandas cantaram, dançaram, fizeram ciranda.

A turma chegou ao STTR de Placas às 10 horas. O STTR de Placas preparou uma mesa com frutas, sucos, pães para a recepção e acolhida dos participantes da

Foto 8 – Ciranda às margens da Rodovia Transamazônica.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.



Jornada. Após esse momento, a turma seguiu para a visita pedagógica. A Visita aconteceu na vicinal do km 240. Foram visitados três tipos de situações de produção de cacau. Uma situação de produção de cacau em lote de 100 ha (padrão PIC), outro do tipo chacareiro em lotes de aproximadamente 4 ha e um grande produtor financiado com recursos da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) com 1 milhão de pés de cacau. No lote de 100 ha, vimos plantio de cacau sombreado com a bananeira. Neste lote, a família já estava retirando a bananeira. Antes da entrada nos lotes, houve uma conversa sobre a propriedade e ainda teve uma ciranda de integração.

À tarde, o presidente do STTR de Placas, João de Jesus Sousa, conhecido como "João PT", coordenou um diálogo sobre a visita à experiência. O momento proporcionou que os participantes pudessem conversar sobre a viabilidade produtiva do cultivo de cacau como uma atividade sustentável que vem fortalecer a agricultura familiar e a consolidação do PADRSS.

Foto 9 – Ciranda durante a visita pedagógica a uma plantação de cacau organizada pelo STTR de Placas.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.



À noite, houve o diálogo sobre **As propostas formativas da Enfoc-PA e Educação do Campo.** Antes desta atividade, houve apresentação cultural do grupo Onça Pintada - grupo de dança local composto por crianças e jovens.

Encerrado esse momento, a turma colocou o ônibus na estrada rumo ao município de Mojuí dos Campos, chegando neste local às quatro horas da manhã do dia 20, após viajar 297 km, cruzando a BR 163 (Cuiabá - Santarém) onde também se instala o Polo de Soja em Santarém. Após descanso, os enfoquianos seguiram caminhada rumo ao STTR de Santarém para a Plenária: **Diálogo sobre o processo formativo da Enfoc/PA no município de Santarém e na regional do Baixo Amazonas.** A atividade iniciou a partir das oito horas da manhã e reuniu educandos e educandas que passaram pelos processos formativos da ENFOC/PA.

Foto 10 – Apresentação cultural do grupo Onça Pintada na sede do STTR de Placas.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.





Foto 11 – Momento de acolhida no STTR de Santarém.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.

No STTR de Santarém, os participantes da Jornada foram recebidos pela direção do sindicato, presidente atual, Manoel Edivaldo, também conhecido por "Peixe" e demais diretores, sendo oferecido um café da manhã. Após esse momento, os participantes se reuniram no auditório para dar continuidade às atividades. Dentre os principais temas debatidos, foi evidenciado o andamento do processo formativo no município de Santarém.

Antenor (Assessor da Contag): Foi uma alegria estar participando da Jornada, sou educador, militante do Movimento popular do Paraná e estudo o Movimento sindical. A Escola de formação visa à multiplicação criativa, os estados têm autonomia para fazer as formações com a sua cara. O grande objetivo da Escola, quando esta foi pensada, foi chegar à base, para o camponês, chegar àquele que está lá na sua roça. Foi fundamental a estratégia da Contag de levar a formação até à base através do GES, que é uma forma de chegar àqueles que são os verdadeiros donos do sindicato, da Fetagri e da Contag. Esta foi a grande sacada da Contag, porque fazer formação apenas para lideranças não fazia muito sentido.

Mírian: Uma das preocupações da escola é quanto ao processo de sistematização, escrita e, principalmente, das imagens. A Enfoc enfrenta muitos desafios, a exemplo da distância e as questões financeiras para acompanhar. O processo da Escola é um processo participativo porque todos ajudam a construir. Há muito material, mas muitos deles não expressam as atividades realizadas, são com poucos detalhes, os registros de imagens são frágeis. É importante a entrega dos materiais. Ao serem realizadas as atividades, será necessário o repasse dos materiais registrados pelas turmas. A equipe estadual tenta acompanhar os processos de formação, mas não se tem condições, são muitas atividades ao mesmo tempo. A ideia é tentar construir processos tendo pessoas de referência nas regiões para a sistematização.

Zequinha (STTR de Tailândia): Em Tailândia, nove famílias se reuniram para realizar uma roça em mutirão, numa área de 70 hectares, obtendo bom resultado. Mas, percebendo que somente se reunir em torno da roça não era suficiente, faltava alguma coisa, então, começaram a reunir os adultos, as crianças, para falar sobre o sindicato, discutindo a necessidade e importância de ser sindicalizado. Criamos o GES e por meio dele estamos conseguindo melhorias nas escolas, nas estradas etc.

Helena (Educadora Enfoc/PA e Assessora da Fetagri-PA): sou assessora e educadora da Enfoc. É a partir do processo de sistematização que se escreve a história. Já vieram para as atividades três livros, um deles é o Almanaque, que é a alma do Movimento sindical. O segundo é sobre as práticas e saberes. No próximo ano, a Contag fará 50 anos, fui convidada a participar da construção de um filme que mostra essa caminhada. O objetivo é mostrar o processo de construção da Contag a partir da base e como o trabalho de base é feito hoje. Temos pela frente desafios de conversar com os companheiros do processo anterior e com os grupos atuais. Por vezes, as

fotos e as filmagens não são boas, sendo preciso avaliar os instrumentos que se tem, assim como os entraves. Por isso, é importante se fazer uma sistematização local e outra para a coordenação estadual. Tudo isso se torna importante para a visibilidade do Movimento.

Alexandre Goldinho: Quando comecei a participar da Enfoc, não era nem sindicalizado. Depois, pude visitar, em outras regiões, as diversas experiências formativas. Considero que o GES é interessante por levar o estudo à base. As pessoas que participam da Enfoc conseguem realizar as formações nas suas bases. Assim, a escola forma lideranças, forma pessoas que tem amor à luta, a Escola forma para um trabalho na comunidade.

Manoel Edivaldo/Peixe pau (Presidente do STTR de Santarém): Desde 2008, o sindicato de Santarém vem conduzindo o debate sobre a elaboração do I Plano de Desenvolvimento Sustentável na região e, em 2012, este plano foi aprovado. O STTR conseguiu ocupar uma vaga no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. A Enfoc tem proporcionado o intercâmbio para conhecer outras realidades e organizações.

Waldirene (STTR de Cametá e diretora da Sec. Geral da CUT/PA): A escola me propiciou conhecimento a partir do ouvir, me proporcionou uma formação no próprio Movimento. A formação do ser humano é tudo, se não fizermos formação pode cair no vazio, por não saber aonde chegar. Quando as pessoas se formam, conseguem ter argumentos para defender o seu projeto. A formação é necessária, porque é muito difícil conversar com as pessoas, convencê-las de seus direitos. Comecei no Movimento a partir das formações. Acredito que as pautas do Grito da Terra não saem do papel, porque a base não pressiona, as pautas só vão sair do papel quando a base enfrentar.

Pedrinho: acredito que a transformação da sociedade vai se dar a partir da escola.

Dentre as diversas possibilidades discutidas, tendo em vista os desafios que se apresentam ao sindicalismo, educandos/as e dirigentes veem, na formação, a possibilidade de mudança, pois possibilita a ação refletida no meio sindical, sobretudo quanto à construção de um projeto alternativo de sociedade.

Ainda no dia 20 de outubro, após o almoço, houve uma visita pedagógica à Escola da Floresta, em Santarém, local vinculado ao Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS. A experiência se desenvolve a partir de uma parceria com a rede municipal de ensino.

A área da Escola da Floresta era uma pastagem com solos degradados e está sendo recuperada a iniciar pela regeneração natural e enriquecimento com espécies locais. A escola oferece visitas programadas gratuitas para alunos de escolas públicas e privadas, e tem por objetivo promover uma educação voltada para à preservação e conservação do meio ambiente. Em seguida, houve um passeio à praia de Alter do Chão como forma de lazer dos enfoquianos.



Foto 12 – Visita Pedagógica à Escola da Floresta em Santarém.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.

Dia 21 de outubro, já em Mojuí dos Campos, tivemos o início de mais um conjunto de atividades. A turma ficou reunida por mais cinco dias na sede do STTR em que foram realizadas várias atividades. No primeiro dia, foi efetuado o debate

sobre **Gênero e a participação das mulheres no movimento sindical.** Foram vivenciados trabalhos de grupos, em que os participantes puderam refletir sobre os desafios no meio sindical, principalmente, quando se trata das questões relacionadas à cota para a participação das mulheres nas estruturas do Movimento e outros espaços de atuação.

No período da tarde, as atividades continuaram e foi discutida a temática **O desmatamento na Amazônia e seus impactos na vida das populações do Campo, Águas e Florestas.** Houve debates em plenária e trabalhos de grupo.



Foto 13 – Momento de trabalho de grupo abaixo das mangueiras - STTR de Mojuí dos Campos.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.

Dia 22 houve uma **AVALIAÇÃO** da Jornada considerando o percurso Belém/Marabá/Santarém/Mojuí dos Campos, tendo como ponto de análise a realidade presenciada pelos participantes, as vivências e os debates realizados. Para essa

atividade, foram colocadas algumas questões orientadoras tais como: *Como a experiência contribui para a reconstrução das relações pessoais, com os sindicatos e federação? Quais as principais aprendizagens? O que foi positivo e negativo da Jornada Pedagógica?* Entre os aspectos destacados pela turma, como de grande importância tivemos: a troca de experiências entre as diversas regiões e, particularmente, o conhecimento da realidade de atuação dos dirigentes sindicais, tendo a vivência cotidiana como foco de problematização nos debates e, especialmente, como fonte de aprendizagem coletiva. Ainda durante a avaliação, o grupo decidiu pela realização de uma segunda Jornada Pedagógica com essa mesma turma, com o objetivo de complementar o debate feito sobre os grandes empreendimentos.

Ainda no mesmo dia, foi discutida a temática **O papel do dirigente sindical, práticas e a ética na estrutura do MSTTR**. O colaborador que dirigiu os trabalhos foi Emmanuel Wamberg que, ao longo da caminhada da ENFOC/PA, tem contribuído com a Escola no sentido de proporcionar aos dirigentes e lideranças sindicais reflexões sobre suas práticas e atuação nas diversas instâncias do Movimento Sindical.

Dia 23 de outubro aconteceu o debate sobre a origem e o papel das centrais sindicais, quando foi evidenciado que elas devem alimentar as organizações

Em plenária, os grupos destacaram os aspectos relacionados à atuação dos sindicatos, focando nos elementos necessários para um novo sindicalismo. Apontaram a necessidade de o Movimento se fazer mais presente na sua base, mediante o processo de formação.

Dia 24 de outubro, bem como nos demais dias da programação da Jornada, o dia iniciou com uma mística. Em seguida, a turma foi organizada em grupos por região para estudar o caderno de texto do 11ª Congresso da Contag, focando, notadamente, quanto ao aspecto da organicidade do Movimento Sindical. Antes da leitura, a coordenação falou sobre a importância de os dirigentes se apropriarem das discussões do caderno de texto, uma vez que irão acontecer as plenárias regionais, sendo esta uma oportunidade privilegiada para estudar, refletir, propor e contribuir na construção de diretrizes orientadoras para o MSTTR nos próximos anos.

Ainda no dia 24, foi realizada a prestação de contas do recurso da atividade da ENFOC/PA, sua origem e destino do investimento. Para a realização da Jornada Pedagógica, houve investimento da Contag de recursos do fundo solidário. Ainda se destacou a importante colaboração dos sindicatos, nos quais aconteceram as atividades. Também o evento contou com algumas parcerias de entidades como a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará - FECAT, a Universidade Federal do Pará e a Secretaria de Organização da CUT Nacional.

No último dia foi realizada uma síntese de todo o processo da Jornada. Por fim, tivemos o último diálogo pedagógico que tratou da proposta realizada pela ENFOC/PA, os compromissos a serem assumidos por cada educando e educanda na estratégia formativa da ENFOC/PA. Nessa conversa, um dos pontos destacados esteve relacionado aos Grupos de Estudos Sindicais **– GES** sendo eles uma das principais frentes de atuação, razões da existência do processo formativo realizado pela ENFOC.

> Nesse contexto, os diálogos pedagógicos fazem parte da estratégia de formação e são orientados pela Política Nacional de Formação. Presentes durante todo o processo formativo, os diálogos pedagógicos se configuram como momentos em que educandos/as e educadores/as buscam aprofundar o conhecimento sobre uma dada temática. Eles são de grande relevância, uma vez que possibilitam envolvimento intenso dos participantes que, ao olharem para as vivências, podem afirmar, confirmar e questionar, colocando seus pontos de vista e aprendizagens em discussão.

4. EMPREENDIMENTOS CAPITALISTAS NA AMAZÔNIA E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PADRSS

A II Jornada Pedagógica da ENFOC/PA foi realizada no período de 12 a 22 de janeiro de 2013, como esclarecemos, no trajeto entre Marabá - Castanhal. A ação teve entre seus diversos objetivos dar continuidade ao debate realizado na I Jornada Pedagógica, aprofundando a compreensão dos grandes projetos capitalistas

instalados na Amazônia, em específico no estado do Pará, suas formas de atuação, e dando prosseguimento também ao debate sobre o fortalecimento do PADRSS, como contraposto ao projeto neoliberal que desmobiliza a atuação dos trabalhadores/as.

Tendo como propósito fazer o registro da ação, trazemos, nesta escrita, algumas reflexões sobre a prática desenvolvida no III Módulo do Curso de Formação Político-Sindical da III Turma Estadual da ENFOC/PA, organizado no contexto da II Jornada Pedagógica. Lembramos que a forma como se estabeleceu a ação permitiu uma organização pedagógica semelhante ao processo anterior, o que torna desnecessária a repetição do relato nos seus aspectos gerais.

Fizemos a opção por organizar o relato da II Jornada falando, primeiramente, dos conteúdos trabalhados e pontuando os objetivos políticos que levaram a tal escolha. Posteriormente, falamos das metodologias que permearam a prática pedagógica e, por último, algumas inovações na prática que consideramos pontos essenciais na construção da experiência.

4.1 Conteúdos trabalhados na II Jornada Pedagógica

No contexto pedagógico formal, a escolha dos conteúdos ocupa um lugar central para o desenrolar de uma prática pedagógica. Na organização das atividades da ENFOC/PA, isso não é diferente, uma vez que toda atividade educativa, seja ela realizada por meio de uma visita, de um momento lúdico ou de outras formas, seu planejamento tem uma intencionalidade política, um objetivo a ser alcançado e conteúdos associados.

Quando tratamos dos conteúdos trabalhados no contexto da II Jornada Pedagógica, o debate se estabeleceu em torno das **concepções de desenvolvimento**. A princípio, a equipe pedagógica da ENFOC/PA construiu um mapeamento territorial, marcando onde se instalavam os empreendimentos e, de acordo com a localização destes, foram debatidos os temas contemplando a realidade vivenciada em cada município, considerando os empreendimentos: mineração e monoculturas de soja, cana de açúcar, dendê, pecuária, reflorestamento com eucalipto e paricá. Articulado a isso, se estabeleceu um diálogo sobre os impactos desses empreendimentos na organização do Movimento Sindical e na mudança da dinâmica de vida dos trabalhadores/as rurais, tais como: expulsão de trabalhadores/as rurais

de suas terras para a implementação dos interesses do capital, intensificando o assalariamento rural, desmobilização da agricultura familiar, entre outras causas. Ainda falando de aspectos gerais, além dessa discussão, houve debates sobre as formas de enfrentamento do processo de desenvolvimento vigente, procurando, neste sentido, promover reflexões sobre algumas alternativas vinculadas aos temas contemplados no PADRSS, focando nas iniciativas do **Cooperativismo**, da **Economia Solidária**, da **Agroecologia** e da **Educação do Campo**.

Durante a Jornada, foram realizadas em cada município atividades que trouxeram ao debate as diversas **concepções de desenvolvimento**. Sobre isso, focamos as dinâmicas estabelecidas pelo agronegócio e as alternativas que dialogam com as proposições da agricultura familiar, com destaque para o que propõe o PADRSS, projeto construído e defendido pelo MSTTR.

No primeiro dia, as atividades da II Jornada iniciaram pelo diálogo para entender a conjuntura que sustenta o avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar no Estado, com foco na região Sudeste do Pará. A atividade teve como propósito colocar em discussão como os segmentos do capital se instalam na região e os principais impactos sobre a sociedade, principalmente sobre a dinâmica social do campo.

Nesse sentido, o diálogo a respeito da temática proporcionou às lideranças e dirigentes sindicais mais oportunidades para compreender esses projetos. O momento foi também oportuno para debater as formas de resistência construídas pelos trabalhadores/as rurais e suas organizações representativas. Nisso também se destacam as contradições, as disputas de projetos que estão em evidência e até que ponto as formas de resistência mudam esse cenário para o fortalecimento da agricultura familiar, as formas como os agricultores/as familiares estão fazendo a produção, seus jeitos de resistir, construindo alternativas de enfrentamento aos projetos do agronegócio.

Dentre os temas trabalhados, se destacam: *Análise de conjuntura focando nos grandes projetos e a questão agrária; como o primeiro se sobressai em detrimento do segundo; a importância da formação como instrumento de empoderamento dos trabalhadores/as, no fortalecimento das suas organizações e do PADRSS*. Ainda, *formas alternativas de produção que fortalecem a agricultura familiar, pautadas pelo projeto alternativo, a partir dos princípios da agroecologia da economia solidária.*

Diferente de apenas saber o que o grande capital faz, a atividade trouxe como pretensão não apenas compreender esse debate, mas a possibilidade de

dirigentes e lideranças sindicais terem maior clareza sobre o seu papel na defesa do projeto alternativo. Mais do que visualizar a forma de expropriação do capital, o diálogo buscou afirmar e evidenciar as conquistas e lutas dos agricultores/as familiares frente a essa problemática, destacando as políticas específicas para o campo (educação, habitação, crédito, saúde, organização da produção etc.), conquistadas a partir das lutas do MSTTR nas mobilizações de massa, enfim, a afirmação e continuidade de um projeto dos trabalhadores/as. Entender a dinâmica do capital é uma tarefa necessária, para ajustar as lutas, chegar às conquistas e fortalecer o projeto construído pelo Movimento sindical.

Nesse contexto de resistência dos agricultores/as familiares, também foi realizado um debate sobre o contexto da **Reforma Agrária, evidenciando a luta pela terra na região**. O diálogo veio afirmar a história de luta do campesinato, em um dos territórios marcados por intensos conflitos fundiários, onde muitos trabalhadores/as rurais e suas lideranças tiveram suas vidas interrompidas na luta e defesa da categoria e de seu projeto. Procurou rememorar a história, para não haver o esquecimento de que cada espaço de chão foi conquistado a custo de sangue misturado à terra. Durante a atividade, foi lembrada a história de Jose Dutra da Costa (Dezim) e Ribamar, lideranças sindicais assassinadas pelo latifúndio de Rondon do Pará.

Ainda sobre a conjuntura que envolve a estratégia de expansão do capital, foi trabalhada a questão ambiental; reflorestamento que, do ponto de vista do capital, é realizado pela implantação da monocultura do eucalipto, paricá, entre outros. Ancorado nisso, o debate se voltou para o **Assalariamento Rural**, destacando a situação vivida por trabalhadores/as rurais, focando nas formas degradantes de trabalho.

Também foi ponto de discussão **o controle das políticas públicas para a Agricultura Familiar** e suas formas de acesso. Mais do que debater sobre a dimensão desses projetos, a Jornada trabalhou com informações sobre alternativas sustentáveis a partir do conhecimento de experiências e sobre as **estratégias e práticas na organização, diversificação e fortalecimento da Agricultura Familiar através da fruticultura.** Também foram trabalhadas questões sobre **Cooperativismo** e **Economia Solidária**, como estratégia para o fortalecimento de um mercado justo de valorização do trabalho e mais ainda das pessoas, pautado pelo trabalho coletivo e marcado pela solidariedade humana.

Ainda como alternativa, foi estudada a temática da **Agroecologia**, debate que também vem reforçar o PADRSS de modo a trabalhar outra concepção de produção a iniciar pelo respeito ao meio ambiente. O debate foi um marco tanto pela preocupação e a importância do tema, quanto pelo contexto em que foi

trabalhado. Mais do que discutir a temática, os educandos e educandas da ENFOC/PA puderam vivenciar, de forma prática, algumas experiências praticadas pelo núcleo de agroecologia do IFPA - Instituto Federal de Castanhal.

Ainda foram abordadas, durante a Jornada, temáticas como a **Educação do Campo**. Quando se pensa na consolidação de um projeto que seja sustentável, não há como desvincular de um processo de educação. Porém não estamos falando de qualquer educação, mas, sobretudo, de um processo pedagógico que possa pôr em evidência as experiências dos sujeitos que valorizam seus saberes, que contribuem na construção de estratégias que possibilitam qualificar suas práticas, oferecendo condições de acesso ao uso de tecnologias alternativas que não agridem o ambiente.

4.2 Metodologia da Jornada

Para a realização das atividades, a Jornada recorreu a diversas formas de trabalho para que os objetivos da ação fossem alcançados. Durante as atividades, houve momentos distintos, tais como: **a)Trajeto da Jornada, b) Debates em locais estratégicos, c)Visitas Pedagógicas, d) Diálogos Pedagógicos para avaliação, e) Trabalhos de Grupos, f) Cirandas e g) As Místicas.**

a) Trajeto da Jornada: um aspecto fundamental que se afirma durante as Jornadas Pedagógicas é, sem dúvida, o contato com a realidade e seus diversos problemas. Mais do que falar, a visualização de como se manifesta essa realidade traz em si um potencial pedagógico a partir de uma vivência muitas vezes desconhecida, uma vez que cada região apresenta desafios e formas organizativas singulares. O trabalho mediante um conteúdo contextualizado faz-se necessário e deve ser elemento para enriquecer o debate; é um "chão" de conhecimentos que impacta e interfere diretamente na tomada de decisão das pessoas.

b) Debates em locais estratégicos: outro ponto a ser destacado. Trata-se dos momentos de debates em locais estratégicos. Uma vez em contato com a realidade, torna-se necessário parar para conversar e problematizar a vivência. Para o momento é convidado um colaborador/a que contribui na problematização da temática.

c) Visitas Pedagógicas: como recursos metodológicos complementares dos demais Itinerários Formativos da Escola, recorremos também a visitas pedagógicas, que são momentos para aprofundar e conhecer uma experiência. A atividade ganha

importância como as demais por articular teoria e prática na construção coletiva do conhecimento. Além de teorizar, as visitas pedagógicas se manifestam como momentos importantes de confrontar e afirmar práticas. Para o momento, é organizado um roteiro que norteia a atividade. Os participantes vão a campo, observam, anotam os pontos que acham relevantes e, em um momento específico, há oportunidade para dialogar sobre a experiência.



Foto 14 – Apresentação de teatro durante a visita pedagógica à plantação de goiaba em Dom Eliseu.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, janeiro de 2013. Foto de Danilo Asp.

d) Diálogos Pedagógicos para avaliação: em um fazer pedagógico, a avaliação da prática é, sem dúvida, um momento contínuo, pois isso favorece os passos seguintes. Nas atividades da ENFOC/PA, em específico na Jornada Pedagógica, esta forma de análise se configura como um elemento fundamental para o aperfeiçoamento da ação formativa. Os diálogos pedagógicos trazem em si momentos que favorecem a conversação franca entre educandos/as, educadores/as sobre os pontos que podem fortalecer a prática, principalmente

sobre as limitações que interferem no bom andamento da atividade. O momento é realizado geralmente ao final do dia ou à noite. Busca assinalar as potencialidades e, sobretudo, os principais desafios que podem gerar alternativas para o próximo momento.



Foto 15 – Diálogos pedagógicos no Instituto Federal do Pará em Castanhal.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, janeiro de 2013. Foto de Danilo Asp.

e) Trabalhos de Grupos: permeando toda a atividade da Jornada, um recurso muito usado são os trabalhos em pequenos grupos. Por ser uma turma grande, composta por participantes de todas as regiões e diversos municípios do estado do Pará, os grupos contribuem na aproximação e interação entre os participantes, bem como possibilita o diálogo entre as pessoas com intensa participação, uma vez que nas atividades em plenário nem sempre todos têm oportunidade de se expressar, seja por falta de tempo, seja por inibição. E os grupos cumprem também o papel de integração, de socialização, de ouvir as pessoas.



Foto 16 – Trabalhos de grupo no STTR de Rondon do Pará.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, janeiro de 2013. Fotode Danilo Asp.

f) Cirandas: num fazer marcado pelos princípios da Educação Popular, não há como desconsiderar o papel do lúdico na construção das aprendizagens. Promove a integração entre as pessoas, anima, envolve, cria uma sintonia antes e durante o processo pedagógico. Neste sentido, entre outras manifestações como as místicas, as poesias, a musicalidade se destacam as cirandas que promovem momentos de canto, de dança, de animação, integração e sintonia entre os participantes**.**

Foto 17 - Ciranda pedagógica.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, janeiro de 2013. Foto de Danilo Asp.



g) As Místicas: em um fazer pedagógico que se propõe a questionar o jeito como se estabelece a proposta dominante de sociedade que difunde formas de pensar, ideais e projetos, em uma dada sociedade, as místicas têm como propósito sensibilizar, para provocar questionamentos ao modelo vigente de sociedade e denunciar situações limites que se interpõem na construção de um projeto alternativo que coloque em discussão a classe trabalhadora.



Foto 18 – Momento de mística.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, janeiro de 2013. Foto de Danilo Asp.

As místicas se manifestam, sobretudo, ao destacar as situações limites e, ainda, ao anunciar alternativas condizentes com as utopias que reafirmem as lutas e conquistas dos trabalhadores/as vinculados a um projeto que fortaleça os laços de solidariedade e construção coletiva.

4.3 Algumas inovações

No contexto de realização das Jornadas Pedagógicas, antes e durante o processo formativo, a prática se fez presente no sentido de aguçar a curiosidade para a identificação da forma como têm sido realizadas as ações formativas no estado do Pará. A ação veio afirmar uma dinâmica a partir da integração das regiões, mostrando não apenas desafios a serem superados, mas também o potencial na realização de um fazer contextualizado que favoreça aos dirigentes e lideranças sindicais o conhecer e debater sobre o contexto onde o fazer prático se realiza, articulando à teoria.

Na construção do processo formativo organizado mediante as jornadas, destaca-se uma técnica pedagógica incluída na II Jornada, que foi a construção do **diário individual de cada educando/a**[11]. Tal ação se fez necessária, posto que muitos dos dirigentes e lideranças sindicais necessitam exercitar a prática de escrita, o que também vem favorecer um processo de sistematização, uma vez que, nas reflexões individuais, os participantes descrevem elementos que, muitas vezes, mesmo tendo importância, passam despercebidos nas discussões.

Outro ponto importante foi a junção da turma estadual com uma turma regional, num longo processo de vivência, o que favoreceu o diálogo entre lideranças e dirigentes sindicais sobre os desafios regionais vividos pelos participantes em suas localidades de atuação.

Outro aspecto foi a realização de atividades em um espaço institucional, trazendo como foco o debate sobre Educação do Campo, articulado com o diálogo sobre formação política, pois fica a compreensão e o sentimento das necessidades das lideranças e dirigentes sindicais estarem presentes em espaços que operam com políticas públicas, conquistadas por trabalhadores/as do campo. Nesses espaços, não há como ficar de fora do debate político, técnico, pedagógico e, especialmente, de interferir técnica e politicamente na discussão sobre a educação que queremos. Esta é uma educação em que agricultores/as familiares podem estar contribuindo com seus saberes e práticas formativas, na construção de uma proposta educacional para o país.

[11] No primeiro dia de Jornada, foi entregue a cada participante um caderno em que cada pessoa tinha como atividade fazer o registro diário dos acontecimentos, colocando suas compreensões, avaliação e aprendizados construídos.

5. UM OLHAR DOS PARTICIPANTES SOBRE AS AÇÕES REALIZADAS NO CONTEXTO DA JORNADA PEDAGÓGICA E LIÇÕES APRENDIDAS

As jornadas pedagógicas, como experiência educativa, geraram grandes aprendizagens, sejam elas individuais ou coletivas. O contato com outras realidades e diversas práticas proporcionou ao conjunto de dirigentes, lideranças sindicais e demais participantes a vivência com situações muitas vezes desconhecidas por muitos, mas que são fundamentais para entender e problematizar o contexto da ação sindical.

Dada a importância de saber as percepções que os participantes fazem do processo vivido, as lições proporcionadas, é que valorizamos os depoimentos das avaliações individuais. A ação nos permitiu refletir sobre como essas aprendizagens impactam na prática dos dirigentes e como colaboraram no processo educativo, e se cumpriram os objetivos pautados inicialmente quando planejamos as Jornadas Pedagógicas da ENFOC/PA.

Os depoimentos são de uma diversidade de circunstâncias e tratam, em suma, dos aprendizados construídos a partir da ação vivida durante o percurso da Jornada Pedagógica, que possibilitou a troca de experiências entre os diferentes sujeitos e situações. A metodologia da Jornada teve como principal elemento a realidade como fonte de estudo e pesquisa e também de problematização da ação sindical, como mostra o depoimento do educando.

> A Jornada Pedagógica da ENFOC/PA tem proporcionado momentos de grande interação, reflexão sobre aos aspectos social, econômico, político e cultural, evidenciando aos jovens e lideranças sindicais elementos de incentivos à compreensão dos grandes empreendimentos e impactos ambientais causados [...]. Também tivemos a oportunidade de conhecer duas alternativas de vida: uma voltada para a lógica do capital, que gera grandes impactos ambientais e expulsa os agricultores dos Projetos de

> Assentamento rurais, a migração das famílias para zona urbana, onde são submetidos a vender suas propriedades pelo pequeno valor comercial que não levam em consideração as vivências dos sujeitos do campo.
>
> A outra são práticas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais como alternativa de cultivo dos produtos da agricultura familiar sem o uso de herbicidas e agrotóxico e, acima de tudo, sem agredir o meio ambiente, como a cultura do cacau plantado dentro da mata de forma "cabruca", que vem favorecendo emprego, renda e qualidade de vida para as famílias, demostrando para a sociedade que é possível sobreviver na Amazônia sem destruir o meio ambiente (André Luiz A. de Miranda - Sec. de Formação do STTR Itupiranga/Regional Sudeste).

Mais do que refletir sobre o contexto de atuação dos dirigentes e lideranças sindicais, a Jornada favoreceu a visualização de dois projetos distintos em um mesmo contexto, o que faz necessária a reflexão sobre o papel do MSTTR no que diz respeito ao enfrentamento desses empreendimentos postos no país, na Amazônia e, especificamente, no estado do Pará. Os educandos/as puderam dialogar sobre o grande desafio do Movimento Sindical para a consolidação de um projeto da classe.

O contato com as experiências proporcionou não apenas oportunidade para refletir sobre as diversas concepções de desenvolvimento e a lógica perversa da qual se materializam os empreendimentos capitalistas, mas, sobretudo, visualizar experiências promissoras de um projeto de desenvolvimento que dialoga com as necessidades da agricultura familiar, com base na sustentabilidade econômica e social e do respeito com o ambiente.

Sendo assim,

> a definição de sustentabilidade implica compreendermos que o ser humano, por mais avançado que esteja tecnologicamente, não perdeu sua condição de parte de um sistema natural complexo, que envolve outros seres vivos, a água, o ar e a própria terra. Não é possível pensar em um modelo econômico e social sustentável sem que esteja orientado por esse princípio (SILVA, 2010, p.39).

> A atividade da Jornada de fato veio questionar a gente sobre as nossas práticas de dirigentes, no enfrentamento diante desses grandes projetos, desafio colocado no Movimento Sindical. No

> caminho, vimos o outro lado da história, o desenvolvimento pautado pelos grandes", como é o caso de Belo Monte, mas foi possivel ver muita coisa boa como a prática concreta do desenvolvimento sustentável que a gente tanto fala, apresentada pelos agricultores/as familiares que plantam cacau (Antônio Gomes - FETAGRI Regional Sudeste).

Na mesma perspectiva de um projeto que valoriza o ambiente e suas formas de vida, de produção nas relações estabelecidas com a terra e o ambiente primando pela sustentabilidade, Silva (2010) contribui afirmando:

> [...] que na perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo destes recursos, como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla entre os diversos atores sociais (p. 41).

A metodologia realizada pela Jornada, mais do que oferecer aos dirigentes sindicais o contato com a realidade imediata, possibilitou revisitar a história do Movimento Sindical regional e do estado do Pará, reafirmando as bandeiras de lutas definidas no percorrer da caminhada do MSTTR. Também possibilitou o pensar sobre as conquistas, como o Movimento Sindical é grande, suas iniciativas na luta por dignidade, nomeadamente, na afirmação da categoria e na resistência para a permanência dos trabalhadores/as rurais em seus territórios. Neste caso, território compreendido não apenas nos aspectos da delimitação geográfica, mas pelas relações sociais que se constroem.

> O território camponês é o espaço de vida do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de culturas camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família. (FERNANDES, 2012, p. 746).

A atividade também desvelou que, mesmo sendo agricultores/as familiares, as práticas são criadas e recriadas, se diferenciam de região para região, mantendo aspectos semelhantes, mas também particularidades, o que possibilitou uma intensa troca de experiências e aprendizagens entre os dirigentes e lideranças sindicais e demais participantes.

> A cada ponto de parada, mais horizontes se abria, mais obstáculos ultrapassamos e podemos perceber o quão grandioso e gratificante é repassar a nossa história para as pessoas que aqui vieram, para ajudar a fortalecer este grande projeto de formação da ENFOC/PA. Pudemos perceber, no decorrer da caminhada, vários tipos de solo, de culturas, de jeitos de se trabalhar com o povo e com a natureza, o que nos torna grandes em nossa diversidade, aprendemos uns com os outros, fazendo a avaliação da nossa prática sindical (Renata dos Santos X. Sales - STTR Medicilândia/ Regional da Transamazônica e Xingu).

A Jornada veio também reafirmar um jeito de fazer próprio da Escola, primando pela relação entre a teoria e a prática, valorizando uma formação cada vez mais contextualizada que reconhece os sujeitos, suas práticas, seus saberes, que teoriza sua ação de modo a aprimorar os processos formativos sabendo do papel que desempenham na transformação da realidade, das condições de vida e trabalho da gente do campo.

> Ao estimular a busca da realidade nas suas mais diversas molduras, a Jornada Pedagógica se constituiu num instrumento para além da reflexão pura e simples, permitindo às lideranças envolvidas no processo efetuarem um refinamento do seu modelo de pensar o mundo e os desafios para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável; resgatados durante um processo formativo atraente e, sobretudo, contextualizado.
>
> Ao estabelecer um processo de reflexão em meio ao palco real dos acontecimentos, a Jornada Pedagógica não só permitiu aos educandos uma percepção mais apurada dos problemas estabelecidos, como também uma profunda reflexão sobre as práticas sindicais utilizadas para o enfrentamento das nocivas consequências estabelecidas pelo processo

> desenvolvimentista que mais uma vez se utiliza da Amazônia como infindável fonte para o enriquecimento de outras regiões do país (Danicley Aguiar - Colaborador da ENFOC/PA).
>
> A ENFOC/PA vem possibilitar um movimento de "onda" vai e vem, tendo clareza que não podemos reproduzir, e sim reconstruir, criar de novo, entendendo o contexto, entendendo os sujeitos inseridos na ação. Fazendo essa reflexão, considero que a Jornada Pedagógica realizada pela ENFOC-PA teve esse propósito da descoberta, da construção e reconstrução, do conhecimento de causa, dos sujeitos e contextos.
>
> Possibilitou o conhecimento da realidade de uma região que, ao mesmo tempo em que é considerada, do ponto de vista estrutural, esquecida e massacrada, ao chegar perto, nos possibilitou ver outra realidade, totalmente diferente. Possibilitou também conhecer as pessoas e o contexto sindical, com costumes e culturas diferentes, mas que, ao mesmo tempo, em muitas coisas se aproximam (Helena Ferreira Cruz - Assessora da FETAGRI-PA e Educadora ENFOC/PA).
>
> Foi com esse processo que os educandos/as ficaram conhecendo mais as realidades e as culturas dos municípios da Transamazônica. Assim, a Jornada proporcionou momentos de reflexão onde paramos um pouco no tempo para avaliarmos nossas raízes, pensarmos mais um pouco: de onde viemos? Como foi o passado dos militantes sindicais? (Simone Pilonetto - STTR de Uruará/ Regional da Transamazônica e Xingu).

Para muitos, a atividade ofereceu aprendizagens no campo das proposições e também deu oportunidade de conhecer a realidade tal qual ela se manifesta. Surgem, no decorrer desta atividade, novos elementos que podem potencializar lutas e aprimorar as ações de enfrentamento às agressões do capitalismo. Também esta aproximação entre sujeitos e realidade, diferente de um olhar superficial sobre os fatos e o cuidado investigativo, deram um significado diferenciado à prática pedagógica, o que possibilitou surgirem mais elementos nos momentos de debate no coletivo.

> AJornada e o módulo se entrelaçaram, uma única ação permitindo conhecermos a realidade de fato. Neste momento, foi possível

> fazer a reflexão sobre os desafios encontrados na luta sindical, para assim pensar em propostas de enfrentamentos para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos a partir do refazer da organização sindical. O processo da Jornada possibilitou agregar jovens, crianças, mulheres e homens [...] saímos da mesmice e abrangemos outros espaços, outra realidade e demos o verdadeiro significado às discussões a partir da prática concreta onde se dão as situações, campos de disputas (Deuzivânia L. de Almeida - STTR de Marabá/Regional Sudeste).
>
> Depois dessa viagem de 15 dias junto com a III Turma Estadual do ENFOC/PA, eu me sinto um pouco mais engrandecido como pessoa, como cidadão da Amazônia e como "intelectual orgânico" da agricultura familiar e da ENFOC/PA, por minhas participações nas atividades da Escola. Me sinto orgulhoso de viver essa história a ponto de não me cansar de poder dizer e repetir: olhem o que fizeram até hoje! Portanto vocês são suficientemente capazes e competentes para continuar a escrever esta sofrida, mas rica e gloriosa história (Emannuel Wamberg - Colaborador da ENFOC/PA).

Os depoimentos revelam diversas aprendizagens. Em consequência de diferentes pontos de vista, os participantes vão interpretando uma mesma realidade, algo marcante na maioria dos momentos de diálogo. Com certeza foi impactante ver a intensidade com que se manifestam os empreendimentos capitalistas e suas transformações produzidas, em sua maioria, financiadas pelo próprio Estado, a exemplo de Belo Monte.

Na atividade, foi possível ver as ações da obra que intensificam também a degradação do ambiente e da vida e que se manifestam na alteração dos ecossistemas, na "ausência" da paisagem, na destruição da fauna e flora, na inexistência dos rios, nos buracos cavados no solo, no deslocamento de comunidades alterando seus modos de vida, sua cultura e até mesmo tentando desmobilizar os sujeitos, suas organização.



Foto 19 – Desmatamento às margens da Rodovia Transamazônica.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.

> Um aspecto preocupante é a chegada daqueles que perderam suas terras para Belo Monte e estão migrando para municípios vizinhos como Placas, para a periferia das cidades e outros comprando lotes de pequenos agricultores. O que chama atenção é o papel do governo que incentiva isso e não resolve o problema fundiário da região, coloca dinheiro nos cofres das empresas para fazer alguns paliativos e estabelece uma relação pacífica entre os sindicatos, associações e a empresa (Raimundo Mesquita/ Peba – Dirigente Sindical e Educador da ENFOC/PA).

Além disso, as narrativas contadas também trazem elementos históricos de luta daquela gente, situações vividas pelos trabalhadores/as da Transamazônica. Isso é destacado nos relatos de resistências para permanecerem em seus territórios, para a conquista da tão sonhada terra, na luta pela terra e em defesa da vida e de uma agricultura familiar sustentável, nos conflitos, na perda de lideranças históricas, como nos lembra a educanda, quando retoma as reflexões dos conteúdos trabalhados durante as atividades da Jornada.

> Durante os trajetos, a cada município que passamos, uma nova realidade, uma nova história. Fiquei triste ao ver que, mesmo estando no coração da Amazônia, não pude respirar um ar melhor, mas um ar que traz no vento lembranças de conflitos e mortes, como o caso da Irmã Dorothy, no município de Anapu. Também o que me tocou muito forte foi quando alguém disse que seu sangue misturou-se a terra enquanto a chuva caía molhando seu corpo [...] (Julia Deuza L. Nunes - STTR de Mocajuba/Regional Tocantina).

Dentre os aspectos salientados a respeito das aprendizagens, surge uma preocupação dos participantes quanto à socialização dos conhecimentos aprendidos para com a base do Movimento. Ficou ainda evidente que a atividade cultivou o sentimento de determinação para a continuidade da luta, do enfrentamento político em diversas frentes. Também nos fez ver a importância do conhecer a história, visualizar as conquistas e pensar os rumos do sindicalismo desde um processo de formação de base.

> A lição que pude tirar dessa Jornada foi simplesmente que nós que representamos uma classe de trabalhadores rurais devemos aprender não somente para nós e sim para socializarmos a nossa base e pude também compartilhar das conquistas e desafios dos nossos companheiros da Transamazônica. A Jornada serviu para me mostrar que com vontade, determinação, organização, parceria, etc a gente pode avançar (Genilda da Silva Lopes - STTR de Magalhaes Barata/Regional do Salgado).
>
> Tive muitas aprendizagens sobre as culturas da região Transamazônica, que até então só via por reportagem e noticias; tivemos o prazer de sentir na pele o que o povo passa e também vermos os projetos que melhoram e pioram a vida da população; também discutimos temas importantes, e como fazer as organizações de base através da criação do GES, que é uma maneira de fortalecer o conhecimento dos trabalhadores sobre o Movimento Sindical e uma forma de fortalecer a base, motivando e se organizando para o enfrentamento (Cris Hoss - STTR de Tailândia/Regional Guajarina).

Ter a realidade como fonte de pesquisa e estudo, sem dúvida, além de ser provocante, intensifica e favorece a construção do aprendizado. No entanto, mais do que ter os espaços de vivência como sala de aula, as formas de abordagem são fundamentais para que os objetivos sejam alcançados. Nisso, os diálogos pedagógicos cumpriram um papel relevante, atuaram na problematização e aprofundamento das questões levantadas pelo grupo de educadores que colaboraram no módulo, articuladas aos aspectos observados durante a viagem, as visitas de campo, a leitura dos materiais e conversas provocadas.

É durante os diálogos pedagógicos que educandos e educandas falam sobre a vivência, seus aprendizados, tiram dúvidas, questionam, se questionam, têm sua curiosidade aguçada e aprendem um com o outro e com a prática.

6. CONSIDERAÇÕES

Nas reflexões construídas, buscamos evidenciar a prática formativa dos módulos do curso estadual organizado por meio de *Jornadas Pedagógicas* na ENFOC/PA, como experiência que se realizou, propiciando ao conjunto de dirigentes sindicais intensas trocas de experiências, conhecimento da realidade cotidiana com o olhar para os empreendimentos capitalistas na Amazônia e seus condicionantes e ainda a afirmação de um projeto da classe trabalhadora, tendo como referência o PADRSS.

As Jornadas Pedagógicas da ENFOC/PA foram palco de discussão de dois projetos distintos: de um lado, o defendido pelos empreendimentos capitalistas; de outro, o da agricultura familiar. Isso favoreceu aos participantes compreender melhor a conjuntura atual e as estratégias e concepções que norteiam as práticas de cada projeto. Favoreceu também para a maior clareza política dos dirigentes frente ao enfrentamento ao grande capital e a afirmação do PADRSS defendido pelo MSTTR na agricultura familiar.

Porém, diferente do visualizado em Belo Monte, as visitas às experiências de agricultores que cultivam cacau com base da produção familiar na Transamazônica e o diálogo com os dirigentes nos possibilitaram visualizar uma alternativa que se contrapõe ao projeto dos grandes empreendimentos inseridos na Amazônia.

A Jornada Pedagógica da ENFOC/PA, por meio das visitas pedagógicas, também evidenciou algumas experiências que reforçam a agricultura familiar, na

qual visualizamos práticas promissoras de agricultores familiares que reafirmam o verdadeiro desenvolvimento sustentável em construção sob a liderança da agricultura familiar, o que representa o fortalecimento da luta e do projeto de vida dos trabalhadores/as rurais, tendo em vista a qualidade de vida e o respeito com as pessoas, com o ambiente e com a vida. Isso se destacou nos depoimentos sobre as aprendizagens construídas no percurso da Jornada. A interação entre os participantes e destes com as pessoas e instituições visitadas, a forma como a ação foi vivida, a visualização de práticas como a do cacau orgânico produzido pelos agricultores/as reafirmaram os princípios afirmados e as práticas que alimentam o PADRSS, a PNF e o PPP da Enfoc.

Os percursos das Jornadas Pedagógicas favoreceram a troca de experiência entre os diferentes sujeitos e situações, afirmaram uma metodologia participativa, pautada na realidade como fonte de estudo e pesquisa, valorizaram a problematização nos momentos dos debates. Os diálogos pedagógicos, por sua vez, se mostraram fundamentais para que os participantes pudessem aprofundar o conhecimento sobre os temas tratados.

A solidariedade se destaca e é demonstrada na atitude entre os sindicatos que assumem o propósito de afirmar um processo de formação. A compreensão sobre a importância do processo formativo, para a continuidade das organizações, se evidencia no modo como os sindicatos se (co)responsabilizaram no desenvolvimento das atividades não apenas nos seus respectivos municípios, mas em toda as atividades das jornadas.

Isso ficou claro desde o processo de mobilização, mediante a contribuição técnica e financeira, na forma como as atividades foram realizadas, no cuidado com o pedagógico e nas questões de infraestrutura para a acolhida das pessoas. Isso também foi muito educativo e nos trouxe grandes lições como: quando se pensa coletivamente, tudo fica mais fácil e mais leve. A partilha de responsabilidades acontece com menos esforço quando se trata de um processo coletivo.

A experiência da I Jornada Pedagógica da ENFOC/PA nos fez refletir, sobretudo, a respeito da estrutura interna das nossas organizações sindicais, dos desafios a serem superados, principalmente quando tratamos sobre a construção de uma relação interna democrática, referendada em um processo de diálogo. Ainda a vivência nos possibilitou o conhecimento do processo de luta. Isso veio afirmar uma história que enraíza o processo de lutas dos trabalhadores/as rurais, das organizações da região e do Estado que se assemelha com o processo de luta,

resistência e conquistas dos trabalhadores/as do Brasil afora. Esse conhecer e divulgar fortalece a nossa estratégia política e pedagógica, aprimorando a nossa prática formativa.

Os trajetos das Jornadas propiciaram conhecimentos diversos, contribuindo ao despertar para os desafios do Movimento Sindical, a serem enfrentados pensando na história passada e extraindo as lições para pensar a atualidade, principalmente a continuidade para que as gerações futuras conheçam e se reconheçam nessa história coletiva. Esta é uma história não de passividade, mas, primeiramente, de luta, resistência de sua gente, de inconformidade com as injustiças, uma vez que, dentre as diversas realidades observadas, ressaltou-se a imagem de Belo Monte, um cenário de destruição do homem pelo homem. Sentimos na pele a decadência da humanidade em nome de um suposto desenvolvimento que desconsidera a natureza, as pessoas, suas culturas e seus modos de viver.

A prática também evidenciou e afirmou uma pedagogia expressando a forma como diferentes sujeitos do campo, ao longo de sua existência, têm realizado seus próprios processos formativos tendo a realidade como fonte de estudo e pesquisa, articulando teoria e prática, focando na arte do aprender pela prática e do fazer junto.

Tendo como referência a atividade da I Jornada para a II Jornada, observamos a maior participação dos sindicatos, pois mesmo não fazendo parte das turmas, muitos dirigentes e lideranças acompanharam o dia a dia da atividade de forma dinâmica.

7. RECOMENDAÇÕES SOBRE A PRÁTICA

Como em todo processo educativo coletivo, na formação sindical temos que ser flexíveis, respeitando os tempos, os ritmos, as experiências individuais e coletivas; temos que estar abertos ao novo, respeitar o conjunto de ideias, buscar com que as coisas simples se tornem grandiosas do ponto de vista político e pedagógico. Este é um dos desafios e papel de quem se propõe a ser um educador popular.

Temos a clareza de que não há como fortalecer nossas organizações sindicais a não ser a partir de um processo de educação, seja ele formal, não formal e informal, que tenha como ponto de partida o contexto das relações sociais nas quais os sujeitos vivem e atuam. No contexto do MSTTR, sem desconsiderar a importância do espaço formal (instituição escola), evidenciamos a importância adquirida pela formação política aprendida ao longo da nossa caminhada como

um processo que muda compreensões, concepções e práticas. Nisso partimos da premissa e concepção de um processo dialógico que difere de doutrinar e/ou catequizar pessoas, mas que as possibilita a fazerem suas escolhas de forma autônoma, crítica e consciente.

Dentre as atividades realizadas no contexto das Jornadas, um desafio que precisa ser superado é, sem dúvida, a questão de registro de reflexões pessoais dos educandos e educandas, pois muitos dirigentes ainda demonstraram dificuldades na prática de escrita, deixando para fazer suas reflexões pessoais para o último dia, o que prejudicou a concretização da proposta do diário de campo. Para essa atividade, avaliamos que faltou tempo da equipe pedagógica para acompanhá-la.

Para continuarmos dialogando e termos como ponto de partida as nossas utopias, temos que fazer uma constante avaliação dos processos vividos, da história, ver e compreender as conquistas, os desafios postos, reconhecer os acertos e erros, mudar as práticas que fragilizam o processo. O que contar e o que fica de nossas lutas para as gerações futuras? Tudo o que aqui trouxemos e mais...

Tecer uma nova história... O que depende de nós.

Foto 20 – Participação de crianças na I Jornada.
Fonte: Arquivo Enfoc/PA, outubro de 2012. Foto de Danilo Asp.



10. REFERÊNCIAS

BARON, Dan et al. **Colheita em Tempos de Seca**: cultivando pedagogias de vida por comunidades sustentáveis. Harvest in Times of Drought: cultivating pedagogies of life for sustainable communities / Dan Baron et al. Marabá: Transformance, 2011. Disponível em: <http://www.cultura21.net/wp-content/uploads/2011/11/Harvest-in-Times-of-Drought-Colheita-em-Tempos-de-Seca.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BORGES, Altamiro. **Encruzilhadas do sindicalismo.** São Paulo: Garibaldi, 2005.

CARVALHO, Amarildo de Souza; SILVA, Maria do Socorro. O fazer do movimento sindical: reiventando práticas. In: ROCHA, Eliene Novaes; GONÇALVES, José Wilson Souza (Org). **Reflexões sobre o fazer pedagógico na formação de lideranças e dirigentes sindicais rurais.** Brasília, DF: CONTAG, 2010. 210 p.; 21 cm. (Cadernos Pedagógicos da Educação do Campo; v.1)

DONA MARIANA. Canção de domínio público, com livre adaptação. Disponível em: HYPERLINK "http://letras.kboing.com.br/" \l "!/pereira-da-viola/dona-mariana/"http://letras.kboing.com.br/#!/pereira-da-viola/dona-mariana/. Acesso em: 15 jan. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território camponês. In: CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. /Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire / Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social;** Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 6 (1-2): 1-25, 1994 (editado em jun. 1995. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol06n12/Reproducao.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MONTEIRO, Benedito. **Conquistar a Terra.** Canção cantada no 8º Seminário dos Trabalhadores da Construção, Liga Operária, Belo Horizonte, 15-16 maio de 2010. Disponível em: www.sticbh.org.br/boletins/2010/musicas_seminario.pdf. Acesso em: 15 jan. 2013.

PENEREI fubá. Canção de domínio público, com livre adaptação. Disponível em: http://letras.mus.br/coral-trovadores-do-vale/1684966/. Acesso em: 15 jan. 2013.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.) **Educação do campo e pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. (p. 60-93).

_____.Educação do campo e o desenvolvimento territorial sustentável: uma relação necessária nas políticas públicas de educação. In: ROCHA, Eliene Novaes; GONÇALVES, José Wilson Souza (Org). **Reflexões sobre o fazer pedagógico na formação de lideranças e dirigentes sindicais rurais**. Brasília, DF: CONTAG, 2010. 210 p.;21 cm. (Cadernos Pedagógicos da Educação do Campo; v.1).